



Relatório de Gestão **2020**

RESPONSABILIDADE PELO CONTEÚDO:

Gabinete de Presidência (GAB/PR/CAPES)

Diretoria de Programas e Bolsas no País (DPB/CAPES)

Diretoria de Avaliação (DAV/CAPES)

Diretoria de Relações Internacionais (DRI/CAPES)

Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica (DEB/CAPES)

Diretoria de Educação a Distância (DED/CAPES)

Diretoria de Gestão (DGES/CAPES)

Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI/CAPES)

Auditoria Interna (AUD/PR/CAPES)

Procuradoria Federal junto à CAPES (PF/PR/CAPES)

CONSOLIDAÇÃO DO CONTEÚDO:

Assessoria de Planejamento e Consolidação da Informação (APE/GAB/PR/CAPES)

IDENTIDADE VISUAL:

Coordenação de Comunicação Social (CCS/GAB/PR/CAPES)

ENDEREÇO:

Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES

Setor Bancário Norte (SBN), Quadra 2, Bloco L, Lote 06

Edifício Sede da CAPES CEP: 70040-031 – Brasília, DF

(61) 2022-6210

comunicacao@capes.gov.br

faleconosco@capes.gov.br



Benedito Guimarães Aguiar Neto
Presidente em 2020



Zena Maria da Silva Martins
Diretora DPB



Flávio A. de Oliveira Camargo
Diretor DAV



Heloísa Candia Hollnagel
Diretora DRI



Carlos Cezar Modernel Lenuzza
Diretor DED-DEB



Milton S. Castro de Oliveira
Diretor DTI



Anderson Lozi da Rocha
Diretor DGES

Sumário

MENSAGEM DO DIRIGENTE MÁXIMO	6
1. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO.....	8
1.1 Estrutura Organizacional.....	8
1.2 Modelo de Governança, Negócios e Ambiente de Atuação.....	9
1.3 Cadeia de Valor.....	11
2. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E ALOCAÇÃO DE RECURSOS.....	15
2.1 Objetivos do PPA.....	15
2.2 Metas do PNE.....	15
2.3 Plano Estratégico Institucional (PEI)	15
2.4 Planejamento Orçamentário	23
2.5 Perfil de Governança e Gestão Públicas	24
2.6 Órgãos Seccionais De Assessoramento.....	25
3. RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS.....	26
3.1 As Linhas de Defesa.....	28
4. RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO.....	29
4.1 AVALIAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO <i>STRICTO SENSU</i>	29
4.1.1 Avaliação de Propostas de Novos Cursos (APCN)	29
4.1.2 Fusão de Programas de Pós-Graduação e Processos de Cooperação entre Instituições	30
4.1.3 Qualis Referência.....	30
4.1.4 Outras ações no âmbito do processo de avaliação	30
4.1.5 Perspectivas para 2021	31
4.2 BOLSAS E FOMENTO NO PAÍS	32
4.2.1 Ações institucionais de fomento à Pós-Graduação	32
4.2.2 Ações estratégicas de fomento à Pós-Graduação.....	33
4.2.3 Apoio à disseminação da informação científica, tecnológica e educacional nacional e internacional	38
4.2.4 Panorama do Fomento e da Concessão de Bolsas no País	40
4.2.5 Perspectivas para 2021.....	41
4.3 INTERNACIONALIZAÇÃO.....	42
4.3.1 Revisão e reformulação de ações de internacionalização da CAPES.....	42
4.3.2 Programa Institucional de Internacionalização- CAPES-PrInt.....	42
4.3.3 Programas de Cooperação Internacional	44
4.3.4 Panorama da Internacionalização.....	45
4.3.5 Perspectivas para 2021	47
4.4 ESTRATEGIAS ADOTADAS PARA ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DE COVID-19 NA PÓS-GRADUAÇÃO.....	47
4.5 FOMENTO À FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA	48
4.5.1 Sistema Universidade Aberta do Brasil.....	48
4.5.2 Programas de Mestrado Profissional para Qualificação de Professores da Rede Pública de Educação Básica - ProEB.....	51
4.5.3 Cursos Gratuitos Online	51
4.5.4 Programas de Formação Inicial à Docência da Educação Básica - PIBID e Residência Pedagógica	52
4.5.5 Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica - PARFOR	53
4.5.6 Programa de Desenvolvimento de Profissionais da Educação Básica no Exterior	55

4.5.7 Perspectivas para 2021	55
4.6 ESTRATEGIAS ADOTADAS PARA ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DA COVID-19 NA EDUCAÇÃO BÁSICA	55
4.7 GESTÃO DE PESSOAS.....	56
4.7.1 Avaliação de desempenho, remuneração e meritocracia.....	58
4.7.2 Capacitação de Servidores	59
4.8 GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS.....	59
4.8.1 Conformidade legal	59
4.8.2 Cenário Geral das Contratações.....	59
4.8.3 Classificação por UASG e Modalidades	60
4.8.4 Principais tipos de contratações diretas.....	61
4.8.5 Principais desafios e ações futuras na gestão de licitações e contratos	62
4.9 GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA	62
4.9.1 Conformidade Legal	62
4.9.2 Aquisições gerais no ano de 2020.....	62
4.9.3 Aquisições realizadas para prevenção da pandemia da Covid-19.....	62
4.9.4 Locação de imóveis e equipamentos.....	63
4.9.5 Sustentabilidade Ambiental	63
4.10 GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	64
4.10.1 Resultados do PDTIC 2020-2023 no ano de 2020.....	65
4.10.2 Resultados com Satisfação de Usuários de TIC	66
4.10.3 Resultados Relevantes.....	66
4.11 COMUNICAÇÃO SOCIAL	67
5. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS.....	67
5.1 Desempenho Orçamentário.....	67
5.2 Desempenho Financeiro no Exercício	68
5.3 Gestão Orçamentária e Financeira	68
5.4 Principais Fatos Contábeis.....	74
5.5 Resultados Financeiros e Não Financeiros.....	74
5.6 Normas Legais e Técnicas e mecanismos de Controle	76
5.7 Demonstrações Contábeis	76
6. ANEXOS	77
Lista de siglas e abreviações	78
Lista de figuras	83
Lista de tabelas	84
Lista de gráficos.....	85

MENSAGEM DO DIRIGENTE MÁXIMO

Nos termos do art. 70 da Constituição Federal, cumprindo com minha responsabilidade de apresentadora de contas como dirigente máxima da CAPES, apresento o Relatório de Gestão da CAPES referente ao Exercício 2020. Este relatório relaciona os principais resultados da atuação da CAPES no período e as iniciativas mais relevantes no âmbito administrativo. Será apresentado de forma integrada pelo terceiro ano consecutivo, conforme orientação do Tribunal de Contas da União em suas Decisões Normativas nº 187, de 2020 e nº 188, de 2020, observando a integridade, a fidedignidade, a precisão e a completude das informações prestadas. Ressalta-se, por oportuno, que o conjunto de ações aqui demonstrado de forma agregada contribui para a missão organizacional e, consequentemente, para o atingimento das metas pertinentes à CAPES e alinhadas com o Ministério da Educação (MEC).

A Fundação CAPES é responsável por definir diretrizes para o fortalecimento das instituições formadoras de recursos humanos de alto nível, considerando dois focos de atuação: docentes e discentes do Ensino Superior e do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) e profissionais da Educação Básica. Este Relatório, com o intuito de apresentar as ações da CAPES de forma didática à Sociedade, será apresentado por segmentos de atuação: Avaliação da Pós-Graduação *Stricto Sensu*; Bolsas e Fomento no País; Internacionalização; e Fomento à Formação de Professores da Educação Básica.

Com relação à Avaliação da Pós-Graduação *Stricto Sensu*, o SNPG finalizou o ano de 2020 com 5.299 cursos de mestrado e doutorado com representação em todas as regiões brasileiras. Destes cursos, 77 foram aprovados na Avaliação das Propostas de Cursos Novos (APCN) recebidas em 2019, representando 22,9% das propostas analisadas entre janeiro e outubro de 2020. Ademais, com o intuito de otimizar a qualidade dos programas de pós-graduação (PPG), a CAPES vem incentivando tanto a fusão de programas que apresentam estruturas semelhantes de formação e pesquisa quanto os Projetos de Cooperação entre Instituições (PCI). Em 2020, recebemos 42 projetos de fusão de PPGs e todos foram analisados no decorrer do ano. Em relação aos Projetos de Cooperação entre Instituições, a CAPES recebeu, analisou e aprovou 79 propostas.

Apesar das dificuldades apresentadas pela necessidade de distanciamento social impostas pela pandemia da Covid-19, as reuniões do Conselho Técnico-Científico da Educação Superior (CTC-ES) foram mantidas e focadas na análise e discussões de assuntos afetos à avaliação de cursos. No total, foram realizados 70 eventos que impactaram todos os programas de pós-graduação do SNPG. O ano de 2020 também ficou marcado pela consolidação do novo modelo do Qualis Referência, que passará a adotar indicadores bibliométricos como base de cálculo dos estratos de publicação e pelo aperfeiçoamento da Plataforma Sucupira que, entre outras melhorias, agora possui um processo de construção colaborativa por meio da interação online com pró-reitores, coordenadores de PPG, docentes e membros do corpo administrativo das universidades.

O eixo de Bolsas e Fomento no País teve papel fundamental para o crescimento do SNPG em 2020. Entre os principais destaques de sua atuação constam: a implementação do modelo de concessão de bolsas, as ações estratégicas voltadas ao combate da pandemia da Covid-19 e os 20 anos do Portal de Periódicos. O modelo de concessão de bolsas possui critérios claros e objetivos e, além de priorizar os cursos mais bem avaliados, valoriza cursos oferecidos em municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), promovendo o fortalecimento dos primeiros e o crescimento dos últimos. As ações estratégicas de combate à Covid-19, por sua vez, foram traduzidas em formato de programas emergenciais que visam atender necessidades imediatas e prevenir situações similares futuras. Por sua vez, o Portal de Periódicos manteve-se como importante ferramenta na disseminação da informação científica, tecnológica e educacional. O acervo do Portal contabilizou mais de 49 mil periódicos em texto completo, além de inúmeras bases de dados de referências, obras de referências, teses e dissertações, dentre outros, para acesso gratuito às 435 instituições que se enquadram nos critérios estabelecidos.

Além dessas ações, por meio do fomento à pós-graduação e da concessão de bolsas no país, a CAPES promove o desenvolvimento do SNPG e contribui para a manutenção e melhoria das condições de funcionamento dos programas de pós-graduação. Em números gerais, em 2020 foram concedidos, aproximadamente, R\$ 166,9 milhões em recursos de custeio para 3.171 PPGs por intermédio do Programa de Apoio à Pós-Graduação (PROAP) e do Programa de Excelência Acadêmica (PROEX) e 95.116 bolsas, em diversas modalidades. Nesse eixo também merecem destaque: o Programa Parcerias Estratégicas nos Estados (PDPG) - Amazônia Legal, ação voltada para a redução de assimetrias regionais com foco

no desenvolvimento da pós-graduação da área da Amazônia Legal; o PDPG-Parcerias Estratégicas nos Estados, em parceria com o Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (CONFAP), que apoia PPGs emergentes e em consolidação; e os Programas Dinter, Prodoutoral, Procad-Amazônia, PVNS-Amazônia, entre outros.

O ano de 2020 impôs desafios no âmbito da Internacionalização, devido à pandemia da Covid-19. A CAPES propôs a reformulação de algumas de suas ações por meio do lançamento do Guia para Aceleração da Internacionalização da Pós-Graduação da Universidade Brasileira, que atua como um roteiro para os processos de internacionalização e visa a inserção das Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras no contexto internacional, e do Plano de Trabalho para a Internacionalização (PTI), um sistema criado em parceria com a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) destinado às instituições participantes do Programa Institucional de Internacionalização (PrInt). Ambos objetivam a otimização das ações de internacionalização da CAPES e das instituições beneficiadas por seus programas e promovem o fortalecimento das IES brasileiras por meio da internacionalização da pós-graduação.

Entre os programas internacionais, destacam-se: o CAPES-PrInt, que finalizou o ano com 2.356 bolsas ativas em 36 países, e os programas tradicionais de bolsas no exterior, tais como Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE) e o Programa resultado da parceria com o Comitê Francês de Avaliação da Cooperação Universitária com o Brasil (CAPES/Cofecub) – o mais antigo programa de internacionalização da CAPES. A CAPES finalizou o ano com 5.550 bolsistas ativos entre brasileiros no exterior e estrangeiros no país e um investimento de R\$ 218 milhões em ações de internacionalização.

Por sua vez, o Fomento à Formação de Professores da Educação Básica consolidou-se como atividade indispensável para a evolução da Educação Básica brasileira. Entre os principais programas de fomento à formação de professores, encontra-se o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), que gerencia, atualmente, 132 Instituições Públicas de Educação Superior (IPES) com 815 polos ativos distribuídos em todas as unidades da federação.

Ainda no âmbito de Fomento à Formação de Professores da Educação Básica, o Programa de Mestrado Profissional para Qualificação de Professores da Rede Pública de Educação Básica (ProEB), formado por 11 PPGs de Mestrado Profissional, manteve em andamento suas atividades, apesar da pandemia da Covid-19. No momento, o Programa apoia 8.053 bolsistas de mestrado em 317 unidades de ensino. Ademais, os Cursos de Capacitação Online ofertaram 95 mil novas vagas para os cursos de Português, Matemática, Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e Fundamentos de Estatística.

No Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) e no Programa Residência Pedagógica foram ofertadas aproximadamente 60 mil bolsas, que envolvem alunos, professores das instituições de ensino superior e professores das escolas de educação básica para o desenvolvimento de projetos institucionais. Além desses, o Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) registrou 352 turmas em andamento, nas quais estavam matriculados 13.904 estudantes. Ainda em 2020, 3.500 professores formaram-se em cursos de licenciatura ofertados pelo PARFOR.

As ações aqui mencionadas estão detalhadas no decorrer deste Relatório e, por meio delas, a CAPES visa ser referência como instituição de excelência no fomento à pesquisa, à formação e à qualificação de pessoal de nível superior para o desenvolvimento do país.



Cláudia Mansani Queda de Toledo
Presidente no exercício 2021

1. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

A CAPES, fundação pública vinculada ao Ministério da Educação, atua como aliada do SNPG em sua expansão, consolidação e na formação de um quadro altamente qualificado para atendimento das demandas dos setores governamentais e produtivos do país. Instituída inicialmente por meio do Decreto nº 29.741, de 11 julho de 1951, e recriada pela Lei 8.405, de 9 de janeiro de 1992, a partir de 2007 passou, também, a atuar na formação de profissionais da educação básica, após a promulgação da Lei nº 11.502, de 11 de julho de 2007.

A CAPES, em sua revisão da estratégia institucional, definiu as seguintes missão e visão para o período de 2020 a 2023:

- **Missão:** Fomentar a pesquisa e a qualificação para formação de pessoal de nível superior para o desenvolvimento educacional, científico e tecnológico.
- **Visão:** Ser referência como instituição de excelência no fomento à pesquisa, à formação e à qualificação de pessoal de nível superior para o desenvolvimento do país.

1.1 Estrutura Organizacional

A CAPES realiza suas atividades por meio da seguinte estrutura organizacional, composta por três órgãos colegiados, um órgão de assistência direta e imediata ao Presidente, quatro órgãos seccionais e cinco órgãos específicos e singulares:

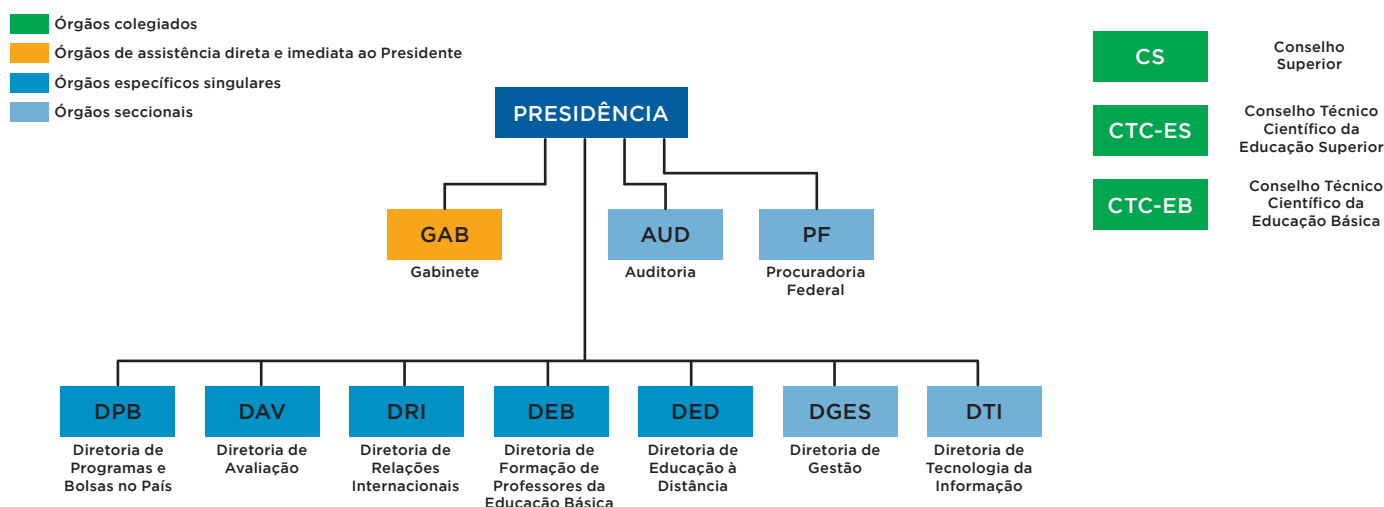


Figura 1 – Organograma da CAPES
Fonte: CAPES

1.2 Modelo de Governança, Negócios e Ambiente de Atuação

O Modelo de Governança demonstra, de forma estruturada, a interação entre os diferentes atores e segmentos da sociedade, associações, Administração Pública e Governo e sua articulação junto à CAPES:

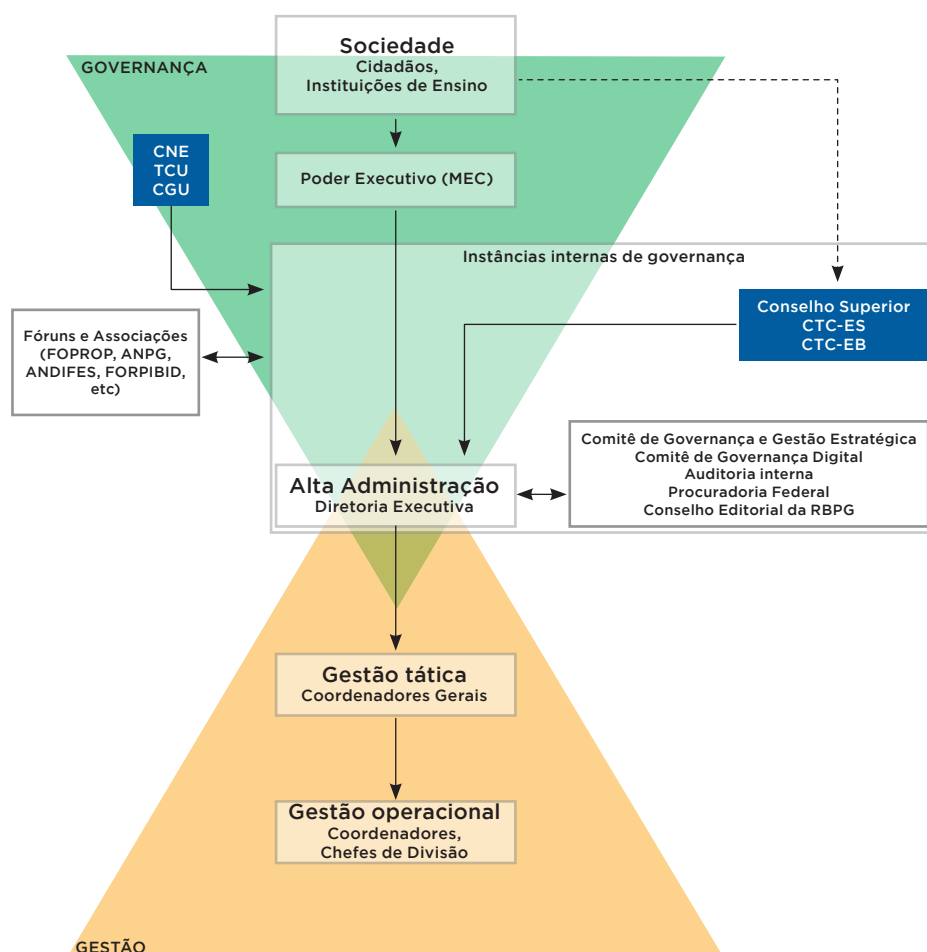


Figura 2 - Modelo de Governança da CAPES
Fonte: CAPES

A CAPES tem sido decisiva para os êxitos alcançados pelo SNPG, tanto no que diz respeito à consolidação do quadro atual, como na construção das mudanças que o avanço do conhecimento e as demandas da sociedade exigem. O sistema de avaliação da pós-graduação *stricto sensu* é continuamente aperfeiçoado e serve de instrumento para a comunidade universitária na busca de um padrão de excelência acadêmica para os mestrados e doutorados nacionais. Os resultados da avaliação servem de base para a formulação de políticas para a área de pós-graduação *stricto sensu*, bem como para o dimensionamento das ações de fomento (bolsas, auxílios, apoios).

A Fundação atua no mercado nacional e internacional por meio de parcerias com as instituições de ensino e pesquisa de diversas formas. No âmbito nacional, atua regulamentando e avaliando a pós-graduação brasileira, competência atribuída pelo § 1º do art. 2º do Anexo I do Decreto nº 8.977, de 30 de janeiro de 2017:

“No âmbito da educação superior, a CAPES terá como finalidade subsidiar o Ministério da Educação na formulação de políticas para pós-graduação, coordenar o sistema de pós-graduação e avaliar os cursos deste nível, nas modalidades presencial e a distância (...)”.

Outra forma de atuação no mercado nacional é por meio de parceria com as instituições de ensino e pesquisa. Neste caso, a CAPES fomenta a pós-graduação por meio da concessão de bolsas e fomento a editais estratégicos, consoante com § 1º do art. 2º do Anexo I do Decreto nº 8.977, de 2017:

“(…) e estimular, mediante a concessão de bolsas, auxílios e outros mecanismos, a formação de recursos humanos altamente qualificados para a docência de grau superior, a pesquisa e o atendimento à demanda dos setores público e privado (…)”.

Ainda no mercado nacional, a CAPES busca induzir e fomentar, diretamente e em regime de colaboração com estados e municípios e o Distrito Federal, a formação inicial e continuada de profissionais do magistério da Educação Básica, conforme o § 2º do art. 2º do Anexo I do Decreto nº 8.977, de 2017.

Já no âmbito externo, a CAPES consolida parcerias com instituições de ensino e pesquisa reconhecidas internacionalmente. O objetivo dessas parcerias é a troca de experiências entre instituições de ensino brasileiras e estrangeiras, bem como a promoção da internacionalização da pós-graduação *stricto sensu* no país. Para isso, a CAPES concede bolsas para pesquisadores estrangeiros virem ao Brasil para ministrar palestras, aulas, congressos e workshops, assim como concede bolsas para discente, docentes e pesquisadores da pós-graduação estudarem no exterior.

As ações da CAPES são retratadas nas seguintes linhas de atuação:

Avaliação da Pós-Graduação <i>stricto sensu</i> :	Internacionalização:
A Avaliação consolidou-se como uma atividade fundamental para a garantia e manutenção da qualidade da pós-graduação <i>stricto sensu</i> no Brasil e como instrumento para indução e expansão do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG). Algumas ações desse eixo são: aprimorar o modelo de avaliação de Pós-Graduação <i>stricto sensu</i> ; revisar e criar instrumentos normativos da avaliação; e avaliação e acompanhamento de programas	A CAPES também atua na promoção da internacionalização da Educação Superior brasileira por meio de programas, acordos de cooperação, convênios e parcerias com agências e instituições internacionais. Algumas ações desse eixo são: promover a internacionalização da Pós-Graduação brasileira; aprimorar a qualidade da produção acadêmica vinculada à pós-graduação internacional; incentivar as ações de internacionalização das universidades; e promover a cooperação científica internacional.
Bolsas e Fomento no País:	Fomento à Formação de Professores da Educação Básica:
A CAPES é responsável por definir diretrizes para o fortalecimento das instituições formadoras de recursos humanos de alto nível, conceber e implementar políticas públicas de fomento ao SNPG com o objetivo de apoiar a formação de pessoal altamente qualificado na educação superior e contribuir para o fortalecimento e o crescimento da ciência, da tecnologia e da inovação no Brasil. Algumas ações desse eixo são: conceder bolsas no país por meio de programas de cotas institucionais e em áreas estratégicas e emergenciais; conceder recursos para projetos institucionais; e promover o acesso e disseminação de conhecimento científico.	A CAPES auxilia no fomento da qualificação dos discentes e docentes do Ensino Superior por meio de políticas para Educação Básica e a integração entre a pós-graduação, Instituições de Ensino Superior (IES) e escolas. Algumas ações desse eixo são: promover a valorização do magistério da educação básica; aperfeiçoar a formação docente por meio de programas e concessão de bolsas; e fomentar a formação básica e continuada de professores.

1.3 Cadeia de Valor

Em 2020, a conquista dos resultados da CAPES e o suporte para sua atuação aconteceram por meio de processos bem definidos, agrupados por macroprocessos, como demonstrado na Cadeia de Valor, que têm como objetivo final o alcance da visão institucional:

Ser referência como instituição de excelência no fomento à pesquisa, à formação e à qualificação de pessoal de nível superior para o desenvolvimento do país.



Figura 3 - Cadeia de Valor da CAPES
Fonte: CAPES

A estrutura desta Cadeia de Valor é composta por sete macroprocessos de governança e seis macroprocessos de suporte que auxiliam no alcance dos seguintes macroprocessos finalísticos:

- Definição de estratégias para o desenvolvimento científico e tecnológico e formação de pessoal de alto nível;
- Avaliação do Sistema Nacional de Pós-Graduação; e
- Fomento ao Sistema Nacional de Pós-Graduação e à Formação de Profissionais da Educação Básica.

O Mapa de Contexto complementa o entendimento e funcionamento da Cadeia de Valor, abordando os processos vinculados a cada macroprocesso de acordo com o seu grau de relevância, público-alvo e parceiros, instituições que atuam no contexto organizacional e as políticas e diretrizes que afetam o desempenho institucional.

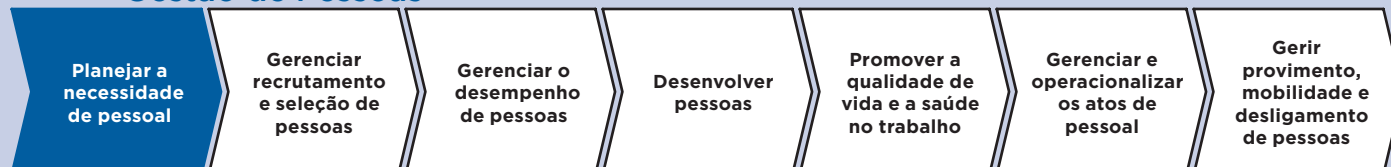
PARCEIROS		
MEC e Entidades vinculadas	Secretarias de Educação de Estados e Municípios	FAPs
Editoras	IES Nacionais e Internacionais	Agências de Fomento Nacionais e Internacionais
Ministérios e Entidades Vinculadas	Agências Reguladoras	Sociedades científicas
Empresas Públicas e Privadas	RNP e outras Organizações Sociais	Associações de representação acadêmica

INSTITUIÇÕES DO CONTEXTO ORGANIZACIONAL

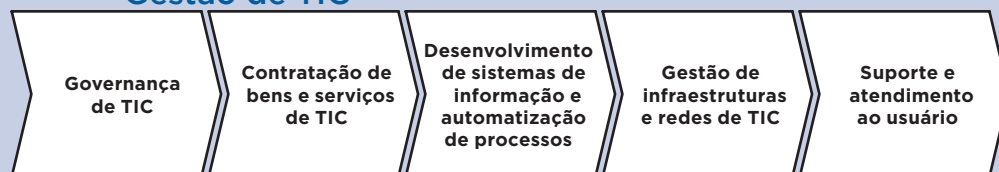
Ministérios Públicos	Congresso Nacional e Parlamentares	Casa Civil	Órgãos de Controle
----------------------	------------------------------------	------------	--------------------

MACROPROCESSOS DE SUPORTE

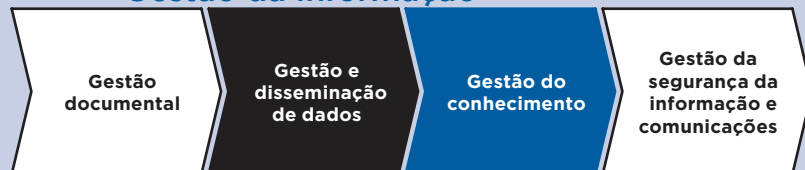
Gestão de Pessoas



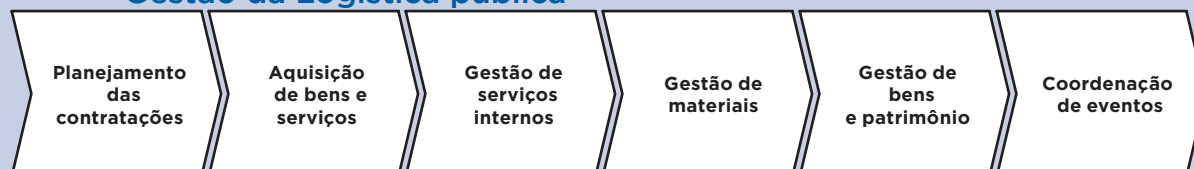
Gestão de TIC



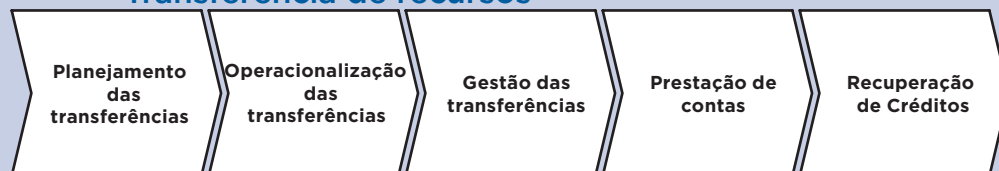
Gestão da Informação



Gestão da Logística pública



Transferência de recursos



Gestão financeira, contábil e de custos



Processos Existentes



Processos Propostos (NOVOS)



Processos Críticos

MACROPROCESSOS DE GOVERNANÇA

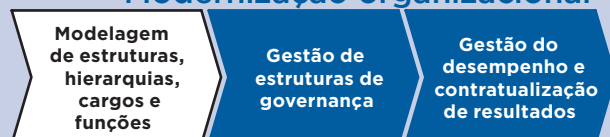
Planejamento e orçamento



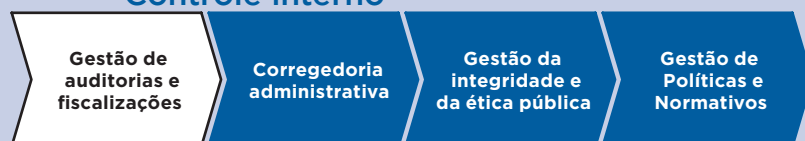
Gestão estratégica



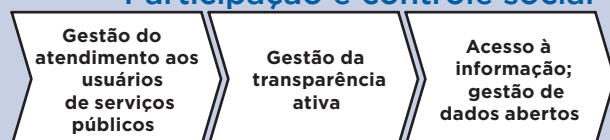
Modernização organizacional



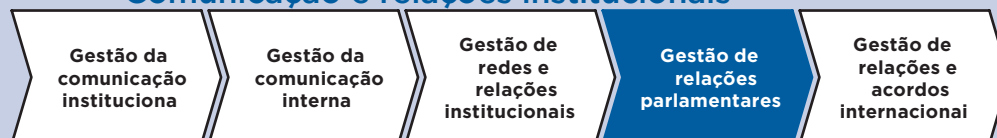
Controle interno



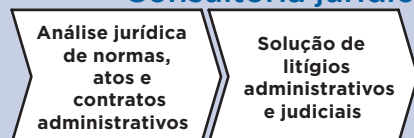
Participação e controle social



Comunicação e relações institucionais



Consultoria jurídica



Processos Existentes



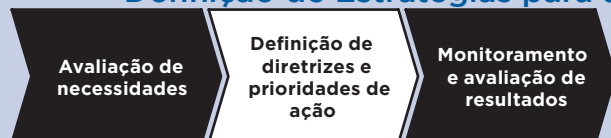
Processos Propostos (NOVOS)



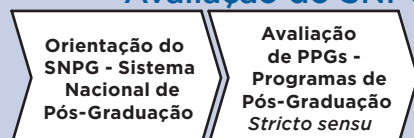
Processos Críticos

MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

Definição de Estratégias para a formação de Pessoal de alto nível



Avaliação do SNPG - Sistema Nacional de Pós graduação



Fomento ao Sistema Nacional de Pós-Graduação e à formação de profissionais da Educação Básica



 Processos Existentes
  Processos Propostos (NOVOS)
  Processos Críticos

LEIS, NORMAS & DIRETRIZES

PNPG	Regimento Interno	LDB	PNE
Leis Orçamentárias (LDO e LOA)	PPA	Lei de criação da CAPES 8.405 de 09/01/1992	Estatuto da CAPES
Parecer Sucupira	Lei 11.502/2007 Sistema Nacional de Pós-Graduação brasileira	Decreto 9.283/2018 Marco Legal CTI	Decreto 8.752/2016 Política Nacional de Formação de Profissionais da Educação Básica
Lei complementar 73/1993 e demais normas legais e infralegais afetas à AGU			

PÚBLICO-ALVO

Docentes, Discentes e Pesquisadores	Instituições de Ensino Superior	Programas de Pós Graduação	Institutos de Pesquisa
-------------------------------------	---------------------------------	----------------------------	------------------------

Figura 4 - Mapa de Contexto da CAPES
Fonte: CAPES

2. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E ALOCAÇÃO DE RECURSOS

Em 2020, a CAPES orientou-se pelo Objetivo 1237 do Plano Plurianual (PPA) 2020-2023 e pelas Metas 12, 13, 14, 15 e 16 do Plano Nacional de Educação (PNE). Ainda teve como diretriz o Plano Estratégico Institucional (PEI) 2020-2023 da CAPES que estipulou, no âmbito da Fundação, sua missão, visão, objetivos, projetos, indicadores e metas para o período, com base no alcance do atendimento das necessidades da Sociedade.

2.1 Objetivos do PPA

1237: Fomentar a formação de pessoal qualificado, fortalecendo a assistência estudantil e a inovação de forma conectada às demandas do setor produtivo e às necessidades da sociedade em um mundo globalizado.

2.2 Metas do PNE

Meta 12: Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para cinquenta por cento e a taxa líquida para trinta e três por cento da população de dezoito a vinte e quatro anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, quarenta por cento das novas matrículas, no segmento público.

Meta 13: Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para setenta e cinco por cento, sendo, do total, no mínimo, trinta e cinco por cento doutores.

Meta 14: Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu*, de modo a atingir a titulação anual de sessenta mil mestres e vinte e cinco mil doutores.

Meta 15: Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de um ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Meta 16: Formar, em nível de pós-graduação, cinquenta por cento dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos os profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

2.3 Plano Estratégico Institucional (PEI)

O Plano Estratégico Institucional da CAPES para o período de 2020-2023 é composto por 15 objetivos estratégicos, 52 indicadores relacionados diretamente aos objetivos e 21 projetos estratégicos, voltados a alavancar as ações institucionais no cumprimento da Missão e no alcance da Visão.

O Mapa Estratégico, referente ao período 2020-2023, apresenta os seguintes objetivos estratégicos separados em três perspectivas.

Mapa Estratégico 2020 - 2023

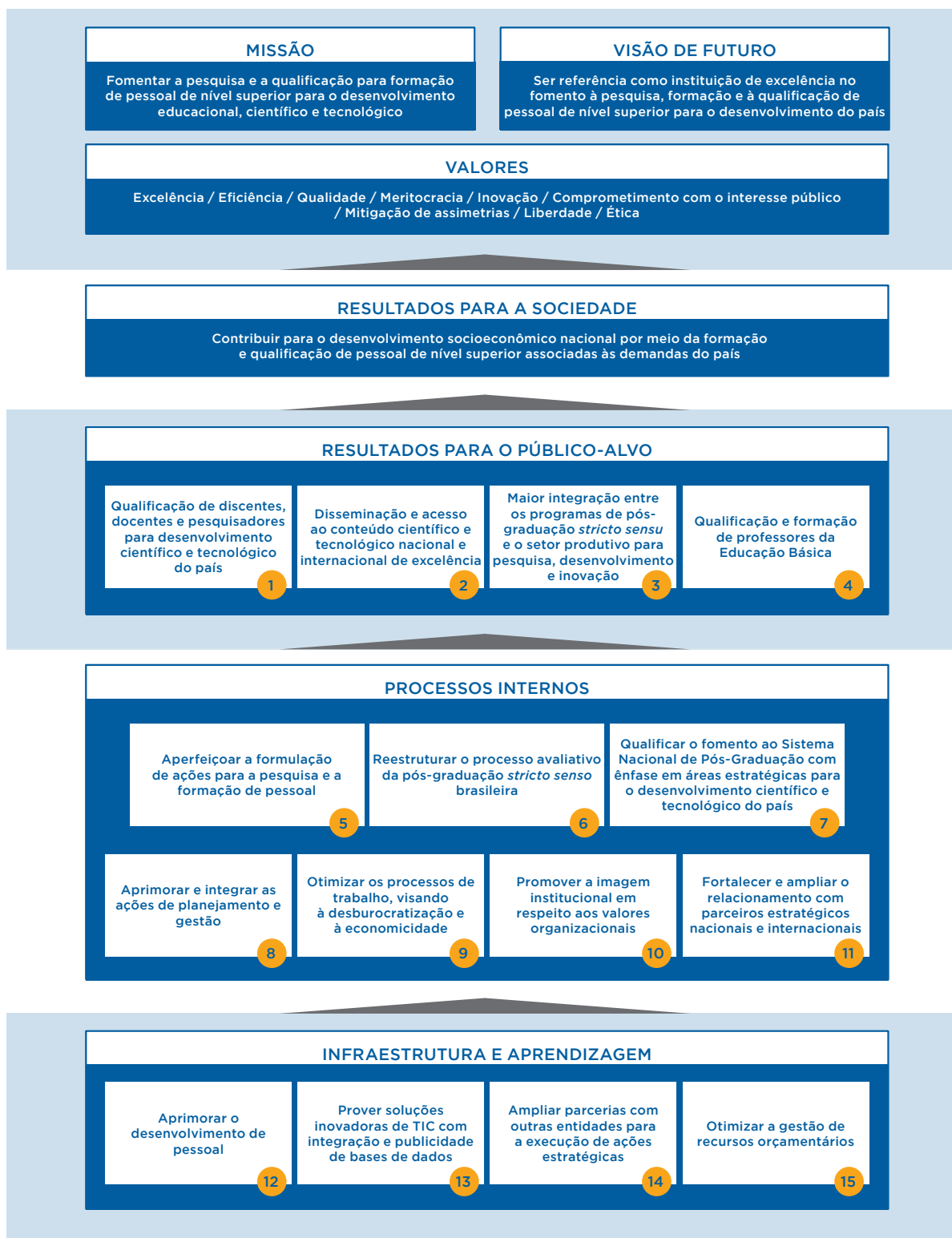


Figura 5 - Mapa Estratégico 2020 - 2023
Fonte: CAPES

Os indicadores estratégicos definidos para a mensuração de alcance dos objetivos estratégicos estão apresentados a seguir, junto com as metas definidas para o período.

INDICADORES ESTRATÉGICOS - PEI 2020 - 2023						
NÚMERO INDICADOR	INDICADORES	FÓRMULA DE CÁLCULO	METAS			
			2020	2021	2022	2023
	Quantitativo de doutores titulados no país	Somatório de doutores titulados no período, no país	25.277	26.541	27.868	29.261
OE01_IND02	Quantitativo de mestres titulados no país	Somatório de mestres titulados no período, no país	71.875	75.469	79.242	83.205
OE01_IND03	Quantitativo de mestres titulados no exterior	Somatório de mestres brasileiros titulados no exterior com auxílio da CAPES	2	4	2	2
OE01_IND04	Quantitativo de doutores titulados no exterior	Somatório de doutores brasileiros titulados no exterior com auxílio da CAPES	40	177	94	99
OE01_IND05	Quantitativo de bolsas para discentes, docentes e pesquisadores, no país	Somatório de bolsas de estudo de mestrado, doutorado e pós-doutorado no país concedidas pela Diretoria de Programas e Bolsas no País no período	96.730	96.730	96.730	96.730
OE01_IND06	Taxa de efetividade da bolsa de mestrado	Bolsistas titulados/(bolsistas titulados + bolsistas que abandonaram + bolsistas desligados)	95%	95%	95%	95%
OE01_IND07	Taxa de efetividade da bolsa de doutorado	Bolsistas titulados/(bolsistas titulados + bolsistas que abandonaram + bolsistas desligados)	93%	93%	93%	93%
OE01_IND08	Taxa de titulação de bolsistas de mestrado	(Média de bolsistas de mestrado titulados em programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> / Média de bolsistas matriculados em programas de mestrado de pós-graduação <i>stricto sensu</i>)X100	40%	40%	40%	40%
OE01_IND09	Taxa de titulação de bolsistas de doutorado	(Média de bolsistas de doutorado titulados em programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> / Média de bolsistas matriculados em programas de doutorados de pós-graduação <i>stricto sensu</i>)X100	13%	13%	13%	13%

OE01_IND10	Taxa de egressos no setor de serviços	(Número de egressos atuando no setor de serviços / Total de egressos)x100	65%	64%	64%	64%
OE01_IND11	Taxa de egressos na academia	(Número de egressos atuando na academia / Total de egressos)x100	25%	25%	24%	23%
OE01_IND12	Taxa de egressos no setor industrial	(Número de egressos atuando no setor industrial / Total de egressos)x100	2%	2%	2%	2%
OE01_IND13	Taxa de teses e dissertações que resultaram em publicações em extratos A1 e A2	(Número de artigos e periódicos oriundos de teses e dissertações publicadas em extratos A1 e A2 / Total de artigos e periódicos oriundos de teses e dissertações)x100	45%	47%	50%	52%
OE02_IND014	% de incremento dos acessos ao conteúdo do Portal de Periódicos	(Número de acessos ao conteúdo do Portal de Periódicos no período/Número de acessos ao conteúdo do Portal de Periódicos no período anterior]-1)x100	1%	1%	1%	1%
OE02_IND015	Taxa de publicações em periódicos A1	(Número de publicações em periódicos A1 no período / Total de publicações em periódicos no período)x100	23%	25%	27%	29%
OE02_IND016	Taxa de publicações em periódicos A2	(Número de publicações em periódicos A2 no período/ Total de publicações em periódicos no período)x100	19%	20%	20%	21%
OE03_IND18	% de mestres e doutores titulados em programas profissionais	(Número de mestres e doutores titulados em programas profissionais / Número de mestres e doutores titulados) X 100	15%	15%	15%	15%
OE03_IND19	Taxa de coproduções com pesquisadores do setor produtivo	(Número de produções em coautoria com participantes externos vinculados a alguma atividade econômica / Total de produções)x100	13%	14%	15%	16%
OE04_IND20	Taxa de ocupação de vagas ofertadas em cursos de formação de professores da Educação Básica como formação inicial	(Número de matriculados nos cursos para formação inicial de professores da educação básica/Total de vagas ofertadas)x100	92%	92%	92%	92%

OE04_IND21	Taxa de ocupação de vagas ofertadas em cursos de formação de professores da Educação Básica como formação continuada	(Número de matriculados nos cursos para formação continuada de professores da educação básica/Total de vagas ofertadas)x100	100%	100%	100%	100%
OE04_IND22	Taxa de permanência dos licenciandos nos projetos de iniciação à carreira docente	Média (em meses) de permanência dos projetos/Total de meses no projeto	0%	83%	83%	83%
OE04_IND23	Taxa de formação da demanda de professores em serviço que não possuem licenciatura na sua área de atuação	[Número de concluintes do PARFOR (número acumulado)]/[Total da demanda de professores acumulada - público do PARFOR - conforme Educacenso]x100 - Demanda nacional conforme dados do INEP	12%	13%	14%	15%
OE05_IND24	Número de ações para formação nacional criadas ou aperfeiçoadas no período	Somatório de ações criadas ou aperfeiçoadas no período	4	3	3	3
OE05_IND25	Número de ações para formação de professores da Educação Básica educação básica criadas ou aperfeiçoadas no período	Somatório de ações criadas ou aperfeiçoadas no período	5	7	7	7
OE05_IND26	Número de ações de internacionalização criadas ou aperfeiçoadas no período	Somatório de ações criadas ou aperfeiçoadas no período	2	3	4	5
OE06_IND27	Taxa de implementação do modelo de avaliação	(Número de ações implantadas no período/Total de ações planejadas no período)x100	80%	90%	100%	100%
OE07_IND28	Editais para fomento nas áreas estratégicas para o desenvolvimento científico e tecnológico do país	Somatório de editais publicados para fomento nas áreas consideradas estratégicas para o desenvolvimento científico e tecnológico do país, no período	8	10	12	12
OE07_IND29	Taxa de convergência ao modelo de distribuição de bolsas	(Número de cursos de M&D contemplados com seu total de bolsas previstos no modelo de distribuição de bolsas/Total de cursos de M&D apoiados pela CAPES)x100	55%	65%	75%	85%

OE07_IND30	Ações de fomento para a internacionalização da pesquisa	Somatório de benefícios de fomento concedidos no período (AUXPE, TED, Convênio)	300	300	300	300
OE07_IND31	Quantitativo de intercâmbio científico e tecnológico em parceria internacional - <i>outcoming</i>	Somatório de beneficiados por programa da DRI, no período	3300	2000	2500	2800
OE07_IND32	Quantitativo de intercâmbio científico e tecnológico em parceria internacional - <i>incoming</i>	Somatório de beneficiados por programa da DRI, no período	300	400	500	600
OE08_IND33	Taxa de Execução de Projetos Estratégicos	(Número de entregas de Projetos Estratégicos concluídos no período / Total de entregas de Projetos Estratégicos planejadas no período) x 100	50%	80%	100%	100%
OE08_IND34	Cultura de gestão estratégica	((Média das notas atribuídas aos seguintes critérios) x 100)/3: Critério 1 – Projetos Estratégicos, faixa de avaliação: Nota0: não existe um portfólio de projetos estratégicos; Nota1: até 50% dos projetos estratégicos utilizam algum método de gestão de projetos; Nota3: acima de 50% dos projetos estratégicos utilizam algum método de gestão de projetos. Critério 2 – Mensuração dos indicadores, faixa de avaliação: Nota0: ainda não foram medidos os indicadores estratégicos; Nota1: até 50% dos indicadores estratégicos foram mensurados; Nota3: acima de 50% dos indicadores estratégicos foram mensurados. Critério 3 – Reuniões de Avaliação da Estratégia, faixa de avaliação: Nota 0: foi realizada até uma reunião prevista Nota 1: foram realizadas de 2 a 3 reuniões previstas; Nota 3: foram realizadas 4 ou mais reuniões previstas. Critério 4 – Comunicação dos resultados, faixa de avaliação: Nota0: não são divulgados formalmente os resultados dos projetos ou dos indicadores; Nota 1: a divulgação dos resultados dos projetos ou dos indicadores foi parcial ou incompleta; Nota3: trimestralmente são divulgados formalmente os resultados dos projetos e dos indicadores.	50%	60%	75%	100%

OE09_IND35	Nível de maturidade dos macroprocessos finalísticos	Nível de maturidade: Nível 00: Definição de metodologia de aferição do grau de maturidade para a realização da 1ª avaliação; Nível 01: Aleatório - soluções dadas caso a caso sem sistemática ou organização; Nível 02: Repetitivo - reproduz a prática similar entre os setores; Nível 03: Padronizado - Rotinas definidas e documentadas; Nível 04: Gerenciado - Automatizado, com padrões de trabalho; Nível 05: Otimizado - Foco na melhoria contínua.	nível 0	nível 1	nível 2	nível 3
OE09_IND36	Taxa de procedimentos licitatórios realizados	(Processos realizados/Processos demandados)x100	100%	100%	100%	100%
OE09_IND37	Taxa de cobrança administrativa	(Número de processos de cobrança administrativa analisados no período/Número de processos de cobrança administrativa recebidos no período)x100	30%	40%	40%	40%
OE10_IND38	Taxa de incremento do alcance (visualização) das publicações nos canais oficiais da CAPES	[(Média do alcance de todos os canais de mídia sociais no período/Média do alcance de todos os canais de mídia sociais no período anterior)-1]X100	15%	15%	15%	15%
OE11_IND39	Taxa de incremento de participação das secretarias de educação nos programas da Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica	(Número de secretarias de educação que participaram nos programas no período/Número de secretarias de educação que participaram nos programas no período anterior)-1)x100	2%	2%	2%	2%
OE11_IND40	Taxa de incremento de participação de IES nos programas da Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica	(Número de IES que participaram nos programas no período/Número de IES que participaram nos programas no período anterior)-1)x100	2%	2%	2%	2%

OE11_IND41	Somatório das ações executadas com os principais parceiros estratégicos nacionais	Número de ações executadas em conjunto com parceiros nacionais no período	50	45	40	35
OE11_IND42	Taxa de incremento das ações executadas com os principais países parceiros estratégicos internacionais	(Número de ações executadas em conjunto com parceiros internacionais no período/Número de ações executadas em conjunto com parceiros internacionais no período anterior)-1}x100	5%	5%	10%	15%
OE12_IND43	Índice de capacitação do quadro de servidores	(Número de servidores que realizaram capacitação no período/ Número de servidores) x 100	20%	30%	30%	30%
OE13_IND44	Taxa de execução do PDTIC	Média do percentual de evolução das ações previstas para o período	55%	55%	70%	75%
OE13_IND45	Índice NPS - Comunicação	Pesquisa de satisfação (comunicação)	bom	bom	excelente	excelente
OE14_IND46	Parcerias nacionais estabelecidas	Número de parcerias nacionais estabelecidas, no período	4	4	4	4
OE14_IND47	Acordos internacionais estabelecidas com parceiros internacionais	Número de acordos internacionais vigentes com países, no período	20	20	20	20
OE15_IND48	Índice de execução orçamentária - geral	(Despesa empenhada/Orçamento autorizado) x 100	95%	95%	95%	95%
OE15_IND49	Índice de execução orçamentária - custeio	(Despesa empenhada/Orçamento autorizado) x 100	95%	95%	95%	95%
OE15_IND50	Índice de execução orçamentária - capital	(Despesa empenhada/Orçamento autorizado) x 100	95%	95%	95%	95%
OE15_IND51	Índice de execução orçamentária - bolsas	(Despesa empenhada/Orçamento autorizado) x 100	95%	95%	95%	95%
OE15_IND52	Taxa de execução financeira	(Despesas pagas/Despesas empenhadas) x 100	90%	90%	90%	90%

Tabela 1 - Indicadores Estratégicos
Fonte: CAPES

Os resultados do Plano Estratégico Institucional para o ano de 2020, assim como os demais documentos que envolvem o Plano, estão disponíveis integralmente no Portal institucional da CAPES, no link <https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/planejamento-estrategico>.

No que diz respeito ao monitoramento e avaliação do Plano Estratégico Institucional, a CAPES, por meio do seu Comitê Interno de Governança, avalia suas ações estratégicas, resultados, projetos e programas, promove as práticas de governança e supervisiona a gestão de riscos e controles internos.

Em 2021 está prevista a implementação do modelo de gestão estratégica, conforme figura 6, no qual, além do Comitê Interno de Governança, constarão o Comitê Gerencial de Governança e os Comitês Operacionais, em nível das diretorias, voltados para o acompanhamento e cumprimento do Plano Estratégico Institucional.

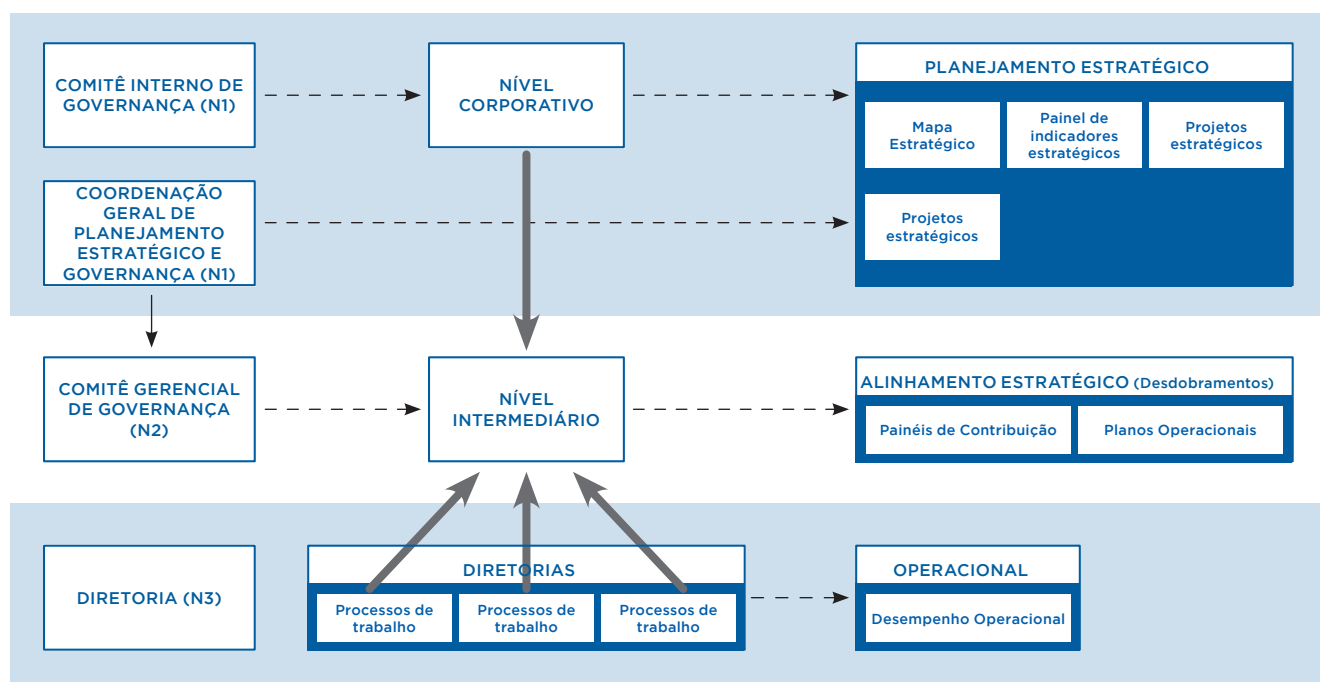


Figura 6 - Modelo de Gestão Estratégica a ser implementado em 2021
Fonte: CAPES

2.4 Planejamento Orçamentário

Os recursos necessários para alcance dos objetivos da CAPES são provenientes unicamente do Orçamento Geral da União (OGU). As consignações das dotações orçamentárias seguem o rito formal da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA). O Ministério da Educação, como Órgão Superior, trabalha diretamente com o Ministério da Economia para a definição da alocação orçamentária em todas as suas Unidades Orçamentárias (UOs), tendo a CAPES fornecido todas as informações necessárias para a distribuição inicial dos recursos e para as recomposições feitas por meio de créditos adicionais. O recebimento de recursos por parte de outros órgãos federais, por meio de descentralizações de créditos, não atingiu cifras expressivas, R\$ 10,5 milhões em um universo de R\$ 3,5 bilhões executados, mas denotam parcerias importantes para a formação de recursos humanos qualificados no país, tais como aquelas com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Agência Nacional de Águas (ANA) e Departamento de Polícia Federal (DPF).

2.5 Perfil de Governança e Gestão Públicas

A CAPES tem participado, desde 2017, dos levantamentos do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a situação de Governança no Setor Público. Os levantamentos são realizados por meio de autoavaliação, em que cada organização preenche o formulário encaminhado pelo TCU e este elabora um relatório com os resultados (por índice), apresentando gráficos comparativos com as outras organizações participantes. Esses levantamentos têm por objetivo estimular as organizações públicas a realizarem essa autoavaliação anualmente, adotarem boas práticas de governança e tornarem os resultados parte integrante do processo de prestação de contas anuais.

Em 2020, a autoavaliação da CAPES foi conduzida e orientada pela Auditoria Interna, no âmbito da atividade de consultoria em governança prestada por essa unidade à Presidência.

Na avaliação, são apresentados os valores dos seguintes índices:

- IGG - Índice Integrado de Governança e Gestão Públicas;
- iGovPub - Índice de Governança Pública;
- iGestPessoas - Índice de Capacidade em Gestão de Pessoas;
- iGestTI - Índice de Capacidade em Gestão de TI; e
- iGestContrat - Índice de Capacidade em Gestão de Contratos.

Nos gráficos a seguir, são apresentados o perfil de Governança e Gestão Públicas da CAPES, entre os anos de 2018 a 2020, comparados às médias obtidas pelas 498 organizações participantes no último ciclo regular.

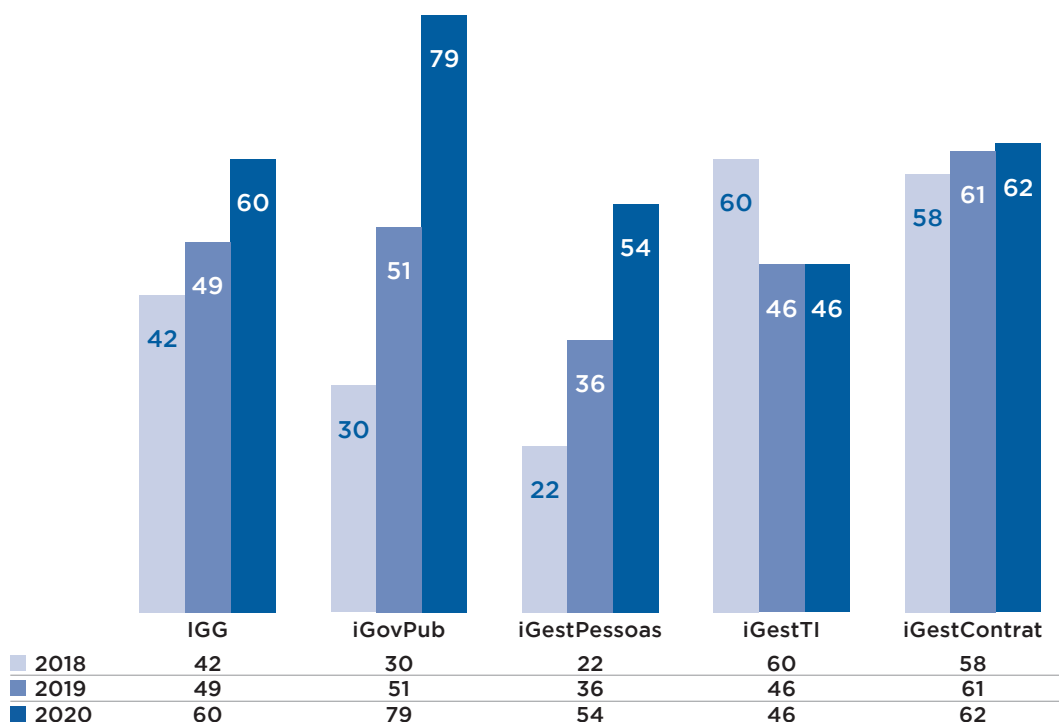


Gráfico 1 - Evolução da Autoavaliação do Perfil de Governança e Gestão Públicas da CAPES - 2018 a 2020

Fonte: Tribunal de Contas da União (TCU)

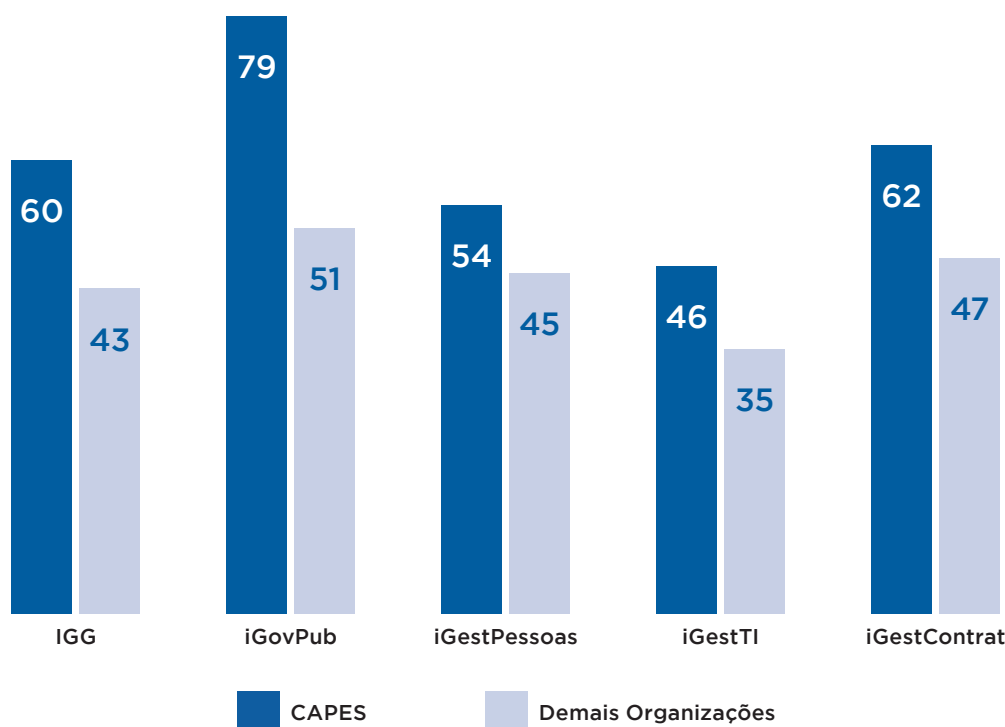


Gráfico 2 - Comparativo da Autoavaliação do Perfil de Governança e Gestão Públicas da CAPES com outras organizações - 2020
Fonte: Tribunal de Contas da União (TCU)

2.6 Órgãos Seccionais De Assessoramento

Além dos esforços da CAPES para aprimorar os mecanismos de governança e estratégia e dos desafios para a alocação mais adequada dos recursos diante do quadro de restrição orçamentária, a Organização conta com órgãos seccionais de assessoramento aos gestores com o objetivo de garantir a legalidade, a economicidade, a eficiência, a eficácia e a legitimidade de atos, processos e procedimentos. Trata-se da Procuradoria Federal junto à CAPES e da Auditoria Interna.

A Procuradoria Federal junto à CAPES (PF-CAPES) é um órgão descentralizado, integrante da estrutura da Procuradoria-Geral Federal (PGF), com competência para exercer consultoria e assessoramento jurídicos da CAPES, além de atuar em parceria com os órgãos de execução judicial da Advocacia-Geral da União (AGU) para defesa judicial e extrajudicial da Fundação.

A atuação consultiva, que se relaciona com a maior parte do trabalho desenvolvido na Procuradoria, caracteriza-se pela manifestação jurídica prévia à realização do ato administrativo, com o objetivo de conferir amparo legal aos projetos e programas implementados pela CAPES, de tal forma que essa modalidade de atuação aproxima-se de uma espécie de controle preventivo de legalidade e constitucionalidade dos atos administrativos produzidos pela Fundação. O assessoramento, por sua vez, está relacionado à orientação e aos auxílios jurídicos prévios à realização do ato, de forma a direcionar corretamente todas as etapas e fases procedimentais que antecedem a prática do ato.

No que tange às demandas judiciais, a atuação perante ao Poder Judiciário é realizada pelas unidades de contencioso da PGF, cabendo à PF-CAPES promover o intercâmbio de informações entre a CAPES e as referidas Procuradorias Judiciais, além de manifestar-se de forma especializada em relação aos normativos relacionados à atuação da Fundação. Além disso, inserem-se nas atribuições da PF-CAPES o assessoramento direto às autoridades da CAPES que figurem no polo passivo das ações mandamentais.

Em relação ao ano de 2020, a Procuradoria concentrou esforços ainda maiores na atividade de assessoramento do gestor, buscando atuar de forma mais efetiva nas etapas iniciais de elaboração da política pública, evitando o retrabalho da Administração na adequação jurídica de programas e projetos institucionais, o que conferiu maior celeridade e eficiência aos procedimentos internos da Fundação.

A Auditoria Interna realiza atividades independentes e objetivas de avaliação e de consultoria para adicionar valor e melhorar as operações da CAPES. Busca auxiliar a organização a realizar seus objetivos, a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada, para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos. Tem como propósito aumentar e proteger o valor organizacional, fornecendo avaliação, assessoria e aconselhamento baseados em riscos.

Em 2020 a Auditoria Interna da CAPES realizou cinco ações de avaliação e consultoria:

AA01 – Avaliação do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB);

AA03 – Avaliação das contratações de serviços de consultoria;

AA04 – Avaliação da execução orçamentária e financeira;

Ação extraordinária – Avaliação da política de concessão e uso do Cartão BB Pesquisa/CAPES; e

AC01 – Consultoria em Governança Institucional, Gestão de Riscos, Controles Internos e Integridade.

Os resultados das avaliações da Auditoria Interna podem ser acessados no Portal da CAPES por meio do link:

<https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/auditorias/relatorios-de-auditorias>

3. RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

A gestão de riscos na CAPES, em fase de estruturação, é fundamental para que a estratégia institucional seja implementada, aproveitando as oportunidades e mitigando as ameaças, visando ao cumprimento da sua Missão.

A gestão de riscos da CAPES observa os seguintes princípios fundamentais:

- propiciar segurança ao ambiente interno da Instituição;
- participar ativamente dos processos organizacionais no que se refere aos riscos;
- subsidiar a Alta Administração e gestores nas tomadas de decisões;
- tratar as incertezas e dúvidas quando da implementação de ações e atividades;
- ser realizada de forma sistemática e estruturada;
- ser transparente;
- ser interativa e adaptável às mudanças de ambiente e de tecnologias; e
- ser ferramenta de melhoria contínua dos processos e procedimentos da Instituição.

As principais categorias de riscos às quais a CAPES pode ser afetada, e os respectivos tratamentos, são:

- **Negócios:** são riscos relativos às atividades e aos negócios da CAPES, como acordos, termos de cooperação, contratos, parcerias, relação entre sistemas de diversos órgãos da Administração.
 - **Mitigação:** monitoramento da vigência dos acordos, contratos, termos de cooperação; instituição de novas parcerias com entidades estratégicas; e monitoramento do Planejamento Estratégico Institucional.
- **Finanças e orçamento:** são riscos que podem comprometer a capacidade da CAPES de executar suas ações, eventos ou atividades, como, por exemplo, restrições orçamentárias que impossibilitem o fomento e a qualificação da formação de pessoal de nível superior.
 - **Mitigação:** priorização das atividades na utilização de recursos; articulação com o Congresso Nacional, visando a emendas parlamentares; a busca por parcerias privadas ou a contrapartidas nas ações da instituição.

- **Conformidade:** são riscos relativos às alterações legislativas ou normativas, bem como a eventos relacionados à corrupção, a fraudes, a irregularidades ou a desvios éticos e de conduta que podem comprometer os valores, as ações e o alcance dos objetivos da CAPES.
 - **Mitigação:** estruturação e fortalecimento da segunda linha de defesa (controles internos, gestão de riscos, segurança da informação, Ouvidoria, atividades de correição, plano de integridade).
- **Operacional:** são riscos decorrentes de falhas, deficiências ou inadequações de processos internos, de pessoas, de infraestrutura e de sistemas, assim como de catástrofes naturais ou ações de terceiros.
 - **Mitigação:** capacitação de servidores e colaboradores; gerenciamento de processos; verificação regular de sistemas e infraestrutura; implementação de sistema de alerta para diminuir os efeitos de eventual interrupção nos sistemas de informação; política de prevenção para catástrofes naturais.
- **Político:** são riscos decorrentes das mudanças de políticas públicas, de governo e gestão, da ausência de critérios para priorização de demandas educacionais pelo governo e de debates políticos sobre as atividades e funcionamentos da CAPES.
 - **Mitigação:** Planejamento Estratégico Institucional consolidado; articulação política com o Congresso Nacional; políticas e programas consolidados e institucionalizados.

As principais oportunidades relacionadas às ações da CAPES são:

- **Parcerias estratégicas** realizadas junto a instituições nacionais e internacionais (públicas e privadas), setor produtivo, entre outros. Com esse tipo de parceria, há possibilidade de compartilhar os riscos positivos do negócio que, além de contribuir para qualificação e formação de pessoal de alto nível, pode auxiliar na melhoria da governança e tomada de decisões.
 - **Medidas para geração de valor:** aumento das ações conjuntas nas áreas de atuação institucional; planos para atrair novos parceiros estratégicos; e aumento dos investimentos nas parcerias.
- **Novas tecnologias** que contribuem com a análise de dados, conectividade e inteligência artificial e que permitem novas formas de trabalho, colaboração e inovação.
 - **Medidas para geração de valor:** criação de sistemas mais modernos e atualização de sistemas ativos; otimização dos processos; acesso imediato das informações.
- **Plano de Transformação Digital do Governo Federal**, alinhado ao Plano de Transformação Digital do MEC, cujo objetivo é reduzir a burocracia e os custos dentro do serviço público por meio da simplificação do acesso ao cidadão para estes serviços, da redução dos custos e do tempo de espera pelo atendimento das demandas e, com o objetivo de aumentar a eficiência dos serviços prestados à comunidade, da otimização do uso da força de trabalho, da redução de custos com infraestrutura e da redução do tempo de entrega.
 - **Medidas para geração de valor:** desburocratização, otimização de processos; mais transparência e divulgação das ações institucionais; facilidade de acesso do cidadão.

3.1 As Linhas de Defesa

A CAPES adota o modelo de três linhas de defesa, de acordo com sua estrutura de Governança.

A primeira linha de defesa é responsável por identificar, avaliar, controlar e mitigar os riscos, guiando o desenvolvimento e a implementação de políticas e procedimentos internos destinados a garantir que as atividades sejam realizadas de acordo com as metas e objetivos da organização. Contempla os controles primários, que devem ser instituídos e mantidos pelos gestores responsáveis pela implementação das políticas públicas durante a execução de atividades e tarefas, no âmbito de seus macroprocessos finalísticos e de apoio.

A segunda linha de defesa tem suas instâncias situadas ao nível da gestão e objetivam assegurar que as atividades realizadas pela primeira linha de defesa sejam desenvolvidas e executadas de forma apropriada. Essas instâncias são destinadas a apoiar o desenvolvimento dos controles internos da gestão e realizar atividades de supervisão e de monitoramento das atividades desenvolvidas no âmbito da primeira linha, que incluem gerenciamento de riscos, conformidade, verificação de qualidade, controle financeiro, orientação e treinamento.

A terceira linha de defesa é representada pela atividade de auditoria interna, que presta serviços de avaliação e de consultoria com base nos pressupostos de autonomia técnica e de objetividade, com o propósito de contribuir para o aprimoramento das políticas públicas e a atuação da organização. Os destinatários dos serviços da Auditoria Interna são a Alta Administração, os gestores e a Sociedade.

A primeira e a terceira linhas de defesa da CAPES estão estruturadas. A segunda linha de defesa ainda está em processo de estruturação, carecendo da criação de unidades de controladoria, gestão de riscos, integridade e correição. A criação dessas unidades terá impacto positivo no atingimento dos objetivos da CAPES por meio de gerenciamento de riscos e implementação de controles efetivos.

De forma estruturada, pode-se esquematizar as responsabilidades e atividades das linhas de defesa conforme a figura abaixo.

Conselho Superior			Órgãos de Controle Interno (CGU) e Externo (TCU)
Presidência			
1ª Linha de Defesa	2ª Linha de Defesa	3ª Linha de Defesa	
Responsáveis: - Gestores e equipes - Unidades técnicas e operacionais Atividades: - Gerenciamento de riscos - Implementação de ações corretivas para resolver eventuais deficiências nos processos e controles internos	Responsáveis: - Ouvidoria - Segurança da Informação Atividades: - Controle de riscos - Supervisão da conformidade - Assessoramento e monitoramento das atividades de controle	Responsáveis: - Auditoria Interna Atividades: - Avaliação independente e objetiva da conformidade, da eficácia do gerenciamento de riscos e controles internos - Reporte de impropriedades, irregularidades, fraudes e boas práticas	

Figura 7 - As três linhas de defesa da CAPES
Fonte: CAPES

4. RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO

4.1 AVALIAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*

O processo de avaliação conduzido pela CAPES manteve, em 2020, sua posição como atividade fundamental para a garantia e a manutenção da qualidade da pós-graduação *stricto sensu* brasileira, e de instrumento para indução e expansão do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG). O ano de 2020 finalizou com 4.543 programas de pós-graduação em funcionamento, englobando 5.299 cursos de mestrado e doutorado em todas as regiões do país.

O número de discentes matriculados e titulados em programas de pós-graduação, distribuídos por modalidade, pode ser verificado na tabela abaixo:

Nível	Matriculados	Titulados
Doutorado	118.122	24.422
Doutorado Profissional	348	10
Mestrado	130.471	54.131
Mestrado Profissional	43.825	15.940
TOTAL	292.766	94.503

Tabela 2 - Matriculados e titulados em cursos de pós-graduação *stricto sensu* em 2019
Fonte: Coleta 2019.

Nota-se que os dados da planilha acima são referentes ao ano de 2019, uma vez que as informações de 2020 somente estarão disponíveis após a finalização do Coleta 2020, prevista para o primeiro semestre de 2021.

4.1.1 Avaliação de Propostas de Novos Cursos (APCN)

A expansão do SNPG depende do processo de Avaliação de Propostas de Cursos Novos (APCN), conduzido pela CAPES com o objetivo de identificar e assegurar um padrão mínimo de qualidade, necessário para o devido reconhecimento pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e para a autorização de funcionamento pelo ministro da Educação. Os cursos aprovados passam a integrar o SNPG e são sistematicamente acompanhados e avaliados pela CAPES.

As propostas de novos cursos são formuladas pelas instituições de ensino e pesquisa e encaminhadas à CAPES dentro do prazo previsto no calendário oficial. No ano de 2020, excepcionalmente, não houve submissão de novas propostas, em virtude da suspensão do calendário de APCN. No ano de 2019, entretanto, a CAPES recebeu 664 propostas; dessas, 336 foram analisadas entre o período de janeiro a outubro de 2020 e 22,92% foram aprovadas. Entre as propostas analisadas, 175 foram de cursos na modalidade acadêmica e 161 na modalidade profissional. Os dados estão apresentados no gráfico abaixo.

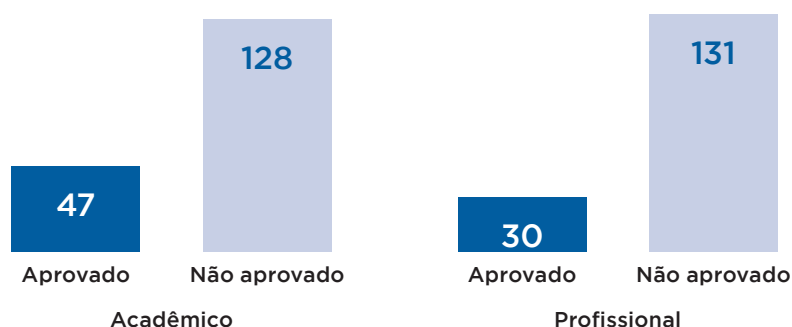


Gráfico 3 - Quantidade de propostas de cursos novos (acadêmicas e profissionais) aprovadas e não aprovadas pela avaliação da CAPES.
Fonte: Coleta 2019

4.1.2 Fusão de Programas de Pós-Graduação e Processos de Cooperação entre Instituições

Ainda com o intuito de manter a qualidade e a melhoria constante do SNPG, a CAPES vem estimulando os processos de fusão entre programas que apresentam estruturas de formação e de pesquisa semelhantes. Prevista e amparada pela Portaria CAPES nº 256, de 23 de novembro de 2018, o processo de fusão significa a união de dois ou mais PPGs *stricto sensu* em funcionamento. O intuito desta ação é a formação de um novo programa ou a integração de discentes, docentes, recursos e infraestrutura a um dos programas; neste caso, extingue-se aquele que foi incorporado.

As ações tendem a resultar em um melhor aproveitamento de esforços e recursos e, consequentemente, no incremento das atividades dos programas. Ao longo de 2020, foram analisados 42 projetos de fusão entre PPGs.

Tipo migração	2020
Fusão PPG diferentes para IES/campus diferentes	9
Fusão PPG diferentes na mesma IES	23
Junção de cursos	9
Migração de programa entre IES	1
TOTAL GERAL	42

Tabela 3 - Recorte de fusão dos PPGs em 2020
Fonte: CAPES

Além dos processos de fusão entre PPGs, a CAPES também vem estimulando os Projetos de Cooperação entre Instituições (PCI), que contemplam turmas temporárias de mestrado ou de doutorado acadêmicos ou profissionais. Estes projetos visam à formação específica de recursos humanos altamente qualificados para atuação na docência, na pesquisa e no mercado de trabalho em instituições públicas ou privadas. O tema está previsto e amparado pela Portaria CAPES nº 243, de 6 de novembro de 2019 e, em 2020, todos os 79 projetos recebidos foram analisados.

4.1.3 Qualis Referência

Em 2019, a CAPES iniciou o processo de elaboração do novo modelo de avaliação de periódicos e instituiu grupos de trabalho afeitos às seguintes temáticas:

- Classificação de Livros;
- Produtos Técnicos/Tecnológicos;
- Produtos Artísticos e Culturais; e
- Classificação de eventos.

Ao longo do ano de 2020, foram definidos os critérios e procedimentos do novo modelo, denominado Qualis Referência. Este novo modelo passará a adotar indicadores bibliométricos como base para cálculo dos estratos de classificação. O resultado da classificação de periódicos e seus respectivos estratos estão previstos para 2021.

4.1.4 Outras ações no âmbito do processo de avaliação

Além das ações supracitadas, outras merecem menção no âmbito do processo de avaliação da CAPES:

- trabalho de definição dos campos e critérios para avaliação de produtos técnico-tecnológicos e seus níveis de classificação. A ficha específica foi concluída e disponibilizada para as 49 áreas de avaliação;
- lançamento do Portal Solidariedade, marketplace científico a partir do qual membros da comunidade acadêmico-científica podem compartilhar equipamentos, materiais ou insumos para realização de pesquisas, em parceria com a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP);

- c. trabalho de revogação, atualização e consolidação de diversas normas relacionadas à avaliação;
- d. estudos e pesquisas para aprimoramento da avaliação da pós-graduação brasileira e evolução do SNPG;
- e. definição do calendário de atividades da Avaliação Quadrienal (2017 – 2020) - Portaria nº 177, de 13 de novembro de 2020 - prevista para ocorrer no ano de 2021;
- f. formatação da Plataforma Sucupira, cujos processos foram aperfeiçoados para melhor atender à CAPES e às Instituições de Ensino;
- g. reuniões dos Colégios da Vida, Humanidades e Ciências Exatas, Tecnológicas e Multidisciplinar ocorreram nos meses de março, setembro, outubro e dezembro para análises e discussões de assuntos afetos à avaliação, quais sejam: análise de APCN, fichas de avaliação e documentos de área, análise de periódicos para o Qualis e discussão de critérios e outros assuntos relacionados à Avaliação Quadrienal 2021.

Apesar das dificuldades encontradas pela imposição de distanciamento social determinada pela pandemia da Covid-19, a CAPES manteve sua agenda avaliativa. Ao todo, 70 eventos foram realizados de forma presencial até março de 2020 e, após as medidas de isolamento para contenção da pandemia, os eventos passaram a ser realizados remotamente, com impacto em todos os programas do SNPG.

4.1.5 Perspectivas para 2021

Para 2021, as expectativas no âmbito da avaliação estão voltadas para a realização da Avaliação Quadrienal 2017-2020 e para a discussão do Novo Modelo de Avaliação a ser implementado para o próximo quadriênio. Entre as principais ações a serem desenvolvidas, destacam-se:

a. Plataforma Sucupira:

- evolução das ferramentas, lançamento dos módulos novos de destaques e classificação e atualização da Ficha de Avaliação;
- desenvolvimento da Sucupira 2.0, para atender ao novo modelo de avaliação e nova estrutura de informações e integrações; e
- acompanhamento do processo de classificação das produções intelectuais, considerando as novas fichas e os procedimentos propostos pelos Grupos de Trabalho;

b. discussão e aprimoramento do novo modelo de avaliação para o próximo ciclo quadrienal;

c. discussão e aprimoramento dos processos de acompanhamento dos PPGs;

d. planejamento, acompanhamento e execução das atividades relacionadas à Avaliação Quadrienal 2021:

- publicação do Regulamento da Quadrienal e de ato normativo regulamentando o novo instrumento de avaliação de periódicos (Qualis Referência);
- elaboração de manuais e tutoriais para as comissões;
- treinamentos;
- auxílio e assessoramento às comissões de avaliação; e
- revisões e conferências para a divulgação de resultados.

e. Plano de Logística Remota da Quadrienal: considerando o cenário de pandemia, as atividades da avaliação serão realizadas, preferencialmente, de maneira remota, o que demanda definição das ferramentas de acompanhamento e comunicação;

f. adequação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais ao processo avaliativo; e

g. proposição, revisão e consolidação dos atos normativos da CAPES afetos a áreas de avaliação e conhecimento, classificação de docentes, acompanhamento dos programas de pós-graduação, entre outros.

Para mais informações acerca do processo de avaliação realizado pela CAPES, acesse a página <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao>

4.2 BOLSAS E FOMENTO NO PAÍS

Cabe ao eixo de Bolsas e Fomento no País conceber e implementar políticas públicas de fomento ao SNPG com o objetivo de apoiar a formação de pessoal altamente qualificado na Educação Superior e contribuir para o fortalecimento e o crescimento da ciência, da tecnologia e da inovação no Brasil. Em 2020, buscando atender ao crescimento do SNPG e promover a qualidade da pós-graduação, a CAPES deu continuidade as suas ações de fomento aos programas de pós-graduação *stricto sensu* de Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa brasileiras por meio da concessão de bolsas e de recursos de custeio. Com sua política de concessão de bolsas de mestrado e doutorado no país, a CAPES visa contribuir para o atingimento da Meta 14 do PNE 2014-2024, que traz em sua redação: “Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu*, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 mestres e 25.000 doutores”. Para o mestrado, a meta já foi ultrapassada, sendo que foram titulados 68.877 mestres em 2019. No caso do doutorado, a previsão é de alcance da meta antes do final da vigência do atual PNE, tendo em vista que em 2019 já foram titulados 24.290 doutores, o que representa 97,2% de atingimento da meta.

Convém destacar que a CAPES vem contribuindo para o atingimento dessa meta, uma vez que, em consonância com o preconizado no Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2011-2020, a fundação tem priorizado nos últimos anos a concessão de bolsas de doutorado, passando de 26,1 mil bolsas concedidas em 2011, para 46,1 mil em 2020 - um crescimento de 77% no período.

4.2.1 Ações institucionais de fomento à Pós-Graduação

Em 2020, entre as iniciativas implementadas no âmbito dos programas institucionais, destaca-se o modelo inédito de concessão de bolsas no âmbito do Programa de Demanda Social (DS), do Programa de Excelência Acadêmica (PROEX), do Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Particulares (PROSUP) e do Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições Comunitárias de Educação Superior (PROSUC), referente ao período entre março de 2020 e fevereiro de 2021.

O modelo tem como base critérios claros e objetivos e prioriza a concessão de bolsas para os cursos mais bem avaliados. Além disso, valoriza cursos oferecidos em municípios com menor Índice de Desenvolvimento Humano de Município (IDH-M) e cursos com melhor desempenho em termos de alunos titulados. Ademais, a fim de atingir meta prevista no PNE, cursos de doutorado recebem mais bolsas do que cursos de mestrado. Com base nestes critérios, a concessão de bolsas dos programas DS, PROEX, PROSUC e PROSUP passou de 80.272 em fevereiro de 2020 para 84.269 após a implementação do modelo.

Adicionalmente ao apoio dispensado ao SNPG por meio da concessão de bolsas no país, a CAPES promove o desenvolvimento da pós-graduação nacional mediante a concessão de recursos de custeio destinados à melhoria das condições de funcionamento dos programas de pós-graduação, os quais podem ser utilizados para a manutenção e funcionamento de laboratório de ensino e pesquisa, aquisição de insumos, realização de defesas de dissertações e teses, publicação de artigos científicos, participação de professores, pesquisadores e alunos em atividades acadêmico-científicas no país e no exterior, entre outras.

Em 2020, foram concedidos R\$ 166,9 milhões por intermédio do Programa de Apoio à Pós-Graduação (PROAP) e do Programa de Excelência Acadêmica (PROEX) para 3.171 programas de pós-graduação. Para 2021, está prevista a implementação de um novo modelo de concessão de recursos institucionais.

4.2.2 Ações estratégicas de fomento à Pós-Graduação

A CAPES também promove um conjunto de ações estratégicas com foco no estímulo à formação de recursos humanos de alto nível e à pesquisa em áreas estratégicas para o desenvolvimento nacional, bem como para contribuir com a redução das assimetrias regionais existentes no SNPG. Destaca-se que grande parte das ações estratégicas desenvolvidas no âmbito da CAPES promovem a formação de redes de pesquisa, que são vistas como condição essencial à realização de investigações científicas e ao avanço do conhecimento. A criação dessas redes proporciona a consolidação de parcerias interinstitucionais e o intercâmbio de conhecimentos, por meio da realização de pesquisas em temas estratégicos para o desenvolvimento do país com uma abordagem multidisciplinar. Adicionalmente, possibilitam o enfrentamento de desafios, que vão desde a qualidade e o impacto social, econômico e educacional dos estudos; o melhor uso da infraestrutura científico-acadêmica; a internacionalização da ciência brasileira; e a inovação.

Em 2020, merece destaque a execução dos Programas Emergenciais que visam atender necessidades iminentes, tais como desastres naturais e surtos epidêmicos que ameaçam a população brasileira, por meio do financiamento de projetos de pesquisa que buscam soluções efetivas para os desafios causados pelas situações de risco e de vulnerabilidade. Neste ano, em meio à pandemia da Covid-19, a CAPES implementou o Programa Estratégico Emergencial de Prevenção e Combate a Surtos, Endemias, Epidemias e Pandemias. O Programa é um conjunto de ações de incentivo a formação de recursos humanos de alto nível e apoio a projetos de pesquisa, o qual está estruturado em duas dimensões:

i. Ações Estratégicas Emergenciais Induzidas em Áreas Específicas: têm como objetivo apoiar a formação de recursos humanos altamente qualificados e projetos de pesquisa, no âmbito dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, voltados ao enfrentamento da Covid-19 e em temas relacionados a endemias e epidemias típicas do país: epidemiologia, infectologia, microbiologia, imunologia, bioengenharia e bioinformática. Em 2020, foram lançados três editais, por meio dos quais foram aprovados 109 projetos de pesquisa, os quais serão apoiados com bolsas e recursos de custeio ou capital (tabela 4). No total, foram concedidas 1.248 bolsas a serem implementadas ao longo dos três anos de execução dos projetos, tendo sido implementadas 661 bolsas em 2020.

	Edital nº 09/2020 Epidemias	Edital nº 11/2020 Fármacos e Imunologia	Edital nº 12/2020 Telemedicina e Análise de Dados Médicos
Número de projetos apoiados	38	46	25
Número de Bolsas	677	370	201
Concessão de recursos de custeio e capital (período total de vigência dos projetos)	R\$ 11.792.192,00	R\$ 4.583.088,00	R\$ 2.262.134,00
Repasse efetuados em 2020	R\$ 6.707.727,00	R\$ 3.295.211,00	R\$ 1.669.655,00

Tabela 4 - Editais lançados em 2020 no âmbito do Programa Estratégico Emergencial de Prevenção e Combate a Surtos, Endemias, Epidemias e Pandemias
Fonte: CAPES

ii. Ações Estratégicas Emergenciais Imediatas: consistiram na concessão emergencial de bolsas de mestrado e doutorado para programas de pós-graduação *stricto sensu* com potencial para formar recursos humanos altamente qualificados e desenvolver pesquisas na área-objeto do Programa. Assim, a CAPES concedeu imediatamente 1.189 bolsas de mestrado e doutorado para programas de pós-graduação com notas 5, 6 e 7.

Ainda como parte das ações relacionadas à pandemia da Covid-19, em 2020 merece destaque a publicação das Portarias nº 55, de 29 de abril de 2020 e nº 121, de 19 de agosto de 2020, que dispõem sobre a prorrogação excepcional dos prazos de vigência de bolsas de mestrado e doutorado no país, por até 3 e 6 meses, respectivamente.

Além das ações emergenciais relacionadas à Covid-19, a CAPES deu continuidade ao apoio a projetos de pesquisa dos seguintes editais: Prevenção e Combate ao vírus Zika, Apoio a Redes de Pesquisa para Recuperação da Bacia do Rio Doce e Entre Mares. No total, a CAPES investiu, em 2020, cerca de R\$ 38,5 milhões no conjunto de programas emergenciais para o pagamento de bolsas e recursos de custeio e capital.

Em 2020, a CAPES lançou uma nova ação voltada para a diminuição das assimetrias regionais existentes no SNPG, com foco no desenvolvimento da pós-graduação na área que compreende a Amazônia Legal, região composta pelos sete estados da região Norte, além de Maranhão e Mato Grosso: o Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG) – Amazônia Legal (Edital nº 13/2020). Este edital teve origem em um protocolo de intenções assinado em novembro de 2019 entre a CAPES e as IES dos Estados da Amazônia Legal, que se comprometeram a executar, conjuntamente, um programa de desenvolvimento estratégico da pós-graduação para a região. O objetivo do edital é fomentar Planos de Desenvolvimento de programas de pós-graduação *stricto sensu* em áreas estratégicas para IES localizadas na Amazônia Legal. As propostas foram apresentadas pelas Pró-Reitorias de Pós-Graduação e Pesquisa ou órgão equivalente das IES participantes, visando a consolidação de seus programas de pós-graduação e a nucleação de novas áreas de concentração ou a criação de novos programas de pós-graduação nas seguintes áreas temáticas: a) Biotecnologia; b) Biodiversidade, Conservação e Recuperação Ambiental; c) Saúde Pública, Doenças Tropicais e Tecnologias para o Trabalho em Saúde; d) Combate e Prevenção voltados ao Enfrentamento de Epidemias; e) Engenharias, Tecnologia de Informação e Comunicação; f) Clima, Energia e Recursos Hídricos; g) Produção Animal e Vegetal Sustentável; e h) Diversidade Sociocultural, Sustentabilidade e Atividades Socioeconômicas.

Por meio deste edital foram aprovados 67 projetos e concedidas 488 bolsas, sendo 130 de mestrado, 90 de doutorado e 268 de pós-doutorado. As primeiras 13 bolsas deste edital foram implementadas em dezembro de 2020. O investimento em cada projeto será de até R\$ 627,2 mil, dos quais R\$ 200 mil serão destinados ao custeio dos projetos. O investimento total em custeio previsto para a execução dos projetos é de até R\$ 13,4 milhões. Na tabela a seguir está demonstrada a distribuição das bolsas concedidas e dos recursos por Unidade da Federação que compreende a Amazônia Legal.

UF	Número de Projetos	Número de Bolsas				Recursos Investido (em reais)		
		Mestrado	Doutorado	Pós-Doutorado	Total	Bolsas	Custeio	Total
AC	3	6	4	12	22	1.123.200	600.000	1.723.200
AM	11	22	16	44	82	4.224.000	2.200.000	6.424.000
AP	3	6	2	12	20	964.800	583.599	1.548.399
MA	10	20	16	40	76	3.955.200	1.999.940	5.955.140
MT	10	20	14	40	74	3.796.800	2.000.000	5.796.800
PA	22	40	26	88	154	7.828.800	4.394.608	12.223.408
RO	3	6	6	12	24	1.281.600	600.000	1.881.600
RR	3	6	4	12	22	1.123.200	600.000	1.723.200
TO	2	4	2	8	14	696.000	400.000	1.096.000
Total	67	130	90	268	488	24.993.600	13.378.147	38.371.747

Tabela 5 - Distribuição das bolsas e dos recursos de custeio concedidos pelo Edital do PDPG-Amazônia Legal, por Unidade da Federação que compreende a Amazônia Legal.

Fonte: CAPES

Além disso, a CAPES deu continuidade à execução dos demais programas de fomento que visam reduzir as assimetrias regionais do SNPG, quais sejam: Programa de Doutorado Interinstitucional (Dinter), Programa de Formação Doutoral Docente (Prodoutoral), Programa Nacional de Cooperação Acadêmica na Amazônia (Procad-Amazônia) e Programa Professor Visitante Nacional Sênior na Amazônia (PVNS-Amazônia). Em 2020, por meio desses programas foram concedidas 520 bolsas de mestrado, doutorado,

pós-doutorado e professor visitante nacional sênior, sendo 458 (88%) alocadas em instituições localizadas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste (gráfico 4), totalizando um investimento de R\$ 22,3 milhões para o pagamento de bolsas e recursos de custeio.

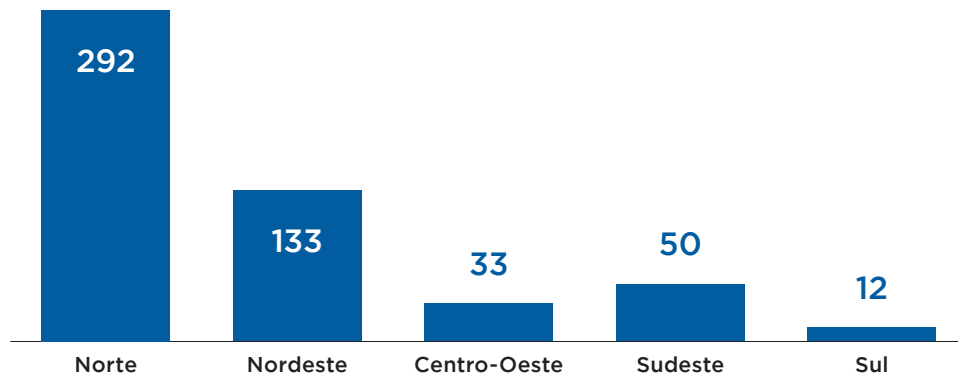


Gráfico 4 - Distribuição das bolsas concedidas pelos programas de fomento da CAPES voltados para a redução das assimetrias regionais em 2020.
Fonte: CAPES

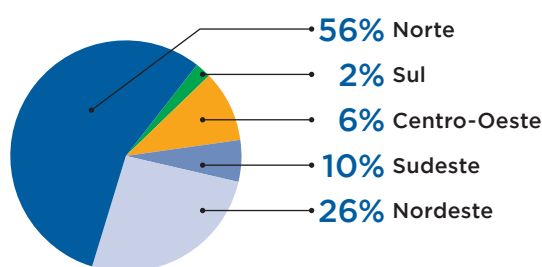


Gráfico 5 - Distribuição das bolsas por região.
Fonte: CAPES

É importante destacar que iniciativas da CAPES como o Dinter e o Prodoutoral, ao mesmo tempo que atuam na redução das assimetrias regionais do SNPG, visam contribuir para a ampliação do percentual de doutores do corpo docente em efetivo exercício nas IES brasileiras, em consonância com o disposto na Meta 13 do PNE.

Ainda em 2020, como parte da ação indutora, a CAPES, em parceria com o Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (CONFAP), lançou o Programa Parcerias Estratégicas nos Estados (PDPG), Edital nº 18/2020, com o objetivo de apoiar os programas de pós-graduação emergentes e em consolidação em áreas prioritárias de acordo com as definições estabelecidas em cada estado, por meio de oficinas envolvendo o governo, a academia e o setor industrial ou de serviços, sem perder de vista a relevância para o desenvolvimento regional. O processo seletivo das propostas apresentadas pelas Fundações de Amparo à Pesquisa (FAP) teve fim em dezembro e foram aprovados 73 projetos, por meio dos quais serão financiadas 1.775 bolsas, sendo 1.210 de mestrado, 400 de doutorado e 165 de pós-doutorado, distribuídas, por FAP, conforme demonstrado na tabela a seguir (tabela 7).

FAP	UF	Região	Número de Projetos	Número de Bolsas				Recursos Investidos (em reais)
				Mestrado	Doutorado	Pós-Doutorado	Total	
FAPEAM	AM	N	4	40	12	6	58	2.685.600
FAPEAP	AP	N	4	70	7	11	88	3.615.600
FAPERO	RO	N	4	95	10	12	117	4.802.400
FAPT	TO	N	4	112	0	0	112	4.032.000
FACEPE	PE	NE	4	62	30	12	104	1.299.600
FAPEAL	AL	NE	4	62	30	12	104	5.198.400
FAPEMA	MA	NE	4	62	30	12	104	5.198.400
FAPEPI	PI	NE	3	74	0	9	83	3.106.800

FAP	UF	Região	Número de Projetos	Número de Bolsas				Recursos Investidos (em reais)
				Mestrado	Doutorado	Pós-Doutorado	Total	
FAPERN	RN	NE	2	42	10	6	58	2.599.200
FAPESB	BA	NE	4	40	31	12	83	4.485.600
FAPESQ	PB	NE	4	84	20	12	116	5.198.400
FUNCAP	CE	NE	4	50	30	12	92	4.766.400
FAPEMIG	MG	NE	2	20	20	6	46	2.599.200
FAPERJ	RJ	NE	2	20	20	6	46	2.599.200
FAPES	ES	NE	4	45	20	10	75	3.696.000
FAPERGS	RS	S	4	128	0	0	128	4.608.000
FAPESC	SC	S	4	84	20	3	107	4.755.600
Araucária	PR	S	4	40	40	0	80	4.608.000
FAPEG	GO	CO	4	40	40	12	92	5.198.400
FUNDECT	MS	CO	4	40	30	12	82	4.406.400
Total Geral			73	1210	400	165	1775	83.358.000

Tabela 6 - Distribuição das bolsas concedidas pelo Edital Parcerias Estratégicas nos Estados (PDPG), por FAP. Fonte: CAPES

O investimento total previsto pela CAPES neste Programa para os quatro anos de execução dos projetos é de R\$ 83,4 milhões e houve a previsão de contrapartida a ser oferecida por cada FAP, na forma de aporte de bolsas ou recurso para custeio. A implementação das bolsas ocorrerá no início de 2021. Em 2020, por meio do Programa CAPES/FAP, a Fundação deu continuidade aos acordos de cooperação celebrados com as Fundações em anos anteriores. Cabe ressaltar que com o lançamento do Parcerias Estratégicas nos Estados (PDPG), os planos de trabalho dos acordos de cooperação já celebrados estão sendo ajustados com o intuito de que sejam mantidas apenas as metas já implementadas. O total de bolsas em 2020 no âmbito desses acordos, foi 2.988, sendo 1.215 de mestrado, 1.371 de doutorado, 396 de pós-doutorado e seis de outras modalidades. Em 2020, foram investidos R\$ 44,3 milhões em bolsas no âmbito do Programa CAPES/FAP.

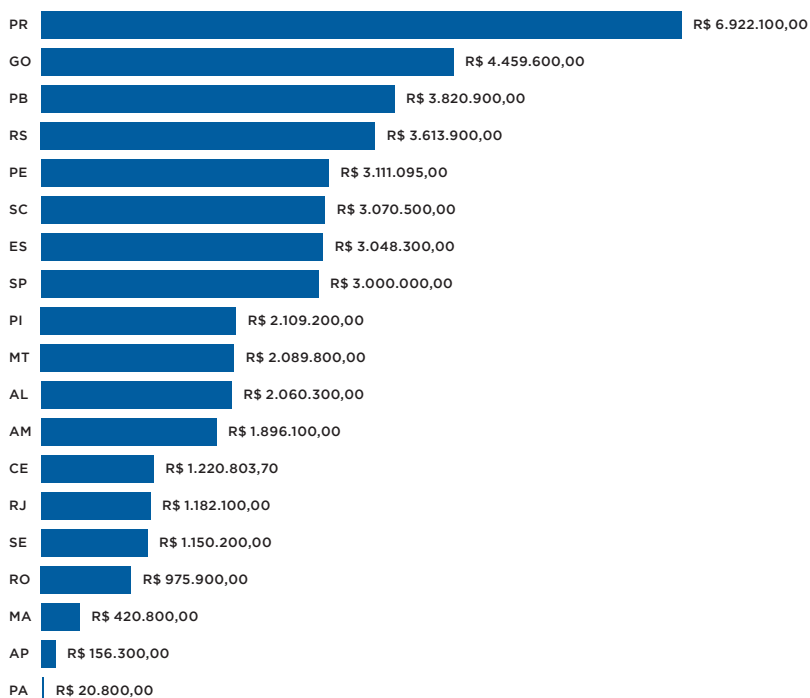


Gráfico 6 - Recursos investidos pela CAPES, em 2020, para o pagamento de bolsas do Programa CAPES/FAP, por estado. Para obter informações detalhadas sobre os programas, acesse a página: <https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/bolsas/programas-estrategicos>

Fonte: CAPES

Fundação	UF	Recursos Investidos (em reais)
ARAUCÁRIA	PR	6.922.100,00
FAPEG	GO	4.459.600,00
FAPE SQ	PB	3.820.900,00
FAPERGS	RS	3.613.900,00
FACEPE	PE	3.111.095,00
FAPE SC	SC	3.070.500,00
FAPES	ES	3.048.300,00
FAPESP	SP	3.000.000,00
FAPEPI	PI	2.109.200,00
FAPEMAT	MT	2.089.800,00
FAPEAL	AL	2.060.300,00
FAPEAM	AM	1.896.100,00
FUNCAP	CE	1.220.803,70
FAPERJ	RJ	1.182.100,00
FAPITEC	SE	1.150.200,00
FAPERO	RO	975.900,00
FAPEMA	MA	420.800,00
FAPEAP	AP	156.300,00
FAPESPA	PA	20.800,00
Total		44.328.698,70

Tabela 7 - Recursos investidos pela CAPES no Programa CAPES/FAP, por FAP.
Fonte: CAPES

Ainda no âmbito das ações estratégicas, a CAPES promove um conjunto de programas oriundos de acordos de cooperação firmados com instituições parceiras, atendendo demandas específicas, com o objetivo de formar recursos humanos de alto nível e fortalecer o conhecimento científico em áreas estratégicas que demandam subsídios com vistas à implementação de políticas públicas de interesse nacional. Entre os atuais parceiros da CAPES, destacam-se, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); os Ministérios da Defesa (MD); da Saúde (MS); da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI); da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MDH); e da Justiça e da Segurança Pública (MJSP); a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz); o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA); a Agência Nacional de Águas (ANA); o Conselho Federal de Enfermagem (COFEN); Conselho Regional de Nutricionistas - 4ª região (CRN-4), entre outros.

Neste ano, a CAPES investiu R\$ 18,6 milhões no apoio a este conjunto de programas oriundos de acordos de cooperação firmados com instituições parceiras (gráfico 7).

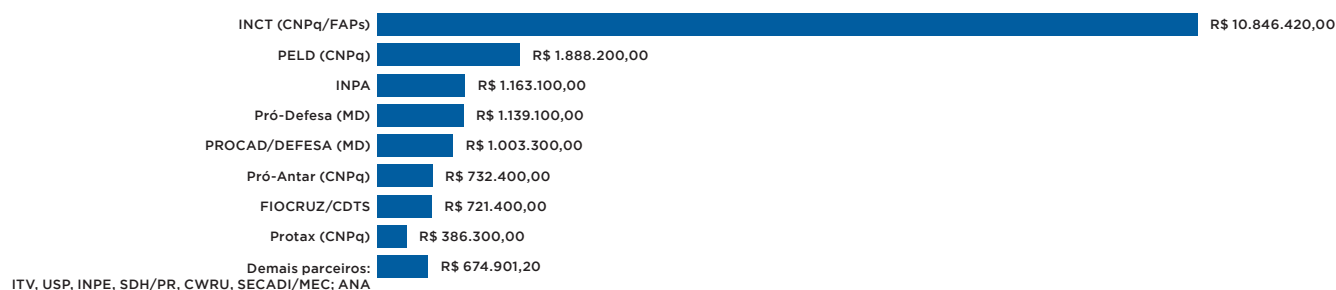


Gráfico 7 - Recursos investidos pela CAPES, em 2020, no apoio a ações estratégicas realizadas em parceria com outros órgãos.

Legenda: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), Universidade de São Paulo (USP), Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)/Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde (CDTS), Ministério da Defesa (MD) (Pró-Defesa e PROCAD-Defesa), Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) do Ministério da Educação (MEC), Instituto Tecnológico Vale (ITV), Agência Nacional de Águas (ANA), Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), Case Western Reserve University (CWRU), entre outros.

Fonte: CAPES

Em 2020, a CAPES lançou diversas iniciativas no âmbito dos programas com instituições parceiras. Entre elas está o Programa de Cooperação Acadêmica em Segurança Pública e Ciências Forenses (PROCAD-SPCF) em conjunto com o MJSP, a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) e a Polícia Federal (PF). Lançado em janeiro de 2020, o Programa teve seu edital publicado em setembro com a previsão de investimento de R\$ 9,2 milhões com recursos provenientes da CAPES, da SENASP e da PF para o financiamento de até 23 projetos de pesquisa em segurança pública, com a concessão de duas bolsas de mestrado, uma de doutorado e uma de pós-doutorado por projeto, nas áreas relacionadas às Biometrias Naturais, Ciência de Dados, Inteligência Artificial, Comparação Balística, Genética, Computação, Química e Toxicologia Forense. O processo seletivo ocorreu durante os meses finais do ano com previsão de publicação do resultado no início de 2021.

A CAPES assinou, também, protocolo de cooperação com a Secretaria Nacional da Família (SNF) do MDH com o objetivo de incentivar o desenvolvimento de estudos relacionados à organização e à situação atual das famílias brasileiras. O Programa Família e Políticas Públicas no Brasil tem como propósito apoiar projetos de pesquisa e a formação de recursos humanos altamente qualificados, no âmbito dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, voltados à investigação científica relacionada à família e políticas públicas nas suas diversas vertentes temáticas. Por meio do Programa, que terá a duração de três anos, serão financiados seis projetos, com 50 bolsas de mestrado e pós-doutorado. O edital deverá ser lançado no início de 2021 e o investimento soma aproximadamente R\$ 2,4 milhões, dos quais R\$ 1.058.400,00 serão oriundos da CAPES. A Secretaria também destinará R\$ 300 mil para o custeio das propostas selecionadas.

Convém destacar ainda que foi realizado, em 2020, o processo seletivo do Edital nº 28/2019 - Acordo CAPES/COFEN. Foram selecionados 25 projetos para a formação, em nível de mestrado, de 180 enfermeiros por meio de um investimento de

R\$ 4,8 milhões para despesas com custeio, montante esse oriundo exclusivamente de fonte orçamentária do COFEN. Outrossim, foi assinado em agosto um acordo de cooperação com o Conselho Regional de Nutricionistas - 4ª região (CRN-4). O acordo prevê o lançamento de dois editais para o financiamento de projetos de pesquisa vinculados aos programas de mestrado profissional em Nutrição nos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo. Estabelece, ainda, que os recursos de custeio serão provenientes exclusivamente do CRN-4 e não prevê o pagamento de bolsas da CAPES aos alunos que ingressarem nestes mestrados profissionais. Será dado foco na formação de recursos humanos por meio do desenvolvimento de pesquisa científica e tecnológica voltada para as atividades legais do Conselho, tais como orientação e fiscalização do exercício profissional, avaliação de conduta ético-disciplinar, dentre outras, priorizando a formação de pessoal de discente matriculados no Estado do Rio de Janeiro.

Outras áreas contempladas por programas estratégicos da CAPES foram: pesquisas oceânicas, pesquisas médicas, biologia computacional, desastres naturais, ciências forenses, toxilogia, desenvolvimento socioeconômico e modelagem do sistema terrestre. Em 2020, foram investidos R\$ 5,5 milhões no conjunto de programas de apoio a projetos de pesquisa em áreas estratégicas.

4.2.3 Apoio à disseminação da informação científica, tecnológica e educacional nacional e internacional

O apoio à disseminação da informação científica, tecnológica e educacional nacional e internacional ocorre por meio do Portal de Periódicos, que visa à democratização do acesso ao conhecimento científico no Brasil, e por meio do Programa de Apoio a Eventos no País (PAEP), que concede apoio financeiro a eventos de caráter científico e tecnológico de curta duração no país.

a) Portal de Periódicos

O Portal de Periódicos foi criado em 2000 e reúne conteúdo científico nacional e internacional de alta qualidade, possibilitando o acesso aos principais avanços e discussões realizadas no meio acadêmico e científico das diferentes áreas do conhecimento.

O Portal revolucionou o acesso à informação e consagrou-se como instrumento importante para a atividade científica, tecnológica e acadêmica, reduzindo as desigualdades regionais no acesso à Ciência. Isto quer dizer que as instituições brasileiras, inclusive aquelas de menor porte e situadas em regiões menos favorecidas, passaram a ter possibilidades iguais de acesso imediato ao mais qualificado acervo bibliográfico.

O Portal de Periódicos, mantido pelo Programa de Apoio à Aquisição de Periódicos (PAAP), conta com a contribuição da comunidade científica brasileira por meio de um Conselho Consultivo e de um Grupo de

Trabalho. Com o apoio destes, a CAPES renova anualmente as assinaturas e incorpora novos conteúdos, a medida em que há disponibilidade de recursos orçamentários, com a finalidade de fortalecer a pós-graduação e a pesquisa no país. Dessa forma, o investimento, em 2020, foi de R\$ 480 milhões.

O ano 2020 foi marcado pelos 20 anos do Portal de Periódicos. Para comemorar a expressiva data, foi criado um selo e realizado o IV Seminário – evento totalmente online com participação do palestrante internacional John Willinsky, da Universidade Stanford.

O acervo científico contabilizou mais de 49 mil periódicos em texto completo, 135 bases de dados de referências e resumos, 66 bases de teses e dissertações, 48 obras de referências (dicionários, enciclopédias, compêndios etc.), 12 bases de patentes, mais de 300 mil documentos eletrônicos (capítulos de livros, relatórios, anais, manuais, guias etc.), 42 bases de estatísticas, duas bases de normas técnicas e nove bases de dados de materiais audiovisuais (vídeos, atlas 3D, músicas). Também estão disponíveis outros tipos de materiais de acesso livre, como Repositórios Institucionais, além de títulos nacionais classificados pelo Qualis com estratos A e B.

O acesso ao Portal de Periódicos é gratuito para as instituições que se enquadram nos critérios estabelecidos pela CAPES. Foram computadas 435 instituições participantes com direito de acesso em 2020. Os critérios utilizados são:

- a) Instituições Federais de Ensino Superior;
- b) unidades de pesquisa com pós-graduação, avaliadas pela CAPES com nota 4 ou superior;
- c) Instituições Públicas de Ensino Superior não federais com pós-graduação avaliadas pela CAPES com nota 4 ou superior;
- d) Instituições Privadas de Ensino Superior com pelo menos um doutorado com avaliação 5 ou superior pela CAPES; e
- e) Instituições com programas de pós-graduação recomendados pela CAPES.

Em relação aos acessos, em 2020 foram efetuados 60.740.869 acessos a textos completos e 77.558.212 acessos a referenciais e resumos, totalizando 138.299.081 acessos ao conteúdo disponibilizado pelo Portal de Periódicos. Este quantitativo de acessos representa aproximadamente 379 mil acessos diários. Ressalta-se que as estatísticas de uso levam em consideração o acesso a todo o conteúdo disponibilizado no Portal de Periódicos, seja ele contratado ou disponibilizado em repositórios de acesso livre, desde que passível de contabilização pela CAPES.

Investimento 480 milhões	IES beneficiadas 435
Nº de títulos disponibilizados Mais de 49 mil	Nº de acessos em 2020 138.299.081

Figura 8 - Recursos investidos por meio do Portal de Periódicos.
Fonte: CAPES

b) Programa de Apoio a Eventos no País (PAEP):

Em 2020, a CAPES concedeu R\$ 13,8 milhões para apoiar a realização de 499 eventos científicos e tecnológicos de curta duração de abrangência nacional (figura 9). Devido à pandemia da Covid-19, nesse ano a CAPES possibilitou a prorrogação de prazo para realização de eventos no formato presencial até 31/12/2021 e, adicionalmente, permitiu a realização dos eventos no formato online até 31/03/2021, desde que apresentada uma proposta de adequação orçamentária à nova realidade.

Investimento R\$ 13,8 milhões	Nº de eventos 499
--	------------------------------------

Figura 9 - Recursos investidos por meio do PAEP.
Fonte: CAPES

4.2.4 Panorama do Fomento e da Concessão de Bolsas no País

Neste ano, visando contribuir para a formação de recursos humanos altamente qualificados, foram concedidas 95.116 bolsas no país, com um investimento de mais de R\$ 2,1 bilhões que beneficiou discentes, docentes e pesquisadores de mais de 3,7 mil programas de pós-graduação *stricto sensu* (gráfico 8), sendo:

- a) 43.501, na modalidade Mestrado,
- b) 46.110, na modalidade Doutorado,
- c) 5.281, na modalidade Pós-Doutorado; e
- d) 224 de outras modalidades (iniciação científica, pesquisador visitante, entre outras).

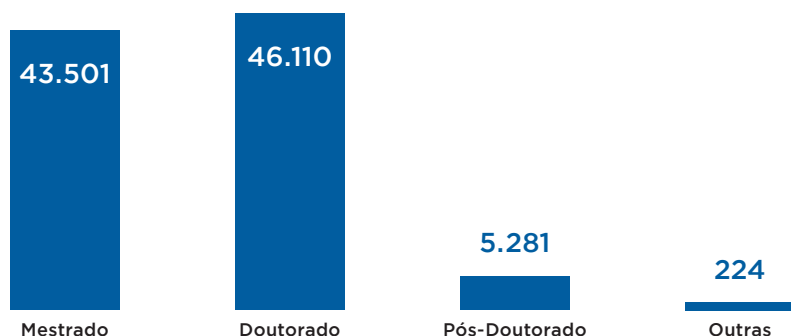


Gráfico 8 - Distribuição das bolsas concedidas no país, por modalidade, em 2020.
Fonte: CAPES

Nos gráficos a seguir, são apresentadas a concessão de bolsas no país, por região geográfica, por grande área do conhecimento e por status jurídico da IES, em 2020.

a) Por Região Geográfica

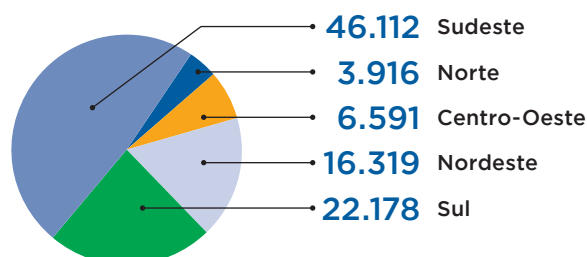


Gráfico 9 - Distribuição das bolsas concedidas no país, por região geográfica, em 2020.
Fonte: CAPES

b) Por Grande Área do Conhecimento

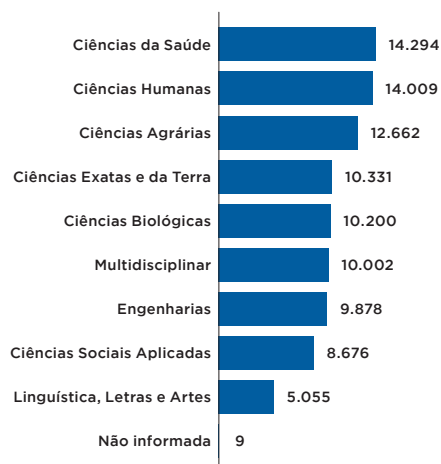


Gráfico 10 - Distribuição das bolsas concedidas no país, por grande área do conhecimento, em 2020.

Fonte: CAPES

c) Por Status Jurídico da IES

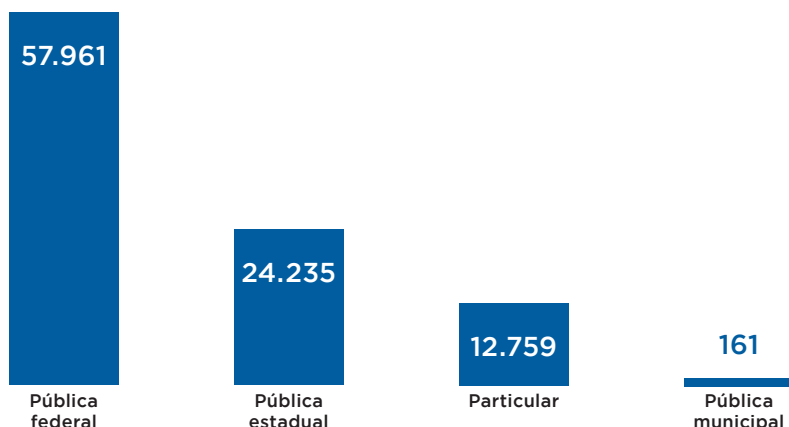


Gráfico 11 - Distribuição das bolsas concedidas no país, por status jurídico da IES, em 2020.

Fonte: CAPES

4.2.5 Perspectivas para 2021

Entre as perspectivas para Bolsas e Fomento no País para o ano de 2021, constam:

- consolidar o modelo de distribuição de cotas de bolsas de mestrado e doutorado entre os programas de pós-graduação, com base em critérios objetivos, com destaque para mérito acadêmico;
- aprimorar o financiamento da pós-graduação, por meio da implementação de um novo modelo de distribuição de recursos de custeio;
- ampliar parcerias com órgãos públicos (federais e estaduais) e agências do governo e ampliar investimentos para o financiamento do SNPG, com foco na formação de recursos humanos de alto nível em áreas prioritárias;
- estreitar as relações entre a academia e os setores organizados da Sociedade a fim de promover a transferência e a aplicação do conhecimento;
- realizar estudos sobre: preservação do acervo, ciência aberta, aderência à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), acordos transformativos e mineração de dados para seleção de conteúdos;
- reduzir os custos de contratos;
- preservar o conteúdo próprio em repositórios digitais;

- h) ampliar a disponibilização de dados abertos;
- i) desenvolver novo site e implementar o uso de inteligência artificial na busca integrada ao acervo; e
- j) revisar todos os atos normativos.

Para mais informações acerca das ações de concessão de bolsas e fomento no país acesse: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/bolsas/bolsas-no-pais> e <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/bolsas/programas-estrategicos>

4.3 INTERNACIONALIZAÇÃO

A CAPES promove o fomento à internacionalização das IES brasileiras e de seus programas de pós-graduação por meio do apoio financeiro a projetos de pesquisa conjuntos, concessão de bolsas e parcerias com agências de fomento, instituições de Ensino Superior e Institutos de Pesquisa internacionais. Estas ações visam a melhoria da qualidade da Educação Superior e a excelência da pesquisa nacional, bem como a formação e o fortalecimento das redes de pesquisa com parceiros internacionais.

4.3.1 Revisão e reformulação de ações de internacionalização da CAPES

Em 2020, foram iniciadas ações com vistas à revisão e à reformulação de programas de Internacionalização da CAPES. Entre estas ações, destacam-se:

- a) Guia para Aceleração da Internacionalização da Pós-Graduação da Universidade Brasileira: um roteiro dos processos de internacionalização para os programas de pós-graduação de Instituições de Ensino Superior brasileiras. Este Guia visa à inserção das IES brasileiras no contexto internacional de forma que sejam capazes de marcar presença e ter liderança no campo da Educação Superior e no desenvolvimento científico e tecnológico, inserindo-se dentro das melhores universidades do mundo; e
- b) Plano de Trabalho para Internacionalização (PTI), um sistema destinado às instituições participantes do Programa Institucional de Internacionalização (CAPES-PrInt). A iniciativa é uma parceria da CAPES com apoio da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP).

4.3.2 Programa Institucional de Internacionalização- CAPES-PrInt

O Programa Institucional de Internacionalização CAPES-PrInt foi criado pela CAPES, por meio da Portaria nº 220, de 3 de novembro de 2017, como uma política inovadora para fomentar o processo de internacionalização nas Instituições de Ensino Superior e nos Institutos de Pesquisa selecionados no Edital nº 41/2017.

Inicialmente, as instituições selecionadas no Edital nº 41/2017 tinham que executar seus Projetos Institucionais de Internacionalização no período de 2018 a 2022. No entanto, essa vigência foi ampliada para outubro de 2023 com o intuito de minimizar o impacto do contingenciamento orçamentário, que afetou essencialmente os valores destinados às mensalidades das bolsas em maio de 2019, primeiro ano de execução do Programa. Novos repasses financeiros para as instituições participantes do PrInt estão condicionados à disponibilidade orçamentária da CAPES, bem como avaliação de execução e sua conformidade com as ações e metas presentes nos Projetos Institucionais de Internacionalização.

Para isso, a CAPES, alinhada com os critérios de internacionalização da avaliação dos programas de pós-graduação, definiu um modelo que permite identificar os avanços e resultados da implementação do CAPES-PrInt nas instituições – o Plano de Trabalho para Internacionalização (PTI).

O PTI é composto por três módulos:

1. Compromisso Institucional e Parceria;
2. Redes de Pesquisa; e
3. Sumário Executivo.

Compromisso Institucional e Parceria e Redes de Pesquisa são módulos de preenchimento, enquanto o terceiro módulo, Sumário Executivo, reúne os principais resultados. A plataforma para a coleta de dados subsidia a construção coletiva de indicadores para a avaliação intermediária do PrInt.

No primeiro módulo, Compromisso Institucional, são coletadas informações que apontam o incentivo à construção, execução e consolidação de planos estratégicos de internacionalização. O segundo módulo, Parcerias e Redes de Pesquisa, recebe dados para registrar a formação de parcerias de pesquisas internacionais, com o objetivo de contribuir para a melhoria da qualidade da produção acadêmica brasileira e o estímulo da mobilidade de professores e alunos. Por fim, no Sumário Executivo, o sistema produzirá um relatório consolidado dos cinco aspectos mais relevantes de cada tema, além dos objetivos listados nos dois módulos anteriores.

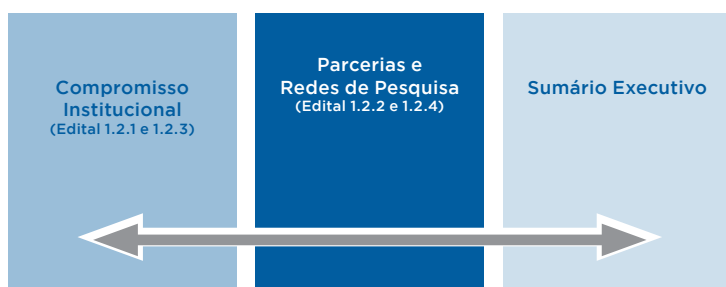


Figura 10 - Módulos do PTI.
Fonte: CAPES

Os números, referentes ao PrInt no ano de 2020, apresentam-se conforme a tabela a seguir.

Total de Bolsas	Valor investido (em reais)	Valor investido (em dólar americano)	Total de Instituições	Total de Países
2.356	71 milhões	14 milhões	942	36

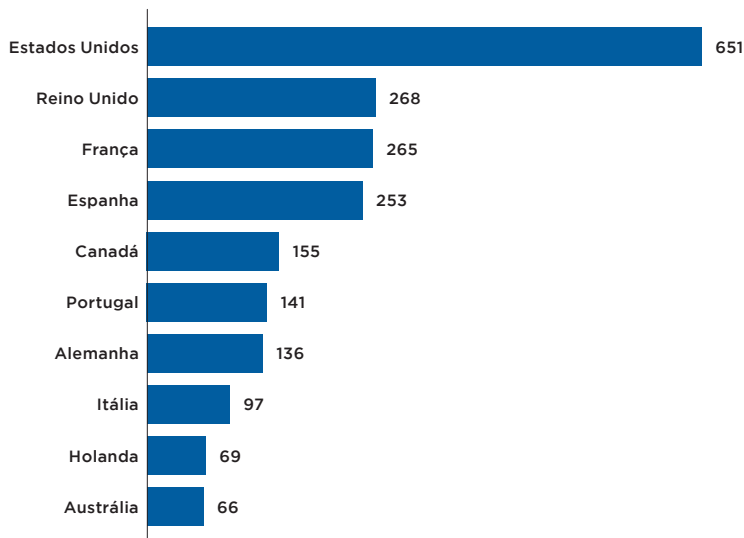


Gráfico 12 - Total de bolsistas, por país, no âmbito do Programa Capes-PrInt, em 2020
Fonte: CAPES.

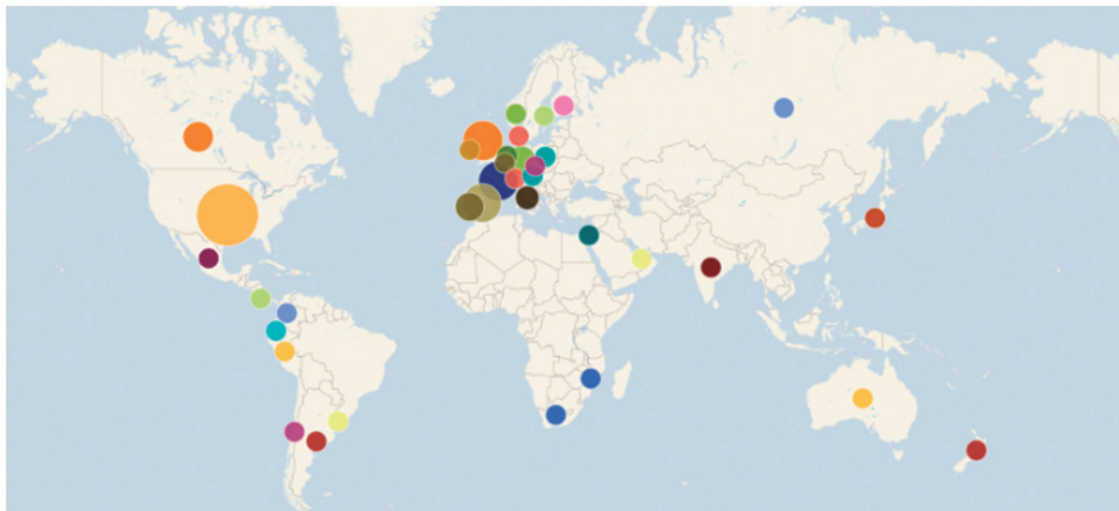


Figura 11 - Distribuição de bolsas, por país, no âmbito do Programas CAPES-PrInt
Fonte: CAPES

Conforme a figura acima demonstra, em 2020, o PrInt teve 2.356 bolsas ativas no exterior (distribuídos em 942 instituições e 36 países diferentes), totalizando um investimento de R\$ 71 milhões. O país que mais recebeu bolsistas foi os Estados Unidos (651), seguido do Reino Unido (268) e França (265).

4.3.3 Programas de Cooperação Internacional

Além de fomentar a internacionalização da Educação Superior por meio do PrInt, a CAPES financia projetos conjuntos de pesquisa e bolsas no exterior, por meio de programas de cooperação internacional. Em 2020, todos os projetos que estavam em execução, no âmbito das ações e programas da CAPES, tiveram prazos de vigência prorrogados, posto que foram impactados pela pandemia da Covid-19, que impôs fechamento de fronteiras e alteração de calendários acadêmicos no Brasil e no exterior. Com a edição da Portaria nº 127, de 28 de agosto de 2020, os projetos poderão ser executados até o dia 31 dezembro de 2021, de acordo com os seguintes parâmetros:

- a) não serão concedidos aportes adicionais aos projetos que já tenham recebido integralmente os recursos previstos para sua execução;
- b) para os projetos que ainda não receberam os recursos de AUXPE previstos para o exercício de 2020, a liberação do benefício será avaliada caso a caso; e
- c) serão respeitados os valores estabelecidos em edital e nas portarias da CAPES, bem como a disponibilidade orçamentária, estendendo-se, ainda, às bolsas e mobilidades a eles vinculadas e aos editais e programas de fomento à projeto de pesquisa. Entre eles, podemos destacar os seguintes programas: STINT; Math-AmSud; Stic-AmSud; Probral; Brafitec; Cofecub; Brafagri e Bragecrim.

Os programas tradicionais de bolsas no exterior gerenciados pela CAPES foram continuados e tiveram novas concessões em 2020. Destaca-se a retomada do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE), que teve um edital publicado em outubro de 2020 e selecionará, em 2021, até 1.400 doutorandos que iniciarão as atividades neste mesmo ano. O Programa CAPES-Cofecub, resultado da parceria com o Comitê Francês de Avaliação da Cooperação Universitária com o Brasil (Cofecub), é o programa de cooperação internacional mais antigo desta Fundação e, em 2020, teve 29 projetos renovados com 13 bolsas ativas.

Já as parcerias com instituições como Deutscher Akademischer Austauschdienst (DAAD), Humboldt e Fulbright mantiveram-se ativas no ano de 2020, com lançamentos de editais, finalização de processos seletivos, acompanhamento de bolsas vigentes, renovação de bolsas e projetos e concessões de bolsas aprovadas em editais de anos anteriores.

4.3.4 Panorama da Internacionalização

Os números da Internacionalização em 2020 são:

- 5.550 bolsistas ativos
 - 4.801 brasileiros no exterior; e
 - 749 estrangeiros no Brasil.
- Acompanhamento de cerca de 42 mil ex-bolsistas. Considerando os processos, foram realizadas a análise de prestações de contas e a verificação da regularidade dos documentos comprobatórios apresentados pelos bolsistas (revisão processual).
- Análise de 22 propostas de Novação, que consiste na substituição da obrigação de cumprimento do interstício no Brasil, decorrente de benefício de bolsa no exterior, por novas obrigações financeiramente mensuráveis e que correspondam ao investimento feito pelo país em sua formação.
- 7 acordos de cooperação renovados;
- 48 acordos de cooperação vigentes;
- 45 países parceiros;
- 49 programas em execução;
- Investimento de R\$ 218 milhões em ações de Internacionalização.

a) Estrangeiros no Brasil

A CAPES possui programas voltados a realização de estudos em Instituições de Ensino Superior brasileiras por professores e pesquisadores do exterior cuja formação e experiência profissional representem uma contribuição para a internacionalização dos cursos de pós-graduação brasileiros. O gráfico abaixo detalha o número de bolsistas estrangeiros no Brasil, por modalidade de bolsa, e os investimentos realizados.

Total de Bolsas	Valor investido (em reais)	Valor investido (em dólar americano)	Total de Instituições	Total de Programas e Acordos
749	19 milhões	3,7 milhões	338	7

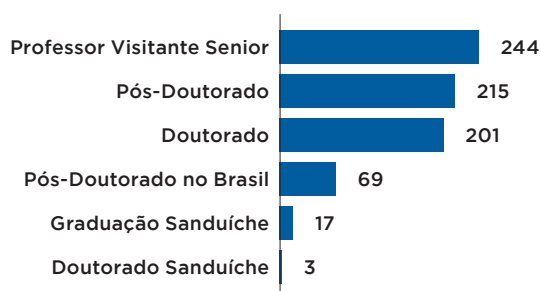


Gráfico 13 - Número de bolsistas estrangeiros no Brasil, por modalidade de bolsa.

Fonte: CAPES

b) Brasileiros no exterior

A CAPES concede auxílios e bolsas para discentes, docentes e pesquisadores. Dessa maneira, dá suporte à formação de profissionais para o magistério superior e para o desenvolvimento científico e tecnológico nacional, promovendo, igualmente, a internacionalização da ciência, tecnologia e inovação brasileiras, com o apoio a iniciativas individuais de mobilidade, bem como a cooperação entre grupos e instituições de ensino e pesquisa. O gráfico 14 abaixo detalha o número de bolsistas brasileiros no exterior, por modalidade de bolsa, e os investimentos realizados, e a figura 12 apresenta a dispersão dos bolsistas por país.

Total de Bolsas	Valor investido (em reais)	Valor investido (em dólar americano)	Total de Instituições	Total de Países	Total de Programas e Acordos
4.801	163 milhões	31 milhões	1,6 mil	45	41

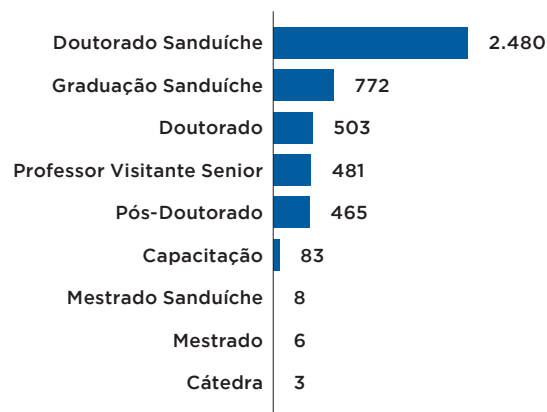


Gráfico 14 - Número de bolsistas brasileiros no exterior por modalidade de bolsa
Fonte: CAPES

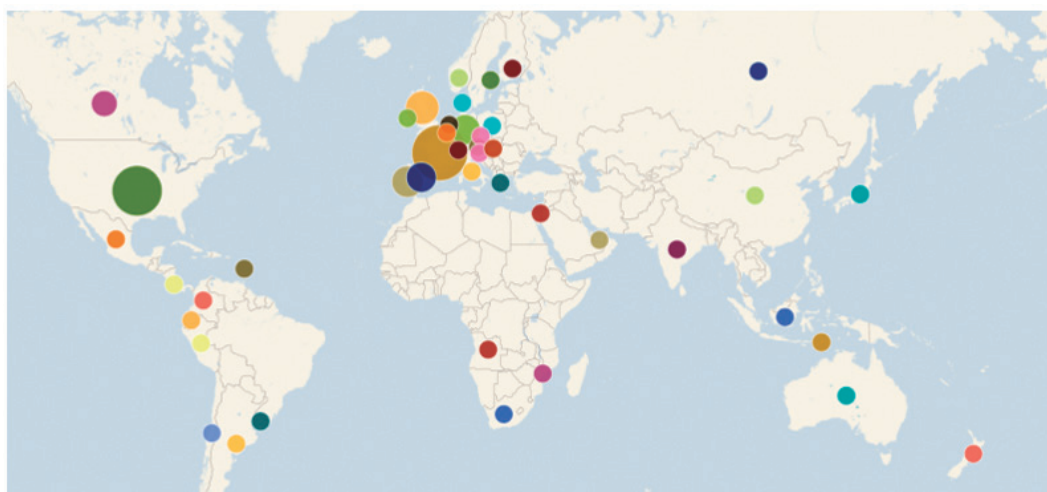


Figura 12 - Distribuição de bolsas, por país, em 2020.
Fonte: CAPES

Já o gráfico abaixo apresenta os dez países com maior número de bolsistas brasileiros.

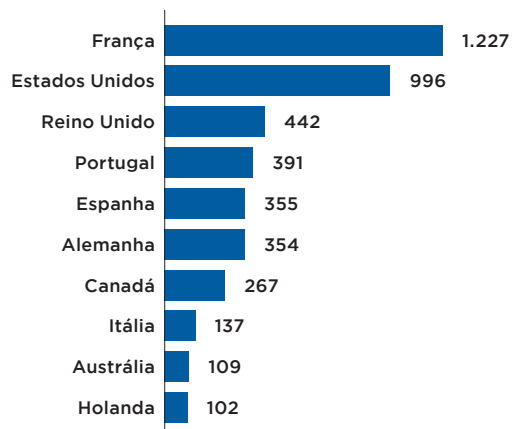


Gráfico 15 - Países de destino com o maior número de bolsistas brasileiros em 2020
Fonte: CAPES

4.3.5 Perspectivas para 2021

Entre as perspectivas para a Internacionalização da pós-graduação brasileira no ano de 2021, constam quatro principais frentes de trabalho:

- a. promover a internacionalização prioritária da pós-graduação *stricto sensu* brasileira e a produção acadêmico-científica nacional em áreas estratégicas para o país;
- b. incrementar a visibilidade e o reconhecimento internacional das Instituições de Ensino Superior brasileiras, o impacto e a relevância da produção acadêmica e a cooperação entre instituições nacionais e instituições de excelência mundial;
- c. favorecer a capacidade de inovação e de aproximação entre a pesquisa universitária e os desafios postos pela necessidade do setor produtivo e da Sociedade; e
- d. impulsionar o posicionamento das instituições brasileiras no contexto internacional, constituindo, assim, uma janela de oportunidades que contribui significativamente para o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação do Brasil.

Para mais informações acerca das ações de internacionalização da CAPES acesse:

<https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/bolsas/bolsas-e-auxilios-internacionais/>

4.4 ESTRATÉGIAS ADOTADAS PARA ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DE COVID-19 NA PÓS-GRADUAÇÃO

O ano de 2020 apresentou à Administração Pública desafios de extrema singularidade. A pandemia da Covid-19, declarada em março de 2020, paralisou diversas atividades, em especial as atividades educacionais em todo o mundo, e apresentou novos desafios à gestão dos programas de fomento à pós-graduação geridos pela CAPES. Nesse sentido, as estruturas técnica e de atendimento foram reorganizadas, de modo a manter a disponibilidade dos recursos tecnológicos e humanos e o pleno atendimento às demandas institucionais, o apoio técnico aos usuários e colaboradores envolvidos nos programas e, fundamentalmente, garantir a plena continuidade das ações.

No âmbito da pós-graduação, a CAPES agiu com as seguintes estratégias para enfrentamento da pandemia da Covid-19:

- a) criação do Programa Estratégico Emergencial de Combate a Surtos, Endemias, Epidemias e Pandemias com o lançamento dos Editais 9/2020, 11/2020 e 12/2020 que visam ao apoio a projetos de pesquisa e a formação de recursos humanos altamente qualificados no âmbito dos programas de pós-graduação *stricto sensu* voltados, exclusivamente, ao enfrentamento à nova pandemia da Covid-19. O Programa conta com investimento de

R\$ 200 milhões, para 109 projetos envolvendo cerca de 1.300 pesquisadores e a concessão de até 2.600 bolsas;

- b) autorização para prorrogação excepcional dos prazos de vigência de bolsas CAPES de mestrado e doutorado no país e no exterior, contemplando mais de 20 mil bolsistas;

- c) possibilidade de defesa de dissertação ou tese de forma remota para todos os programas de pós-graduação *stricto sensu*;

- d) prorrogação excepcional, por até seis meses, do prazo de vigência das bolsas ativas de mestrado e doutorado no país, para conclusão das pesquisas prejudicadas pela pandemia;

- e) autorização de retorno antecipado sem ônus para os bolsistas brasileiros no exterior ou estrangeiros no Brasil;

- f) autorização de alteração de passagem para retorno ao Brasil (ou ao país de origem) sem ônus para o bolsista;

- g) autorização de pagamento do auxílio deslocamento para os casos em que a CAPES não conseguiu emitir passagens e o bolsista o fez com recursos próprios, para posterior ressarcimento ao bolsista;

- h) prorrogação, por até 60 dias, com ônus para a CAPES, para aqueles bolsistas cujas bolsas finalizaram em março de 2020 e que comprovaram a impossibilidade de retorno ao Brasil (ou ao país de origem);
- i) liberação, durante a pandemia, por parte dos editores internacionais com os quais a CAPES mantém contrato por meio do Portal de Periódicos, do acesso aos seus conteúdos, que antes eram restritos, para apoiar a comunidade acadêmica nas pesquisas em desenvolvimento;
- j) prorrogação do Coleta, sistema responsável pelo recebimento dos dados relativos a cerca de 7 mil cursos dos programas de pós-graduação de 350 Instituições de Ensino Superior; e
- k) pagamento de auxílio emergencial correspondente a um mês de bolsa para bolsistas em países específicos impossibilitados de retornar ao Brasil em razão da Covid-19.

4.5 FOMENTO À FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

No ano de 2020, o Fomento à Formação de Professores da Educação Básica consolidou-se como atividade fundamental para a melhoria da qualidade da Educação Básica brasileira. Dada a necessidade de atendimento aos objetivos estratégicos da CAPES e às diretrizes do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014 - 2024, além da necessidade de adequação de todas as ações institucionais frente à ocorrência da pandemia da Covid-19, inúmeras ações foram implementadas para orientar a evolução dos programas de formação e valorização dos docentes. A seguir serão apresentados os principais resultados obtidos ao longo do ano.

4.5.1 Sistema Universidade Aberta do Brasil

O Programa Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) tem como finalidade precípua expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de Educação Superior no país, por meio da modalidade de Educação a Distância (EaD). O Sistema UAB é integrado por 132 Instituições Públicas de Educação Superior (IPES) e 815 polos UAB ativos, distribuídos em todas as unidades da Federação, atendendo ao objetivo de oferecer prioritariamente cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada para professores da Educação Básica. O Programa minimiza o déficit de docentes com formação adequada, aumentando o quantitativo de professores da Educação Básica com nível superior e ampliando a formação em nível de pós-graduação lato sensu.

No ano de 2020 foram iniciadas 690 turmas de licenciatura por 34 IPES, com o ingresso de 17 mil novos alunos. Somando-se os novos ingressantes àqueles ativos de anos anteriores, o Programa UAB totaliza 75.008 alunos de licenciatura em 14 áreas de conhecimento, conforme o gráfico 16:

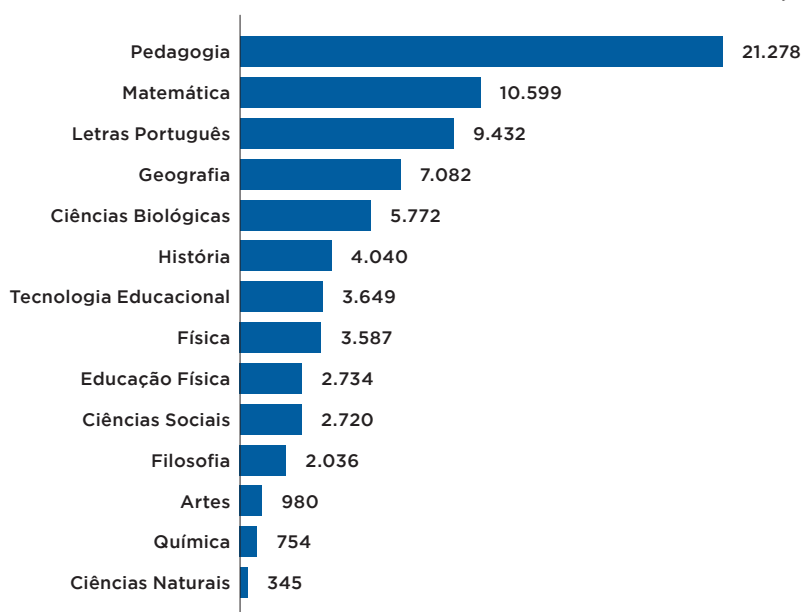


Gráfico 16 - Alunos ativos em cursos de licenciatura, para formação inicial de professores, no Sistema UAB.
Fonte: SisUAB.

No âmbito da formação continuada de professores da educação básica, iniciaram-se 406 turmas em polos UAB de 39 IPES, com o preenchimento de 13.824 vagas voltadas à formação docente em cursos de especialização lato sensu. Entre as especializações ofertadas, destaca-se a implantação do projeto Ciência é 10! (C10!), voltado aos professores atuantes no sistema público de ensino na área de ciências, nos anos finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano). Em 2020, o Projeto C10! recebeu 3.611 novas matrículas em 20 IPES e 142 polos UAB¹. O gráfico 17 apresenta os quantitativos por região, somando-se os novos ingressantes do ano de 2020 com os estudantes ativos de anos anteriores.

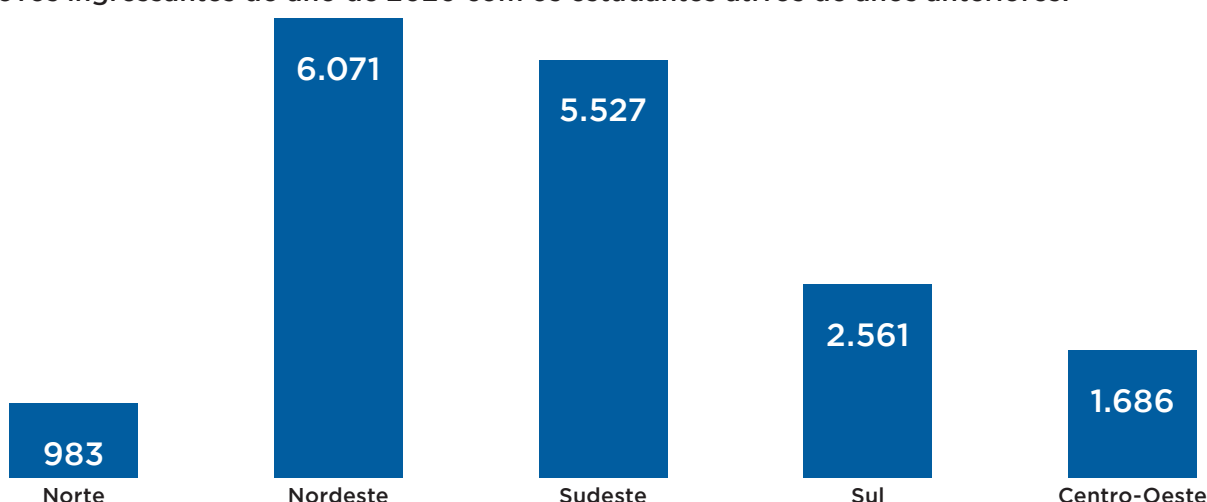


Gráfico 17 - Alunos ativos por região do Brasil em cursos de pós-graduação lato sensu, para formação continuada de professores, no Sistema UAB
Fonte: SisUAB

Além da formação de professores para a educação básica, o Sistema UAB também elenca como área estratégica a formação de Gestores Públicos para atuação na administração e sistemas públicos. O Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP) foi criado para formação desses profissionais com o objetivo principal de qualificar pessoal de nível superior para o exercício de atividades gerenciais em órgãos e entidades públicos das esferas federal, estadual e municipal. Os cursos do PNAP são de caráter nacional, abarcando três diferentes áreas de especialização lato sensu: Gestão Pública, Gestão Pública Municipal e Gestão em Saúde, além do bacharelado em Administração Pública.

No ano de 2020 foram iniciadas 43 turmas de graduação e especialização lato sensu do PNAP em polos UAB, ofertadas por três IPES distintas, com o preenchimento de 1.371 vagas. Somando-se os novos ingressantes com os estudantes ativos de anos anteriores, o Programa conta com 10.734 alunos conforme o gráfico 18:

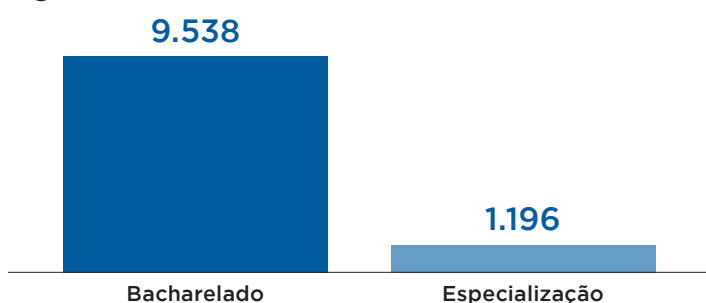


Gráfico 18 - Alunos ativos nos cursos do PNAP
Fonte: SisUAB

Os polos do Sistema UAB são mantidos em regime de colaboração com estados e municípios, visando garantir o apoio acadêmico, tecnológico e administrativo às atividades de ensino-aprendizagem. Ao final do ano de 2020, o Sistema UAB, considerando a série histórica, somou 815 polos ativos. Do total, 84 polos encontram-se na região Norte, 272 na região Nordeste, 155 na região Sul, 214 na região Sudeste e 90 na região Centro-Oeste.

¹ Este projeto é parte de um amplo programa, parceria entre o MEC e o MCTIC, denominado Ciência na Escola, que não chegou a ser implantado.

No ano de 2020, apesar da pandemia da Covid-19, a CAPES manteve remotamente o pleno monitoramento dos polos UAB, garantindo a continuidade e a qualidade das atividades acadêmicas por eles ofertadas. Em alinhamento às estratégias adotadas, foram realizadas ações para o incremento da gestão dos polos EaD e da qualidade no ensino oferecido como, por exemplo, a oferta de 262 vagas no curso online de Gestão Articulada de Polos aos coordenadores.

O gráfico 19 apresenta a distribuição dos polos integrantes do Sistema UAB ativos no ano de 2020 e sua respectiva distribuição nas regiões brasileiras.

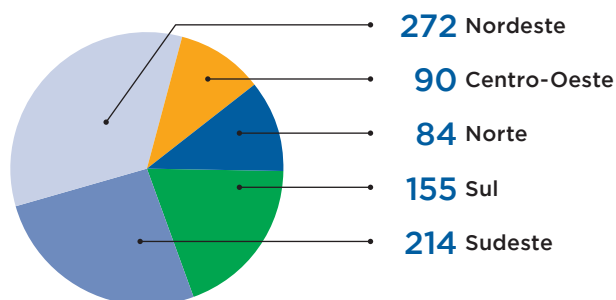


Gráfico 19 - Polos ativos no Sistema UAB
Fonte: SisUAB

A distribuição das IPES e polos ativos do Sistema UAB no território nacional encontra-se representada na figura 13, abaixo.

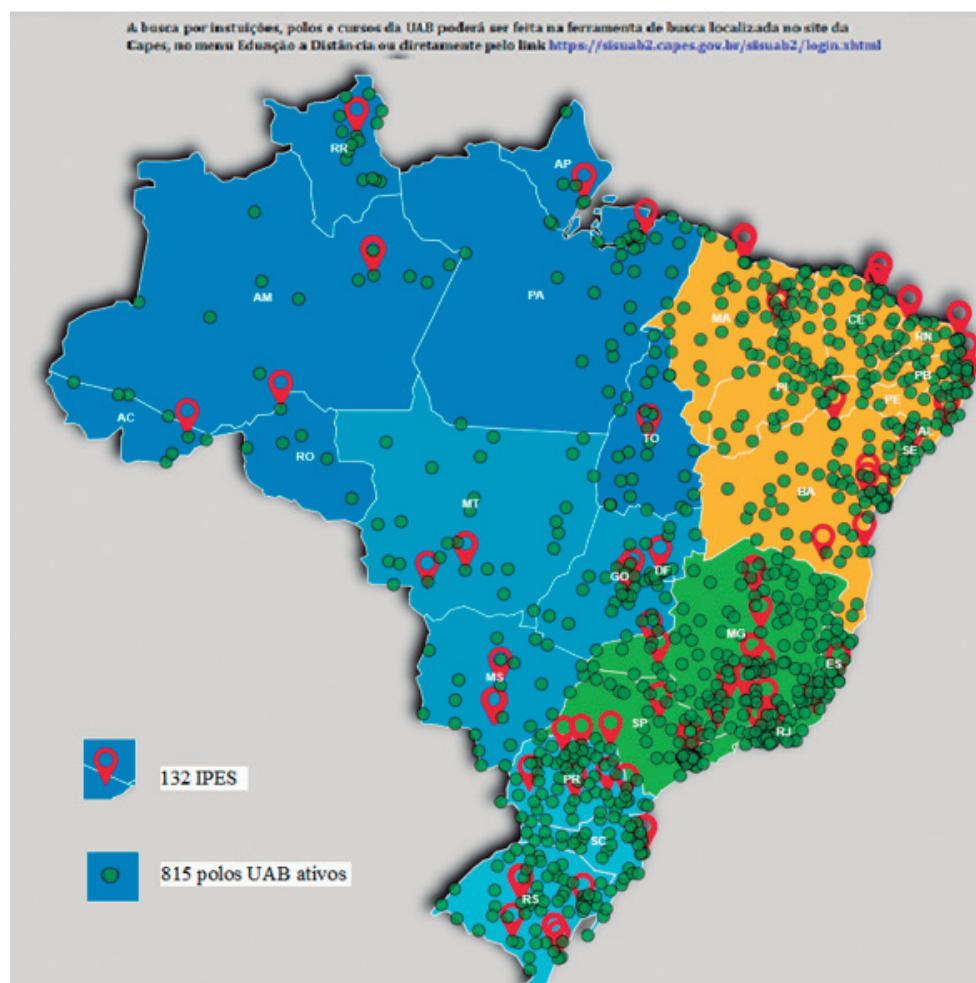


Figura 13 - Distribuição nacional dos IPES e polos ativos do Sistema UAB
Fonte: SisUAB

A CAPES manteve o custeio dos cursos e pagamento das bolsas aos colaboradores atuantes no Programa, apesar das dificuldades impostas pela pandemia da Covid-19, viabilizando as atividades acadêmicas e a manutenção de, aproximadamente, 15 mil bolsistas.

4.5.2 Programas de Mestrado Profissional para Qualificação de Professores da Rede Pública de Educação Básica - ProEB

No âmbito da pós-graduação *stricto sensu*, os programas de Mestrado Profissional para Qualificação de Professores da Rede Pública de Educação Básica (ProEB) têm por objetivo a formação continuada *stricto sensu* dos professores em exercício nas redes públicas de educação básica em todo o território nacional. A CAPES apoia essa iniciativa mediante a concessão de bolsas para até 30% dos professores de cada Programa de Mestrado Profissional e por meio de recursos para custeio das atividades acadêmicas. Em 2020, os onze programas do ProEB mantiveram suas atividades, com abertura adicional de 2.265 novas vagas, nas áreas de Matemática (ProfMat), Física (MNPEF), Letras (Profletras), Artes (ProfArtes), História (ProfHistória), Biologia (ProfBio), Química (ProfQui), Filosofia (ProfFilo), Educação Física (ProEF), Sociologia (ProfSocio), e Inclusão (Profei). Além disso, foi aprovado o curso de mestrado profissional em Geografia, cuja primeira oferta será realizada em 2021, completando, assim, as 12 áreas previstas na Base Nacional Curricular Comum.

Considerando os alunos ativos de ofertas anteriores e os novos ingressos do ano de 2020, o ProEB se apresenta conforme o gráfico a seguir:

Matrículas ativas: **8.053**

Programas: **11**

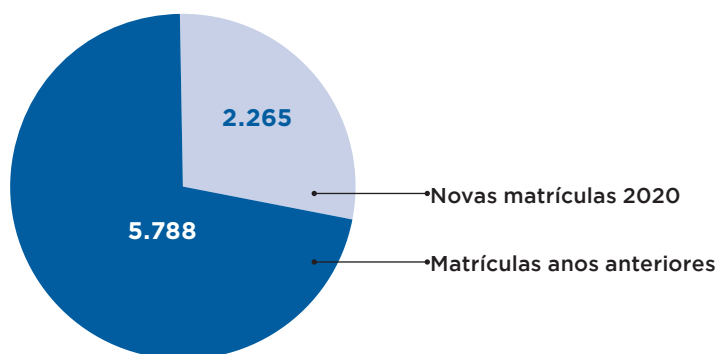
Unidades de Ensino: **317**


Gráfico 20 - Matrículas ativas no ProEB

Fonte: Plataforma Sucupira

4.5.3 Cursos Gratuitos Online

Outra vertente da formação de professores da Educação Básica é a dos cursos gratuitos online oferecidos pela CAPES. Inicialmente, foram ofertadas 95 mil vagas para os cursos de Português, Matemática, Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e Fundamentos de Estatística nas plataformas AVACAPES e AVAMEC, contudo, em razão da alta demanda pelos cursos de Português e TICs, o número de vagas foi ampliado para 112.126, conforme demonstra o gráfico abaixo.

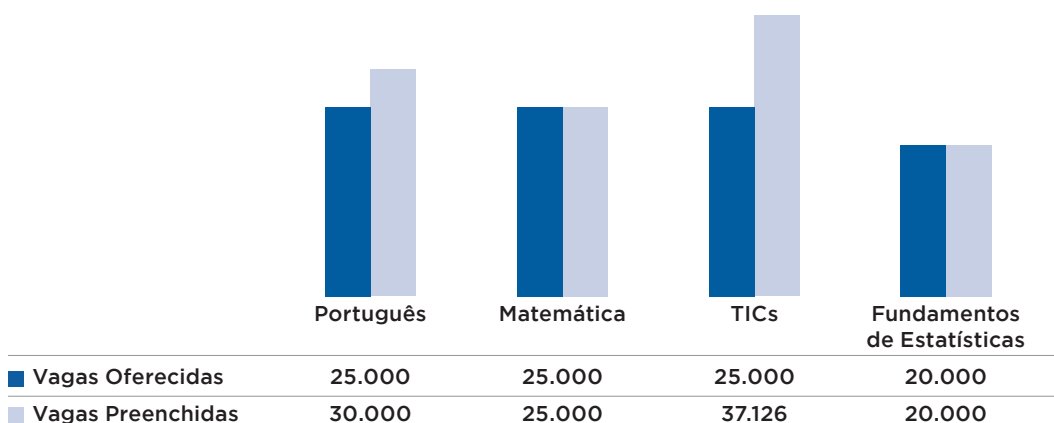


Gráfico 21 - Vagas ofertadas e preenchidas nos cursos gratuitos online oferecidos em 2020 - AVACAPES/AVAMEC

Fonte: AVACAPES/AVAMEC

Além das capacitações acima descritas, foram disponibilizadas, no dia do Professor, outras 300 mil vagas para professores da educação básica e alunos de licenciatura a serem ocupadas nos anos de 2020 e 2021, em uma parceria entre a CAPES e a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Esses cursos visam apoiar os professores no processo de adaptação ao uso das ferramentas digitais com abordagens de temas voltados para o ensino mediado por tecnologias, considerando as novas tendências educacionais.

Foram abertas, também, as inscrições para os cursos de capacitação: “Como Produzir Vídeo Aulas”, “Mediação em EAD” e “Desenho Didático para o Ensino Online” e as capacitações iniciaram em novembro de 2020. Os cursos já somaram juntos 33.748 mil vagas preenchidas até dezembro de 2020, conforme representado no gráfico 22, abaixo.

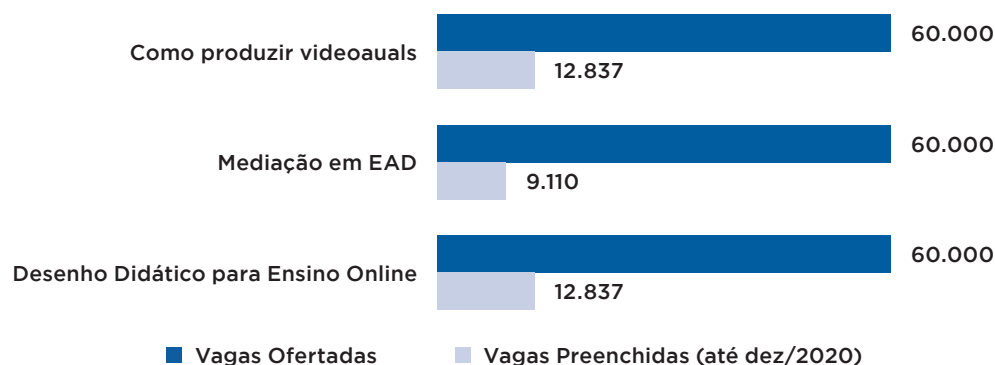


Gráfico 22 - Vagas ofertadas e preenchidas nos cursos online de Capacitação CAPES/UEMA
Fonte: Plataforma Eskada, UEMA, 2020.

Em parceria com a Secretaria de Alfabetização do MEC (SEALF), a CAPES apoiou o desenvolvimento de cursos para a qualificação e capacitação de professores nas áreas de Língua Portuguesa e Alfabetização. Assim, foram desenvolvidos e lançados os cursos de:

a) Práticas de Produção de Texto para a qualificação de professores do 2º ao 5º ano do Ensino Fundamental, com 40 mil vagas.

b) Alfabetização Baseada na Ciência (Curso ABC), para professores alfabetizadores e estudantes de licenciatura. A iniciativa é parte do “Tempo de Aprender”, Programa gerido pelo MEC e viabilizada graças à cooperação entre a CAPES, a Secretaria de Alfabetização (Sealf) do MEC, a Universidade do Porto (UP), o Instituto Politécnico do Porto (IPP) e a Universidade Aberta de Portugal (UAb). O plano de trabalho previa enviar à Portugal 150 docentes da educação básica nos anos de 2020, 2021 e 2022, por meio do lançamento de três editais (um por ano), com 50 vagas cada. Entretanto, dada a pandemia da Covid-19, optou-se por reprogramar as atividades que seriam realizadas no ano de 2020 para viabilizar a oferta do curso Alfabetização Baseada na Ciência (ABC) na modalidade online.

4.5.4 Programas de Formação Inicial à Docência da Educação Básica - PIBID e Residência Pedagógica

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) proporciona aos discentes que estão na primeira metade do curso de licenciatura uma aproximação prática com o cotidiano das escolas públicas de educação básica e com o contexto em que elas estão inseridas. O Programa concede bolsas a alunos de licenciatura participantes de projetos de iniciação à docência desenvolvidos por IES em parceria com as redes de ensino.

No ano de 2020 foi lançado e implementado o Edital PIBID nº 2/2020, que disponibilizou 30.096 bolsas de iniciação à docência (discentes), além de bolsas para os professores das escolas de educação básica, supervisores, e para os professores das IES, coordenadores de área e institucional, para o desenvolvimento de projetos institucionais. O edital previu, ainda, uma concessão mínima de 60% para as áreas de formação consideradas prioritárias (Alfabetização, Biologia, Ciências, Física, Língua Portuguesa, Matemática e Química).

Considerando o contexto da pandemia da Covid-19, fizeram-se necessárias adequações normativas e operacionais na condução do Programa durante esse ano de 2020. Nesse sentido, o Edital nº 2/2020

permitiu que as atividades dos projetos fossem realizadas de forma remota, desde que atendidos os demais requisitos, e enquanto durasse a situação excepcional. Ademais, foi publicada em agosto de 2020 a Portaria CAPES nº 114, de 6 de agosto de 2020, que estabeleceu um cronograma estendido e novas regras para o início das atividades dos Projetos Institucionais do PIBID.

Assim, até dezembro de 2020, foram implementadas 99,2% das bolsas de iniciação à docência, totalizando 29.856 bolsas. Os projetos em desenvolvimento contemplam 2.764 escolas de educação básica integrantes de 27 secretarias estaduais e 718 secretarias municipais de educação. A distribuição das bolsas concedidas pelo PIBID, a partir do Edital nº 2/2020, constam na tabela 9, a seguir:

Modalidades de Bolsas	Bolsas Concedidas/Mês
Coordenador Institucional	245
Coordenador de Área	1.177
Supervisor	3.729
Licenciando	29.856
TOTAL BOLSAS	35.007

Tabela 8 - Número de bolsas concedidas por mês e por modalidade, no âmbito do Edital nº 2/2020
Fonte: SCBA

Em complemento ao PIBID, o Programa de Residência Pedagógica tem por objetivo induzir o aperfeiçoamento da formação prática nos cursos de licenciatura, promovendo a imersão do licenciando na escola de educação básica a partir da segunda metade de seu curso. Essa imersão deve contemplar, entre outras atividades, regência de sala de aula e intervenção pedagógica, acompanhadas por um professor da escola com experiência na área de ensino do licenciando e orientada por um docente da sua Instituição Formadora.

No ano de 2020, foi lançado o Edital nº 1/2020 para a implementação de projetos inovadores que estimulem a articulação entre teoria e prática nos cursos de licenciatura, conduzidos em parceria com as redes públicas de educação básica. Por meio do Edital foram disponibilizadas 30.096 cotas de bolsa na modalidade de residente, além de bolsas para os professores das escolas de educação básica e para os professores das IES e coordenação institucional, para o desenvolvimento de projetos institucionais. O Edital previu, ainda, uma concessão mínima de 60% para as áreas de formação consideradas prioritárias (Alfabetização, Biologia, Ciências, Física, Língua Portuguesa, Matemática e Química).

A Portaria CAPES nº 114, de 2020 estabeleceu um cronograma estendido e novas regras para o início das atividades do Programa de Residência Pedagógica, considerando a situação da pandemia da Covid-19. Assim, até dezembro de 2020, foram implementadas 97,61% das bolsas de iniciação à docência, totalizando 29.376 bolsas. Os projetos em desenvolvimento contemplam 2.626 escolas de educação básica integrantes de 27 secretarias estaduais e 666 secretarias municipais de educação.

Modalidades de Bolsas	Bolsas Concedidas/Mês
Coordenador Institucional	247
Docente Orientador	1.173
Preceptor	3.672
Residente	29.376
TOTAL BOLSAS	34.468

Tabela 9 - Número de bolsas concedidas por mês e por modalidade, no âmbito do Edital nº 1/2020
Fonte: SCBA

4.5.5 Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica - PARFOR

O Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) é uma ação da CAPES que visa induzir e fomentar a oferta de educação superior, gratuita e de qualidade, para profissionais do magistério que estejam no exercício da docência na rede pública de educação básica e que não possuem a formação específica na área em que atuam em sala de aula. O fomento oferecido às IES participantes

consiste na concessão de recursos de custeio e de bolsas para docentes desenvolverem atividades de formação e gestão dos cursos. Essa ação visa contribuir para o alcance da Meta 15 do Plano Nacional de Educação.

No ano de 2020, o PARFOR registrou um total de 352 turmas em andamento com 13.904 estudantes matriculados. Ao todo, 3.500 professores formaram-se em cursos de licenciatura ofertados por este Programa. Os professores beneficiados são oriundos de 1.744 escolas públicas de educação básica de 380 municípios brasileiros.

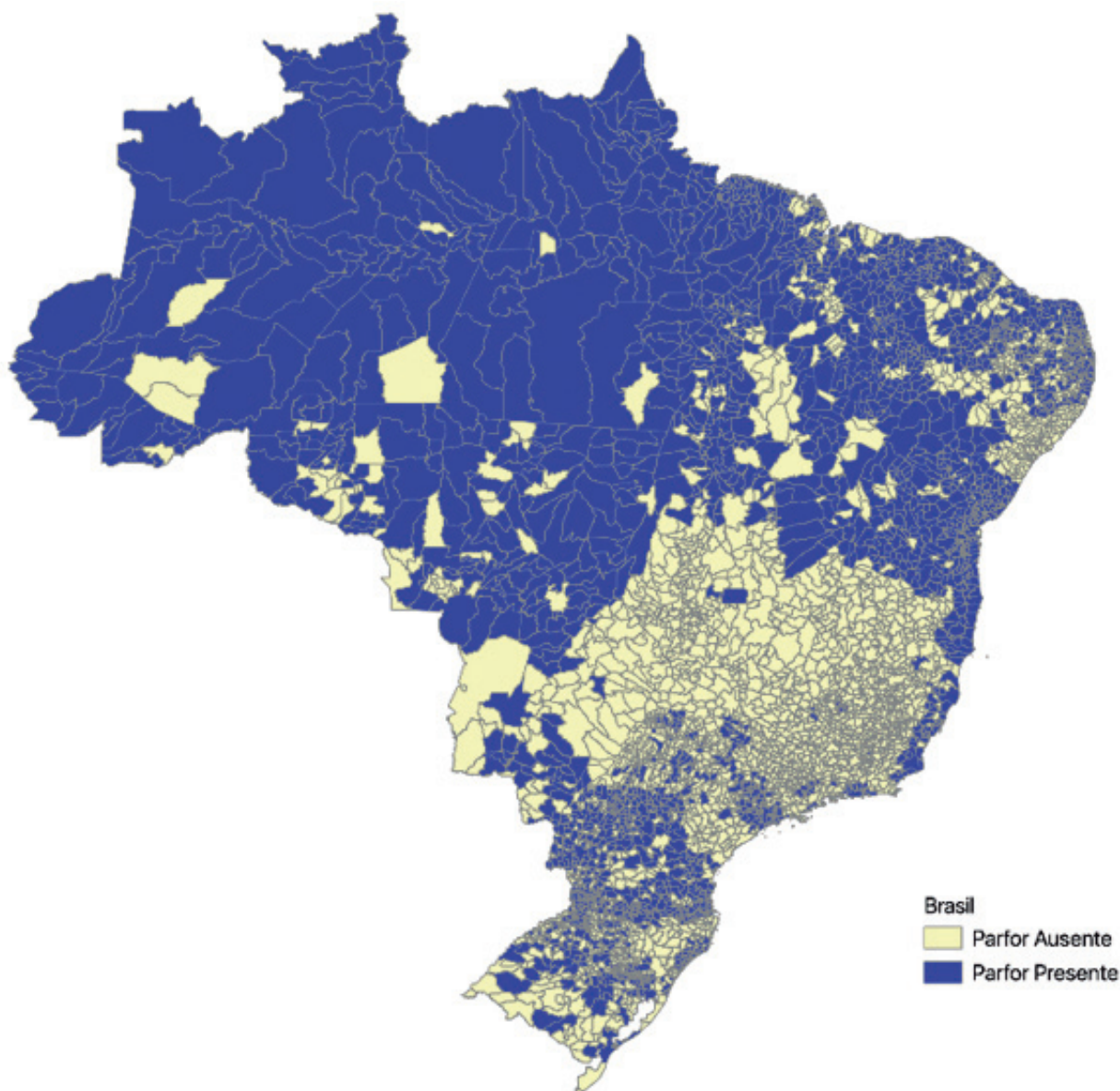


Figura 14 - Mapa do Brasil com as regiões e municípios atendidos pelo PARFOR de 2009 até 2020. Fonte: Plataforma Capes de Educação básica.

Uma Comissão Técnica foi constituída com o intuito de atualizar e reformular o PARFOR para avaliação e readequação do Programa. A Comissão Técnica conta com a participação de membros do corpo de servidores da CAPES e de consultores externos, cujos trabalhos semanais e online iniciaram em junho/2020. A previsão de finalização das atividades é 2021, com a publicação de novo Regulamento e Edital PARFOR.

4.5.6 Programa de Desenvolvimento de Profissionais da Educação Básica no Exterior

O Programa de Desenvolvimento de Profissionais da Educação Básica consiste no conjunto de ações voltadas à formação de profissionais do magistério em cursos de aperfeiçoamento oferecidos por instituições estrangeiras que possuem excelência reconhecida na formação de professores. As ações referentes a este Programa são articuladas com as secretarias de educação para garantir espaços de multiplicação dos conhecimentos pelos professores bolsistas após seu retorno ao Brasil.

O Programa foi fortemente impactado no ano de 2020 dadas as restrições de locomoção impostas pela pandemia da Covid-19. Por essa razão, fez-se necessária a rearticulação da CAPES com o intuito de garantir a segurança sanitária dos professores cursistas contemplados, assim como de todos os demais profissionais envolvidos nas iniciativas. Assim, a CAPES, em parceria com o irlandês Mary Immaculate College, providenciou o retorno ao país daqueles bolsistas beneficiados no Edital nº 2/2019 e reorganizou a continuidade das atividades por meio de recursos tecnológicos. Apesar da necessária reformulação, 18 profissionais de educação foram capacitados por meio desta iniciativa em 2020.

O Edital CAPES nº 31/2019, que ofertou 102 vagas para professores realizarem curso de aperfeiçoamento no Canadá em parceria com o Colleges and Institutes Canada (CICan), finalizou seu processo seletivo e o curso iniciará quando autorizado pelas autoridades sanitárias do Brasil e do Canadá.

Quanto ao Edital CAPES nº 30/2019, em parceria com a Comissão Fulbright, lançado em dezembro de 2019 para a seleção de 486 vagas para professores de Língua Inglesa no Programa de Desenvolvimento Profissional para Professores de Língua Inglesa nos EUA (PDPI), o processo seletivo foi suspenso e o curso ocorrerá quando autorizado pelas autoridades sanitárias do Brasil e dos EUA.

4.5.7 Perspectivas para 2021

Para o ano de 2021, espera-se:

- a) abertura de novos editais de seleção de ofertas do Sistema UAB, PARFOR e demais programas integrantes do ProEB;
- b) com relação aos programas PIBID e Residência Pedagógica, observou-se que o modelo de interação online instituído em razão da Covid-19 pode ser adotado como boa prática em oportunidades futuras, pois permite diálogo, monitoramento e aproximação da área técnica com as IES parceiras dos programas, além de implicar em uma substancial redução de custos para a Administração Pública. Ademais, um novo cronograma estendido e novas regras para o início das atividades de ambos os programas foram determinados por meio da Portaria CAPES nº 114, de 2020; e
- c) consolidando o caráter estratégico e oportuno da Educação à Distância, no que se refere à democratização do acesso à educação de qualidade para o ano de 2021, está prevista a continuidade e o aperfeiçoamento da ação de ampliação dos cursos online disponibilizados pela CAPES, por meio da reoferta dos cursos de Português, Matemática, TICs, Estatística e de dois cursos complementares da parceria com a UEMA, Multimeios em Educação e Psicologia na Educação, além da continuação daqueles iniciados em 2020.

Para mais informações acerca das ações da CAPES voltadas para a formação de professores da educação básica e a distância, acesse:

<https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/educacao-basica> e

<https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/educacao-a-distancia>

4.6 ESTRATÉGIAS ADOTADAS PARA ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DA COVID-19 NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Com o intuito de reduzir os danos causados pela situação atípica e manter a continuidade das atividades acadêmicas, a CAPES emitiu o Ofício Circular nº 32/2020-GAB/PR/CAPES em que autorizou as instituições beneficiadas a solicitar ajustes nos planos de trabalho que embasaram os instrumentos de financiamento, sejam convênios ou Termos de Execução Descentralizada. Assim, as instituições de ensino participantes da UAB, PARFOR e ProEB puderam alterar os planos de trabalho contidos nos instrumentos de financiamento (firmados ou por firmar), enquanto perdurar o período emergencial (Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020), remanejar recursos ou acrescentar os seguintes itens:

- a) aquisição de materiais de higienização e proteção antiviral, classificados contabilmente como despesas de custeio;
- b) contratação de serviços destinados à higienização dos ambientes, sob responsabilidade das instituições, onde ocorram as atividades acadêmicas e de gestão dos programas;
- c) contratação de serviços que possibilitem ou potencializem o uso de recursos tecnológicos aplicáveis às atividades acadêmicas, permitindo a realização remotamente;
- d) prorrogação da implantação das atividades previstas no âmbito dos programas de Residência Pedagógica (RP) e Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), sem prejuízo do tempo total de bolsa; e
- e) manutenção do funcionamento da Universidade Aberta do Brasil (UAB), quanto à oferta de cursos de formação de professores, sem interrupção das atividades durante a pandemia.

Em ação concomitante, a CAPES procedeu ao levantamento junto às IPES e aos polos integrantes do Sistema UAB acerca da condução de suas ações no período pandêmico, orientando-os formalmente pela continuidade de tais ações, tendo em vista tratar-se de política pública de EaD.

Nesse sentido, considerando a autonomia institucional sobre a gestão acadêmica dos cursos e seus respectivos calendários, foi possível garantir a continuidade das atividades do Sistema UAB em 95% das IPES e 99% dos polos UAB participantes do Programa. Semelhante monitoramento foi realizado junto às instituições integrantes do PARFOR e do ProEB, o que permitiu a continuidade das turmas em andamento em ambos os programas e, ainda, a abertura de editais de seleção em seis dos programas de mestrado integrantes do ProEB.

4.7 GESTÃO DE PESSOAS

A gestão de pessoas da CAPES é regida pela Portaria GAB nº 210, de 30 de dezembro de 2020, que dispõe sobre a consolidação das normas de gestão interna. O detalhamento da força de trabalho da CAPES, considerando a situação funcional de todos os servidores e colaboradores atualmente em atividade, estão apresentados nos gráficos abaixo:

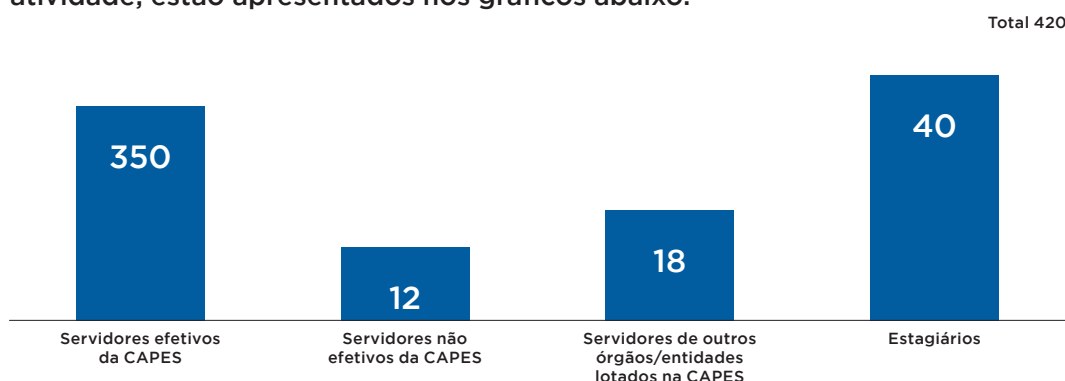


Gráfico 23 - Detalhamento da força de trabalho da CAPES
Fonte: CAPES

Servidores efetivos CAPES

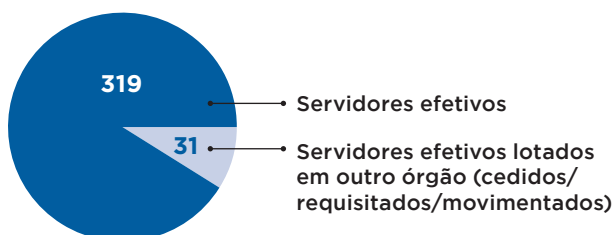


Gráfico 24 - Número de servidores efetivos da CAPES lotados na CAPES ou em outros órgãos
Fonte: CAPES

Servidores não efetivos CAPES

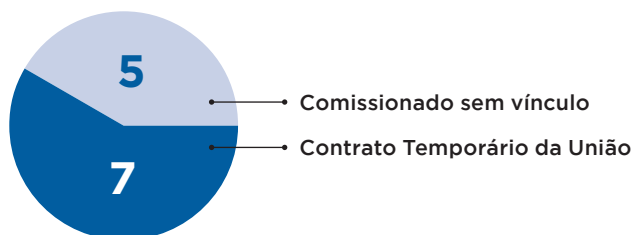


Gráfico 25 - Números de servidores não efetivos da CAPES, por modalidade
Fonte: CAPES

Servidores de outros órgãos/entidades lotados na CAPES

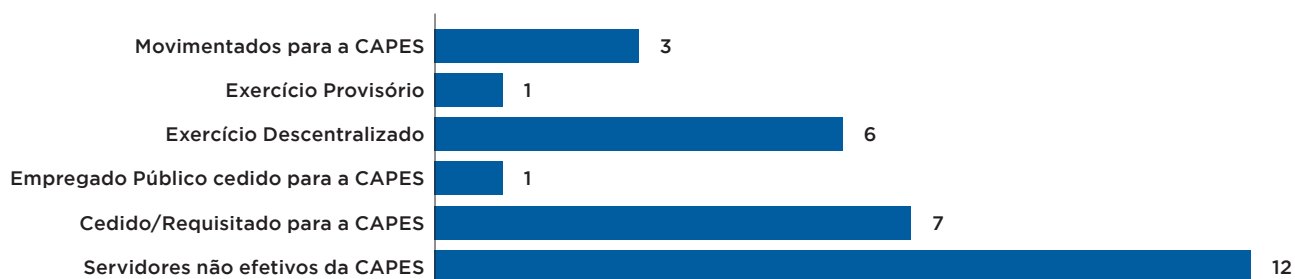


Gráfico 26 - Número de servidores de outros órgãos/entidades lotados na CAPES
Fonte: CAPES

Distribuição de servidores e estagiários por gênero

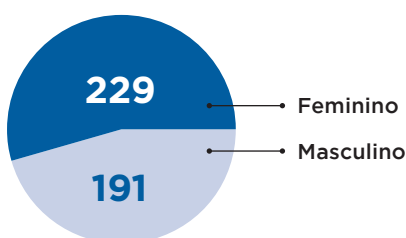


Gráfico 27 - Distribuição por gênero de servidores e estagiários
Fonte: CAPES

Distribuição de servidores e estagiários por faixa etária

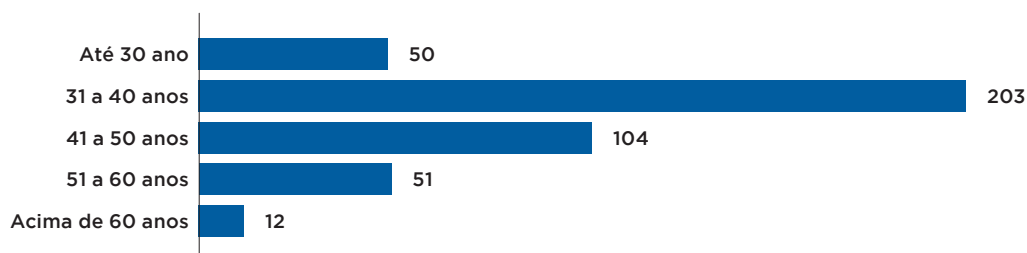


Gráfico 28 - Distribuição por faixa etária de servidores e estagiários
Fonte: CAPES

Distribuição de servidores da CAPES por cargo na carreira

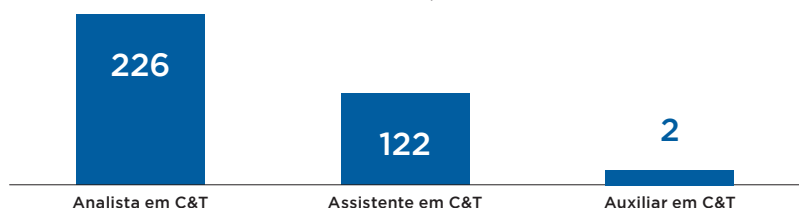


Gráfico 29 - Distribuição de servidores por cargo
Fonte: CAPES

Distribuição de servidores e estagiários por etnia

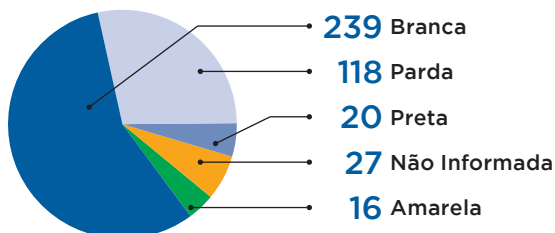


Gráfico 30 - Distribuição de servidores por etnia
Fonte: CAPES

Distribuição de servidores por necessidade especial

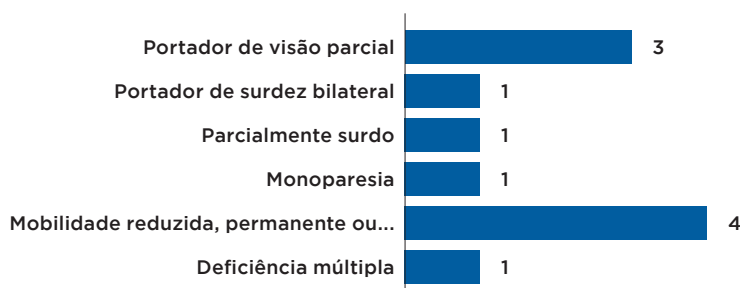


Gráfico 31 - Distribuição de servidores por necessidade especial
Fonte: CAPES

Distribuição de servidores por faixa salarial

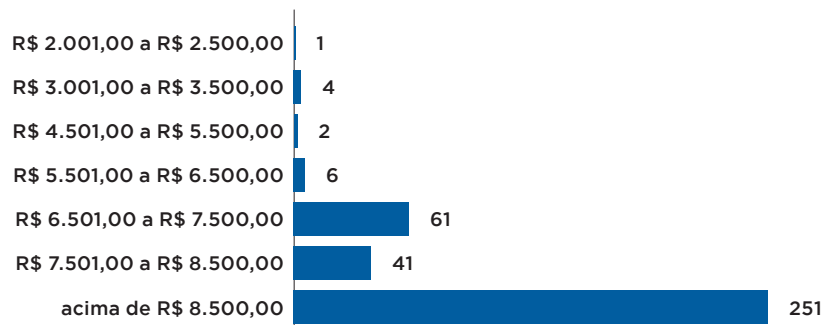


Gráfico 32 - Distribuição de servidores por faixa salarial
Fonte: CAPES

Com relação a alocação dessa força de trabalho, a CAPES esforça-se para unir a vontade do servidor com a necessidade no setor pretendido, de forma a atender aos interesses do servidor e da Administração Pública.

Ressalta-se, por oportuno, que o último concurso da CAPES foi realizado no ano de 2012 e que não houve novos provimentos de cargos efetivos em 2020.

4.7.1 Avaliação de desempenho, remuneração e meritocracia

A Avaliação de Desempenho dos servidores da CAPES é realizada segundo as diretrizes do Decreto nº 7.133, de 19 de março de 2010 e Portaria nº 210, de 30 de dezembro de 2020, com critérios e procedimentos gerais observados para a realização das avaliações de desempenho individual e institucional, e consequente definição da Gratificação de Desempenho de Atividade de C&T (GDACT).

A avaliação final é o resultado do somatório das avaliações da chefia, da autoavaliação e da avaliação entre pares, realizadas por meio do Sistema de Gestão de Recursos Humanos (SIGRH). Entre os itens avaliados encontram-se: fatores de produtividade, conhecimento de métodos e técnicas, cumprimento de normas, trabalho em equipe e comprometimento.

São analisadas, também, as metas de desempenho individual, acordadas entre o servidor, a chefia e a equipe de trabalho, definidas por critérios objetivos que compõem o plano de trabalho de cada unidade de lotação. A periodicidade é anual e, a partir da composição das pontuações, são definidos os valores da GDACT.

4.7.2 Capacitação de Servidores

Por meio do Plano Institucional de Desenvolvimento de Pessoas (PIDP), Portaria nº 210, de 2020, foram promovidas ações de capacitação que ocorreram por meio do apoio a participação em eventos (congressos, seminários, encontros, fóruns e workshops), cursos de curta duração, graduação, pós-graduação lato sensu e pós-graduação *stricto sensu*. Em 2020, quase R\$ 334.000,00 foram empenhados com a finalidade de capacitação de servidores.

Em virtude da situação de emergência no país, as participações de servidores em treinamentos presenciais, congressos e eventos foram suspensas e observou-se uma redução na demanda de ações de capacitação a distância. Ademais, com o advento da IN nº 201/2019, todas as ações realizadas por meio de reembolso precisaram ser redirecionadas e replanejadas.

O gráfico abaixo apresenta o investimento realizado para capacitação dos servidores, por finalidade.

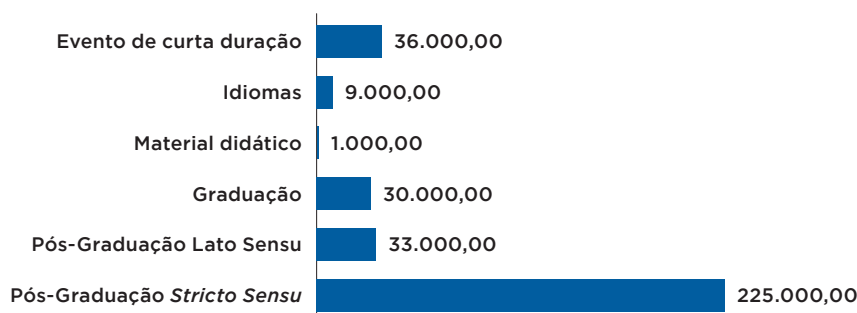


Gráfico 33 - Investimentos por finalidade na capacitação de servidores, em reais.
Fonte: CAPES

4.8 GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

4.8.1 Conformidade legal

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002;

Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005;

Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012;

Decreto nº 7892, de 23 de janeiro de 2013;

Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018;

Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019;

Instrução Normativa nº 01, de 2010;

Instrução Normativa nº 05, de 2017;

Instrução Normativa nº 01, de 2019 – PAC;

Instrução Normativa nº 01, de 2019 – TIC;

Instrução Normativa nº 73, de 2020; e

Instrução Normativa nº 40, de 2020.

4.8.2 Cenário Geral das Contratações

A CAPES finalizou no ano de 2020 um total de 45 contratações nas modalidades descritas abaixo:

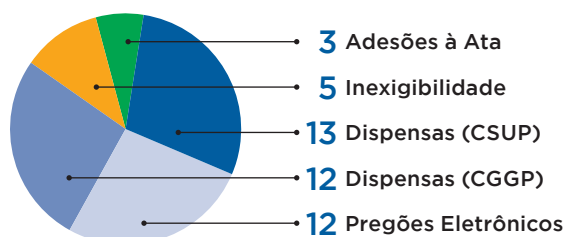


Gráfico 34 - Processos de contratação por modalidade
Fonte: CAPES

4.8.3 Classificação por UASG e Modalidades

UASG 154003		UASG 154004	
MODALIDADE	VALORES (R\$)	MODALIDADE	VALORES *
Pregões Eletrônicos	31.909.898,60	Inexigibilidade	US\$ 15.817.812,30
Dispensas	5.921.429,58		=
Adesões	512.356,00		R\$ 82.190.934,49
TOTAL	38.343.684,18		

Tabela 10 - Licitações por modalidade e valores
Fonte: CAPES

As despesas das contratações referem-se à manutenção de serviços continuados, imprescindíveis ao funcionamento da CAPES, cuja descontinuidade poderá trazer prejuízos para a execução das atividades fim.

Finalidade dos Gastos	Valores (R\$)
Despesas Administrativas	59.953.068,60
Tecnologia da Informação	28.862.342,00
Equipamentos	7.417.052,91
TOTAL	96.232.463,51

Tabela 11 - Despesas com contratações relativas a custeio
Fonte: Consiafi

A tabela abaixo detalha as principais despesas administrativas da CAPES:

Despesas Administrativas	
Locação de Imóveis - Edifício-Sede da CAPES	R\$ 9.581.041,31
Locação de Imóveis - Edifício Rádio Center (Arquivo Central da CAPES)	R\$ 603.362,44
Subtotal com Locação de Imóveis	R\$ 10.184.403,75
CEB	R\$ 1.152.039,22
CAESB	R\$ 182.275,24
Subtotal serviços Energia e Água	R\$ 1.334.314,46
Serviço de Apoio Administrativo	R\$ 21.267.373,50
Serviço de Recepção	R\$ 584.266,29
Serviço de Secretariado	R\$ 4.057.953,88
Serviço de Copeira, Garçom e Motorista	R\$ 1.180.931,55
Subtotal Apoio Técnico Administrativo	R\$ 27.090.525,22
Telefonia	R\$ 31.431,29
Subtotal Serviço de Telefonia	R\$ 31.431,29
Vigilância e Brigada contra incêndio	R\$ 4.296.982,61
Serviço de limpeza	R\$ 1.732.255,46
Manutenção predial (manutenção, divisória, desinsetização, seguro, IPTU)	R\$ 2.763.802,76
Despesas com veículos (combustível, manutenção, seguro, licenciamento)	R\$ 29.807,34
Locação de máquinas	R\$ 118.781,00
Passagens	R\$ 8.540.411,60
Outros (coleta seletiva de lixo, estenotipia, vacinas, correios etc.)	R\$ 393.353,11
Subtotal manutenção predial e outros serviços	R\$ 17.875.393,88
Serviços de comunicação	R\$ 3.437.000,00
Subtotal de serviços de comunicação	R\$ 3.437.000,00
TOTAL GERAL	R\$ 59.953.068,60

Tabela 12 - Principais despesas administrativas
Fonte: Consiafi

4.8.4 Principais tipos de contratações diretas

A CAPES possui diversos contratos imprescindíveis ao bom funcionamento da instituição e visam, principalmente, atender a necessidade pública de forma permanente e contínua, assegurando a integridade do patrimônio público e o funcionamento das atividades finalísticas.

A seguir são apresentados os contratos administrativos mais relevantes:

- a) contrato de locação do Edifício-Sede da CAPES: essencial em razão da infraestrutura adequada oferecida pelo prédio para comportar todos os servidores, prestadores de serviços, coordenadores de área das universidades e visitantes, além de espaço para realização de reuniões, como as avaliações dos cursos de pós-graduação do país, seminários, palestras, entre outros;
- b) contrato de energia elétrica para prestação e utilização do serviço público de energia elétrica;
- c) contrato de água para prestação de serviços públicos de abastecimento de água, esgotamento sanitário e outros serviços para as dependências da CAPES;
- d) contrato de manutenção predial: essencial para a segurança das pessoas e preservação do ambiente de trabalho. Prevê a execução da manutenção preventiva, preditiva e corretiva do prédio nos sistemas elétrico, lógico, hidrossanitário, de proteção contra descargas atmosféricas, climatização, de detecção alarme e combate a incêndio, de automação, grupo gerador, nobreaks, pressurização de escadas de incêndio, portas automáticas e portão eletrônico da garagem;
- e) contrato de apoio administrativo: fundamental para a prestação dos serviços terceirizados de auxiliares administrativos;
- f) contrato de secretariado com serviços continuados de técnico em secretariado e secretariado executivo para atender às necessidades da CAPES;
- g) contrato de vigilância pela necessidade da garantia da segurança das pessoas e do patrimônio público, suprimindo as necessidades essenciais e o perfeito funcionamento da CAPES;
- h) contrato de brigada para execução das atividades de prevenção e combate a incêndio, controle de pânico e primeiros socorros, com fornecimento dos materiais necessários ao funcionamento eficiente e correto do serviço; e
- i) contrato de limpeza para prestação de serviços de limpeza e conservação de bens móveis e imóveis, higienização de arquivo permanente, jardinagem e lavagem de veículos, bem como higienização de carpete, com fornecimento de materiais e equipamentos necessários à sua execução.

O detalhamento das principais contratações diretas realizadas pela CAPES encontra-se abaixo:

Contratada	Modalidade	Objeto	Valor
Food Science and Technology Abstracts	Inexigibilidade de licitação	Contratação de acesso do Portal de Periódicos	US\$ 2.770.416,00
Biochemical Society	Inexigibilidade de licitação	Contratação de acesso do Portal de Periódicos	US\$ 958.688,20
Cochrane Library	Inexigibilidade de licitação	Contratação de acesso do Portal de Periódicos	US\$ 9.609.232,18
Institute of Physics Publishing	Inexigibilidade de licitação	Contratação de acesso do Portal de Periódicos	US\$ 3.257.536,53
Microbiology Society	Inexigibilidade de licitação	Contratação de acesso do Portal de Periódicos	US\$ 246.945,00
Defender Conservação e Limpeza	Dispensa de Licitação	Contratação remanescente para serviço de auxiliar administrativo	R\$ 5.853.432,28

Tabela13-Principaiscontrataçõesdiretas
Fonte: CAPES

4.8.5 Principais desafios e ações futuras na gestão de licitações e contratos

A gestão de licitação e contratos da CAPES em 2020 continua pautada pelos princípios de isonomia, legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, celeridade, economicidade e eficiência, entre outros. Os principais desafios enfrentados no ano foram:

- a) ausência de uma solução para controle da gestão e fiscalização dos contratos administrativos;
- b) falta de servidores para atuar na gestão e fiscalização dos contratos administrativos;
- c) sistemas de informações não integrados, dificultando o gerenciamento das informações em licitações e contratos; e
- d) ausência de processos de governança e gestão de riscos que subsidie as unidades contratantes no planejamento das contratações.

Para mitigar os desafios supracitados, a CAPES propõe a realização das seguintes ações:

- a) elaboração de um Modelo Geral de Contratações da CAPES; Levantamento das informações para o Plano Anual de Contratações (PAC), que consolidará as contratações para o exercício de 2022;
- b) otimização da capacidade de atendimento às demandas e promoção da eficiência nas contratações;
- c) seguir o calendário de licitações, estabelecido a partir do PAC 2021, para um maior controle e previsibilidade de gestão;
- d) realizar contratações de forma planejada, eficiente, eficaz e efetiva; e
- e) mapear e alinhar todos os processos da área de licitações e contratos da CAPES;

4.9 GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA

4.9.1 Conformidade Legal

Lei nº 8.666, de 1993;
Lei nº 10.520, de 2002;
Decreto nº 9.373, de 2018;
Decreto nº 7.892, de 2013; e
Instrução Normativa nº 205, de 1988.

4.9.2 Aquisições gerais no ano de 2020

- a) aquisição de duas cafeteiras industriais no valor total de R\$ 3.888,90 para substituição e complementação das existentes;
- b) aquisição de aparelho telefônico celular para substituição de modelo defasado no valor total de R\$ 2.207,10;
- c) investimento de R\$ 175.888,47 em equipamentos de áudio e vídeo para a renovação de equipamentos das salas de reunião e auditórios, realizada pela Coordenação de Órgãos Colegiados – CECOL; e
- d) investimento de R\$ 7.233.170,04 em equipamentos de TIC, realizada pela Coordenação Geral de Infraestrutura de Informática na aquisição de servidores de backup.

4.9.3 Aquisições realizadas para prevenção da pandemia da Covid-19

- a) investimento de R\$ 50.490,00 na contratação de serviços de testes rápido para detecção de anticorpos para o novo coronavírus (Covid-19), para a força de trabalho que permanece desempenhando suas atividades presencialmente no Edifício-Sede da CAPES ou para aqueles que possam vir a desempenhá-las;
- b) investimento de R\$ 1.898,41 em termômetros digitais infravermelho para aferição de temperatura de todos que acessam o Edifício-Sede da CAPES, como medida de prevenção à doença pelo coronavírus;

c) aquisição de tapetes sanitizantes, no valor de R\$ 930,00, a serem utilizados nos pontos de entrada do Edifício-Sede da CAPES, para desinfecção da sola dos sapatos, como medida de enfrentamento ao novo coronavírus; e

d) investimento de R\$ 8.122,56 na aquisição de máscaras como medida de prevenção à Covid-19.

4.9.4 Locação de imóveis e equipamentos

LOCAÇÃO	VALORES MENSAIS (R\$)
Imóveis	1.016.079,19
Edifício-Sede da CAPES	976.456,22
Edifício Rádio Center - Arquivo Central	39.622,97
Equipamentos	12.800,00
Máquinas de café	12.800,00
TOTAL	R\$ 1.028.879,19

Tabela 14 - Valores de locações de imóveis e equipamentos
Fonte: CAPES

4.9.5 Sustentabilidade Ambiental

A CAPES exige para as contratações de serviços e aquisições de bens o disposto na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI/MPOG) e no Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, da Casa Civil da Presidência da República, com objetivo de promover práticas para a promoção do desenvolvimento sustentável. Os focos principais são:

- a) otimização na utilização dos recursos materiais;
- b) redução de desperdícios;
- c) racionalização no consumo de energia elétrica;
- d) destinação adequada dos resíduos; e
- e) preferência para materiais de origem local.

Os editais para aquisições de bens e contratação de obras e serviços preveem os critérios de sustentabilidade conforme modelos disponibilizados pela AGU, em conformidade com o Decreto nº 7.746/2012 da Casa Civil da Presidência da República, no que couber.

Desde 2018, a CAPES adota assinaturas eletrônicas de jornais e revistas.

Ações para redução do consumo de recursos naturais

Em virtude da Lei Distrital nº 5.610, de 18 de fevereiro de 2016, que dispõe sobre a responsabilidade dos grandes geradores de resíduos sólidos a CAPES adotou as seguintes ações:

- criação de um espaço para a separação adequada dos resíduos,
- encaminhamento do material reciclável a uma cooperativa de catadores; e
- separação da borra e café para utilização no preparo de adubo para uso nos jardins.

As ações para redução do consumo dos recursos naturais continuam sendo efetuadas e incentivadas para que o uso seja cada dia mais conscientes. Foram adotadas algumas rotinas para gerar economia de consumo, tais como:

Energia Elétrica:

- instalação de interruptores em todas as salas para desligamento individual;
- substituição gradativa das lâmpadas fluorescentes por lâmpadas de LED;
- desligamento diário do ar condicionado entre 18h e 19h, a depender da estação do ano; e
- desligamento diário de energia nos andares as 20h.

A tabela abaixo apresenta os valores relativos ao consumo de energia elétrica nos últimos três anos:

CEB			
ANO	2018	2019	2020
KWh	2.234.783	2.061.100	1.941.899
Diferença do ano anterior	- 219.625	- 173.683	- 119.201
%	- 8,95%	- 7,77%	- 5,78%

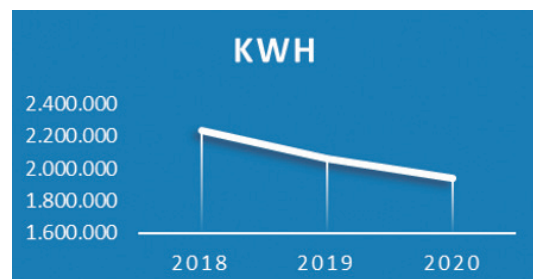


Tabela 15 - Histórico de consumo de energia elétrica

Fonte: CAPES

Água:

- desligamento diário da água nos andares a partir das 22h;
- desligamento da água no final de semana, de sexta-feira as 22h até segunda-feira às 7h; e
- manutenção preventiva para evitar desperdício tanto em sanitários como nas torneiras de pressão automática.

A tabela abaixo apresenta os valores relativos ao consumo de água nos últimos três anos

CAESB			
ANO	2018	2019	2020
m³	13.712	15.041	9.185
Diferença do ano anterior	- 9.511	+ 1.329	- 5.856
%	- 41%	+ 9,69%	- 38,93%

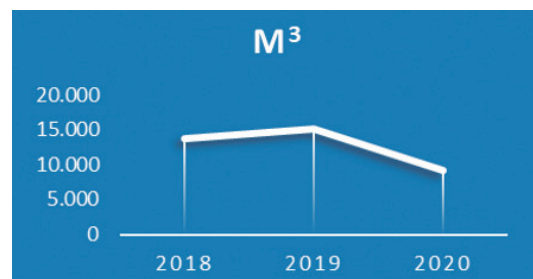


Tabela 16 - Histórico de consumo de água

Fonte: CAPES

Redução de resíduos poluentes:

Em atendimento à Lei Distrital nº 4.154, de 11 de junho de 2008, em defesa do meio ambiente e da saúde pública, a coleta e o descarte de pilhas, baterias, material eletrônico e lâmpadas fluorescentes são realizados em recipientes adequados para destinação específica.

4.10 GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A CAPES compactua com as boas práticas de Governança e Gestão de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC), com ênfase nos aspectos de qualidade, integração e aderência às políticas, padrões e regulamentos, e às necessidades institucionais. Nos últimos anos, a adoção do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP), auxiliou na implementação de medidas efetivas para que toda a atividade de TIC executada, sua gestão e governança, bem como as aquisições e execução de contratos, sigam rigorosamente as normas estabelecidas.

O SISP tem por objetivo, de acordo com o Decreto nº 7.579 de 11 de outubro de 2011, o planejamento, a coordenação, a organização, a operação, o controle e a supervisão dos recursos de tecnologia da informação dos órgãos e entidades da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, em

articulação com os demais sistemas utilizados direta ou indiretamente na gestão da informação pública federal. É realizado em etapas (descritas abaixo) e, no ano de 2020, a CAPES priorizou a realização das etapas de “Diagnóstico” e “Planejamento”.

O Diagnóstico tomou por base os seguintes temas: Adequação à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), Gestão de Riscos de TIC, Questionários IGOV-TI (TCU), Ações de Controle, Segurança da Informação, Contratações de TIC e Governança no Sistema SISP. Foram realizados levantamentos de informações, consolidação e a elaboração de um relatório de conformidade, que se encontra em fase de revisão. Já o Planejamento consiste na estruturação de um Projeto de Ampliação da Governança e Compliance de TIC na CAPES. Pretende-se que as etapas de Execução, Operação e Avaliação sejam implementadas e monitoradas, como projeto, no ano de 2021.

A figura 15 abaixo demonstra a evolução das fases ao longo do tempo:



Figura 15 - Evolução das fases de governança de TIC
Fonte: CAPES

Entre as tarefas essenciais da governança de TIC constam: direcionar, monitorar e avaliar. Nesse sentido, iniciou-se em 2020 a implementação de mecanismos para possibilitar a execução dessas tarefas. Além da publicação de novo Plano de Dados Abertos (PDA), a CAPES obteve os seguintes avanços:

a) Direcionamento de TIC:

- instituição do Comitê de Governança Digital (CGD);
- deliberações do CGD em atas;
- instituição do Comitê de Segurança da Informação (CSIC);
- implantação de práticas de gestão de projetos de TIC;
- evolução da ferramenta de gestão de projetos de TIC;
- publicação do PDTIC 2020-2023; e
- publicação do Planejamento Estratégico Institucional (PEI);

b) Monitoramento de TIC:

- reuniões periódicas de monitoramento, formalizadas em processo administrativo;
- implementação de ferramenta para gestão de projetos e portfólio de TIC, com painéis de monitoramento;
- realização de diagnóstico de conformidade de TIC; e
- implantação da prática de emissão de Relatório de Conformidade de TIC;

c) Avaliação: implantação e medição de indicadores e metas de TIC.

4.10.1 Resultados do PDTIC 2020-2023 no ano de 2020

No ano de 2020 foi publicado no Diário Oficial União o novo Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) da CAPES. As normas vão balizar as regras para a compra de equipamentos, desenvolvimento de softwares e manutenção de sistemas de informações durante os próximos quatro anos. Aprovado pelo Comitê de Governança Digital, o Plano 2020-2023 torna mais transparentes e objetivos os requisitos, nomenclaturas e descrições das 181 ações definidas em todas as áreas da instituição.

Orientado com o planejamento estratégico da CAPES e do Ministério da Educação, o PDTIC prevê a melhoria da Plataforma Sucupira e a implantação do sistema multidimensional de avaliação. O Plano abarca ainda o acompanhamento de programas e projetos de pós-graduação e aperfeiçoamento da

Plataforma da Educação Básica para atendimento das ofertas de formação de professores. Também está entre as suas metas a instalação da Plataforma Virtual de Aprendizagem, novas tecnologias de inteligência artificial e do Projeto de Inteligência e Governança de Dados dos bolsistas, para demonstrar a evolução dos programas de pós-graduação no Brasil e exterior. Abaixo, segue o detalhamento dos indicadores de Evolução do PDTIC 2020-2023:

a) Fórmula do Indicador de Evolução do PDTIC 2020-2023, aprovada na reunião de Avaliação Estratégica de 18/12/2020:

(soma do % de evolução das ações previstas para o período / número de ações previstas para o período) x 100

b) Medição:

MÊS	Quant. Ações Previstas	Quant. Ações Concluídas	Quant. Ações Andamento	Quant. Ações Suspensas	% de Evolução (média)
Julho	182	5	114	3	34%
Agosto	181	6	121	6	38%
Setembro	181	8	118	8	42%
Outubro	181	8	116	10	47%
Novembro	181	16	103	17	55%
Dezembro	181	84	36	15	60%

Tabela 17 - Detalhes da execução das ações do PDTIC

Fonte: CAPES

4.10.2 Resultados com Satisfação de Usuários de TIC

Em 2020, realizou-se pesquisa de satisfação com os usuários de TIC da CAPES, apurando-se o seguinte resultado:

GRAU DE SATISFAÇÃO	87,72%
--------------------	--------

Tabela 18 - Grau de satisfação dos usuários de TIC

Fonte: CAPES

4.10.3 Resultados Relevantes

Em 2020, os principais resultados entregues pela CAPES no âmbito da gestão de tecnologia da informação foram os seguintes:

- Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) 2020-2023 da CAPES, publicado e monitorado;
- definição e medição de indicadores e metas de TIC;
- execução de 60% do previsto para o PDTIC em 2020;
- Índice de satisfação de usuários de TIC em 87,72%;
- Diagnóstico de Conformidade de TIC;
- Plano de Dados Abertos publicado e monitorado;
- aderência ao Plano de Transformação Digital do MEC;
- melhoria da ferramenta de gerenciamento de projetos de TIC;
- estruturação do Projeto de Adequação à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD);
- contratação de Fábrica de Software e Métricas;
- otimização de contratos, com economia de R\$ 14.694.740,37 para a CAPES;
- implantação e ampliação de recursos tecnológicos para trabalho remoto, que possibilitaram a continuidade dos trabalhos da CAPES mesmo durante a atual pandemia de Covid-19;

- m) melhorias na Infraestrutura de TIC (banco de dados em nuvem, storages novos, modernização da Central Telefônica e outros);
- n) migração de aplicações para o Openshift;
- o) evoluções do Sistema Eletrônico de Informações (SEI);
- p) integração com o serviço API CPF Light do Ministério da Economia, gerando a possibilidade de a CAPES realizar consultas sem custos para a Fundação;
- q) desenvolvimento do sistema Plano de Trabalho para Internacionalização (PTI);
- r) evoluções no Sistema Financeiro, com restrição de pagamentos a inadimplentes e aumento do nível de segurança do número do cartão BBPesquisa e BBAméricas;
- s) desenvolvimento de Integrações entre a Plataforma EB e os Sistemas SICAPES, SAP, SCPB e SCBA;
- t) nova arquitetura para o Sistema SISUAB2;
- u) nova versão para o Sistema EDUCAPES;
- v) disponibilização de calculadora no SIPREC para correção monetária;
- w) migração do Catálogo de Teses para o Sistema Espiral;
- x) novo Portal de Periódicos;
- y) desenvolvimento do aplicativo Egressos; e
- z) evoluções nos aplicativos APCN, Bolsista, Egressos, Pesquisador, SISUAB, EduCapes, Periódicos, GEAPP, Agenda, Sucupira e Pro Reitor.

4.11 COMUNICAÇÃO SOCIAL

Em 2020 o sítio institucional da CAPES teve 11.955.802 visualizações. Foram 9.402.199 pessoas que acessaram o portal. Também foram realizados 311 atendimentos para imprensa. O marketing de relacionamento resultou em 889.799 e-mails disparados.

No âmbito das redes sociais, em 2020 a CAPES atingiu a marca de 514.162 seguidores, somando-se todos os canais de mídias sociais da Fundação. Foram feitas 10.814 publicações que geraram 590.816 engajamentos, entre curtidas, comentários e compartilhamentos dos conteúdos postados. Nesse período, o perfil da CAPES no Instagram representou 76% das ações de engajamento.

Um ponto de destaque para as mídias sociais da CAPES em 2020 foi seu alcance: as publicações chegaram a 22.399.262 usuários.

Para saber mais sobre comunicação acesse: https://www.gov.br/capes/pt-br/canais_atendimento/comunicacao

5. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

5.1 Desempenho Orçamentário

A LOA 2020 previu inicialmente um orçamento de R\$ 3.076.539.235,00, contudo ao longo do exercício foram autorizados créditos adicionais totalizando uma dotação de R\$ 3.547.180.717,00, distribuída da seguinte forma: Pessoal e Encargos Sociais R\$ 94.744.535,00 (3%), Investimento R\$ 22.812.967,00 (1%) e Outras Despesas Correntes R\$ 3.429.623.215,00 (97%). As alterações ocorridas durante o exercício foram necessárias para adequação à dotação inicialmente prevista para as necessidades dos programas institucionais e as questões operacionais.

A execução orçamentária, considerando as despesas empenhadas pela unidade CAPES e pelas unidades gestoras que recebem recursos descentralizados pela CAPES, alcançou o patamar de 99,5% mantendo, assim, a tradição de execução próxima a 100%.

As despesas com a área meio ficaram em 6% em relação à dotação autorizada, correspondendo 2% a despesas com administração da unidade, 3% a despesas com pessoal e 1% com tecnologia da informação e comunicação, demonstrando o empenho da Instituição com a priorização de suas atividades fins.

Os Restos a Pagar de dotação da CAPES inscritos no exercício de 2020 somaram R\$ 442.472.089,83 (RP Não Processado Inscrito e Reinscrito + RP Processado Inscrito e Reinscrito). A inscrição foi processada nos termos do art. 35 do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986.

5.2 Desempenho Financeiro no Exercício

A dotação empenhada em 2020 pela UO 26291, com créditos orçamentários da própria unidade, foi de R\$ 3.529.960.518,00, alcançando o patamar de 99,5% de execução sobre a dotação autorizada. Os empenhos liquidados somaram

R\$ 3.037.041.466,85. Tendo em vista que o valor pago até 31/12/2019 somou

R\$ 3.027.190.898,35, pode-se concluir que 99,6% das despesas liquidadas foram pagas.

Os Restos a Pagar, de dotação da CAPES, pagos em 2020 somaram

R\$ 373.319.412,31, incluindo os empenhos inscritos pelas unidades gestoras receptoras de créditos orçamentários oriundos de descentralização, correspondendo 88% do inscrito, excluindo o total cancelado de R\$ 19.575.908,90.

Cabe destacar que os ingressos financeiros deram-se de forma mensal e os dispêndios acompanharam os ingressos, sem destaques relevantes.

5.3 Gestão Orçamentária e Financeira

A gestão financeira e orçamentária da CAPES está demonstrada nas tabelas e gráficos a seguir:

Unidade Orçamentária a qual o orçamento pertence		Ação Governo		Mês Lançamento Indicador Ação Governo	01/2020						
					Dotação Inicial	Dotação Final	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Restos a Pagar do Exercício - Processados	Restos a Pagar do Exercício - Não processados
26291	FUND.COORD. DE APERF. DE PESSOAL NÍVEL SUPERIOR	0000	CONCESSAO DE BOLSAS DE APOIO A EDUCACAO BASICA	SEM INFORMACAO	374.648.569,00	311.543.038,00	311.541.976,03	247.007.641,35	247.007.641,35	0,00	64.534.334,68
		0181	APOSENTADORIAS E PENSOES CIVIS DA UNIAO	OPERACOES ESPECIAIS	17.115.058,00	23.474.127,00	23.177.352,07	23.177.352,07	21.349.888,41	1.827.463,66	0,00
		0487	CONCESSAO DE BOLSAS DE ESTUDO NO ENSINO SUPERIOR	OPERACOES ESPECIAIS	1.846.700.895,00	2.439.967.965,00	2.436.976.017,61	2.164.002.722,27	2.163.301.428,52	701.293,75	272.973.295,34
		09HB	CONTRIBUICAO DA UNIAO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDACOES PARA O	OPERACOES ESPECIAIS	11.029.551,00	13.566.034,00	13.380.273,36	13.380.273,36	13.380.273,36	0,00	0,00
		2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE	ATIVIDADE	60.015.234,00	102.703.046,00	102.632.732,81	84.393.947,74	83.199.971,34	1.193.976,40	18.238.785,07
		2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPR	ATIVIDADE	579.115,00	864.350,00	841.410,93	841.410,93	772.565,00	68.845,93	0,00
		20GK	FOMENTO AS ACOES DE GRADUACAO, POS-GRADUACAO, ENSINO, PESQUI	ATIVIDADE	28.265.062,00	42.565.936,00	42.400.927,36	25.490.238,36	25.490.238,36	0,00	16.910.689,00
		20RJ	APOIO A CAPACITACAO E FORMACAO INICIAL E CONTINUADA PARA A E	ATIVIDADE	96.173.729,00	62.373.729,00	60.030.281,81	30.434.465,73	28.027.325,09	2.407.140,64	29.595.816,08
		20RN	AVALIACAO DA EDUCACAO SUPERIOR E DA POS-GRADUACAO	ATIVIDADE	5.725.268,00	8.520.601,00	8.520.601,00	1.551.862,28	1.551.862,28	0,00	6.968.738,72
		20TP	ATIVOS CIVIS DA UNIAO	ATIVIDADE	54.185.697,00	57.704.374,00	56.680.015,19	56.680.015,19	53.221.249,99	3.458.765,20	0,00
		212B	BENEFICIOS OBRIGATORIOS AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MI	SEM INFORMACAO	1.666.525,00	2.570.482,00	2.397.729,51	2.397.729,51	2.208.187,70	189.541,81	0,00
		216H	AJUDA DE CUSTO PARA MORADIA OU AUXILIO-MORADIA A AGENTES PUB	SEM INFORMACAO	70.882,00	140.929,00	140.929,00	140.929,00	137.387,89	3.541,11	0,00
		2317	ACESSO A INFORMACAO CIENTIFICA E TECNOLÓGICA	ATIVIDADE	346.843.221,00	480.343.221,00	470.870.338,41	387.250.633,19	387.250.633,19	0,00	83.619.705,22
		4572	CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE Q	ATIVIDADE	571.096,00	842.885,00	369.932,91	292.245,88	292.245,88	0,00	77.687,03

Unidade Orçamentária a qual o orçamento pertence		Ação Governo		Mês Lançamento Indicador Ação Governo	014/2020						
					Dotação Inicial	Dotação Final	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Restos a Pagar do Exercício - Processados	Restos a pagar do Exercício - Não processados
93265	REC. SOB SUP. FUND. COORD. AP. PES. NIV. SUP.	0000	CONCESSAO DE BOLSAS DE APOIO A EDUCACAO BASICA	SEM INFORMACAO	23.102.462,00	0,00					
		0181	APOSENTADORIAS E PENSOES CIVIS DA UNIAO	OPERACOES ESPECIAIS	5.355.878,00	0,00					
		0487	CONCESSAO DE BOLSAS DE ESTUDO NO ENSINO SUPERIOR	OPERACOES ESPECIAIS	150.467.070,00	0,00					
		2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE	ATIVIDADE	30.584.766,00	0,00					
		2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPR	ATIVIDADE	285.235,00	0,00					
		20GK	FOMENTO AS ACOES DE GRADUACAO, POS- GRADUACAO, ENSINO, PESQUI	ATIVIDADE	17.950.874,00	0,00					
		20RN	AVALIACAO DA EDUCACAO SUPERIOR E DA POS-GRADUACAO	ATIVIDADE	3.940.386,00	0,00					
		212B	BENEFICIOS OBRIGATORIOS AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MI	SEM INFORMACAO	820.826,00	0,00					
		216H	AJUDA DE CUSTO PARA MORADIA OU AUXILIO- MORADIA A AGENTES PUB	SEM INFORMACAO	48.783,00	0,00					
		4572	CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE Q	ATIVIDADE	393.053,00	0,00					
TOTAIS					3.076.539.235,00	3.547.180.717,00	3.529.960.518,00	3.037.041.466,85	3.027.190.898,35	9.850.568,50	492.919.051,15

Tabela 19 - Orçamento das principais ações da UPC
Fonte: SIAFI

DOTAÇÃO FINAL CAPES 2020 - UO 26291 (POR AÇÃO ORÇAMENTÁRIA) - R\$ 3.547.180.717,00

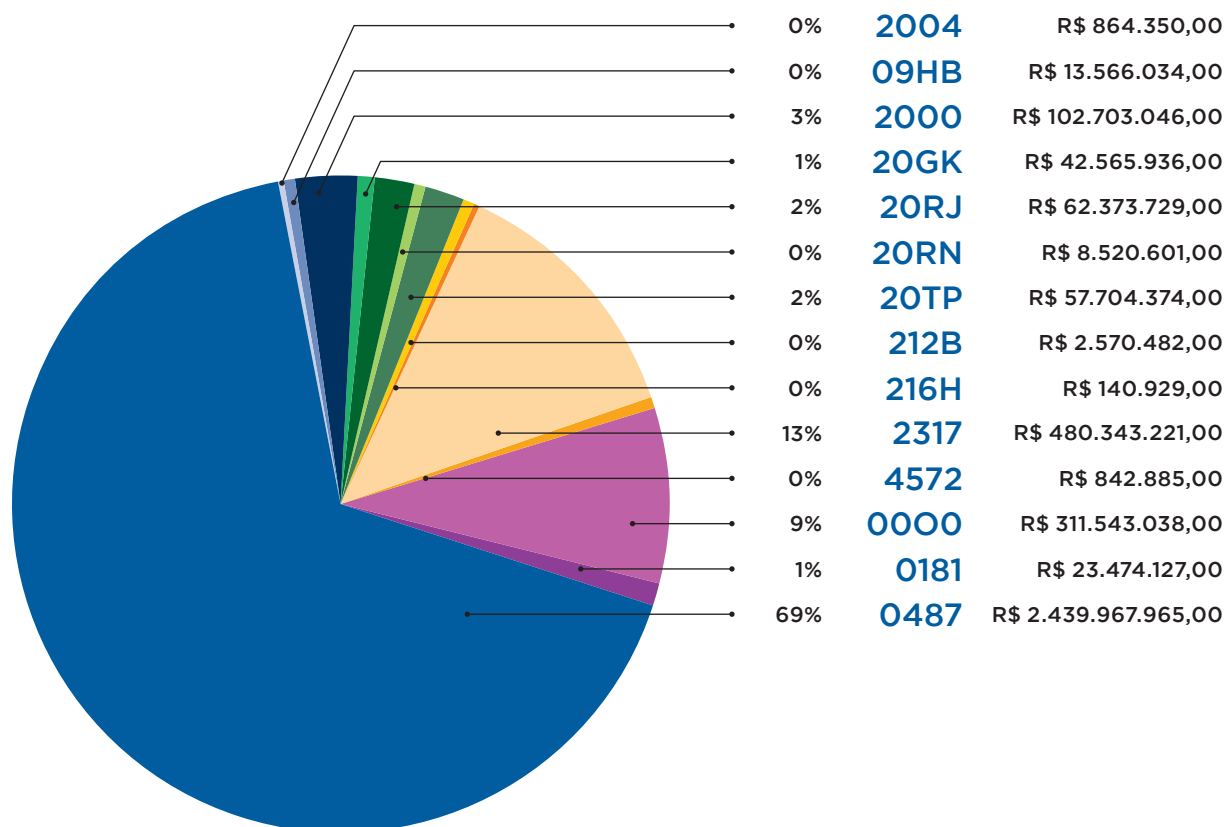


Gráfico 35 - Distribuição da Dotação
Fonte: SIAFI

EMPENHO X PAGO 2020

R\$ 3.529.960.518,00



EMPENHO

R\$ 3.027.190.898,35



PAGO

Gráfico 36 - Relação de valores empenhados e pagos

Fonte: SIAFI

Unidade Orçamentária a qual o orçamento pertence		Ação Governo		Indicador Ação Governo		RESTOS A PAGAR INSCRITOS (PROC E N PROC)	RESTOS A PAGAR CANCELADOS (PROC E N PROC)	RESTOS A PAGAR PAGOS (PROC E N PROC)	RESTOS A PAGAR A PAGAR A (PROC E N PROC)
26291	FUND. COORD. DE APERF. DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR	0000	CONCESSAO DE BOLSAS DE APOIO A EDUCACAO BASICA	1-8	SEM INFORMACAO	48.420.948,87		48.420.948,87	0,00
		0181	APOSENTADORIAS E PENSOES CIVIS DA UNIAO	O	OPERACOES ESPECIAIS	1.749.934,76		1.749.934,76	0,00
		0487	CONCESSAO DE BOLSAS DE ESTUDO NO ENSINO SUPERIOR	O	OPERACOES ESPECIAIS	203.287.500,77	8.769.142,15	157.748.381,07	36.769.977,55
		2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE	A	ATIVIDADE	43.515.398,98	3.798.122,93	34.396.203,95	5.321.072,10
		2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPR	A	ATIVIDADE	70.721,35		70.721,35	0,00
		20GK	FOMENTO AS ACOES DE GRADUACAO, POS-GRADUACAO, ENSINO, PESQUI	A	ATIVIDADE	6.072.047,21	611.549,00	3.725.867,78	1.734.630,43
		20RJ	APOIO A CAPACITACAO E FORMACAO INICIAL E CONTINUADA PARA A E	A	ATIVIDADE	18.599.887,15	3.144.915,74	10.260.165,17	5.194.806,24
		20RN	AVALIACAO DA EDUCACAO SUPERIOR E DA POS-GRADUACAO	A	ATIVIDADE	7.474.186,44	121.379,98	6.881.870,86	470.935,60
		20TP	ATIVOS CIVIS DA UNIAO	A	ATIVIDADE	3.704.880,18		3.704.880,18	0,00
		212B	BENEFICIOS OBRIGATORIOS AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MI	1-8	SEM INFORMACAO	202.426,74		202.426,74	0,00
		216H	AJUDA DE CUSTO PARA MORADIA OU AUXILIO-MORADIA A AGENTES PUB	1-8	SEM INFORMACAO	9.577,06		9.577,06	0,00
		2317	ACESSO A INFORMACAO CIENTIFICA E TECNOLOGICA	A	ATIVIDADE	108.381.694,36	2.253.748,45	106.111.142,61	16.803,30
		4019	FOMENTO A POS-GRADUACAO	A	ATIVIDADE	53.255,45			53.255,45
		4572	CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE Q	A	ATIVIDADE	915.056,55	877.050,65	37.291,90	714,00
		8429	FORMACAO INICIAL E CONTINUADA A DISTANCIA	A	ATIVIDADE	14.573,96			14.573,96
TOTAIS						442.472.089,83	19.575.908,90	373.319.412,31	49.576.768,63

Tabela 20 - Restos a Pagar da UPC

Fonte: SIAF

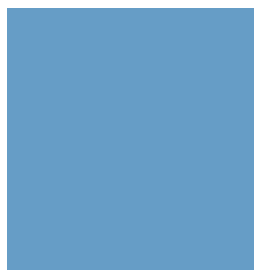
RAP INSCRITO X RAP PAGO 2020

R\$ 442.472.089,83



RAP INSCRITO

R\$ 373.319.412,31



RAP PAGO

Gráfico 37 - Relação de Restos a Pagar inscrito e pago

Fonte: SIAFI

Despesas por modalidade de contratação - EXECUTADO PELA UG 154003/154004 (ORÇAMENTO CAPES + RECURSOS RECEBIDOS POR DESCENTRALIZAÇÃO)

Exercício		2020	
Modalidade de Licitação		Despesa executada	Despesa paga
06	DISPENSA DE LICITAÇÃO	57.309.359,35	39.277.907,63
07	INEXIGIBILIDADE	465.158.919,67	383.109.098,61
08	NÃO SE APLICA	2.861.233.143,02	2.516.748.788,32
12	PREGÃO	68.062.280,35	53.239.074,33
Total		3.451.763.702,39	2.992.374.868,89

Tabela 21 - Despesas executadas e pagas por modalidade de contratação

Fonte: SIAFI

DESPESA EXECUTADA POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO 2020

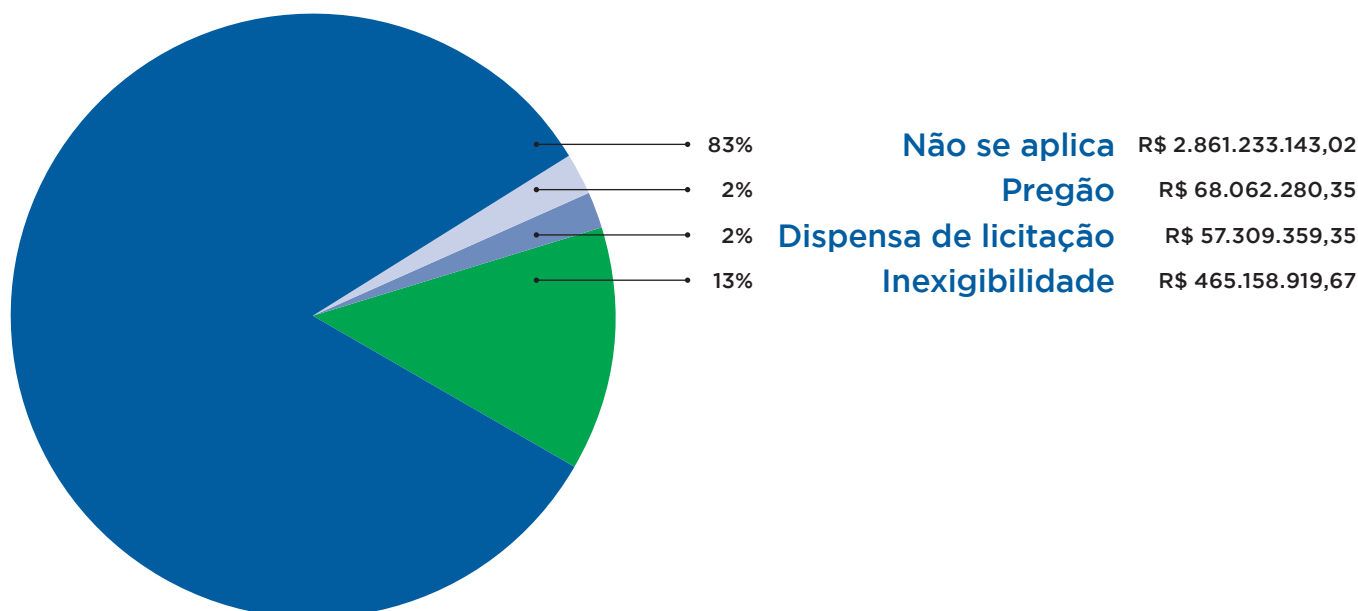


Gráfico 38 - Despesa executada por modalidade de contratação

Fonte: SIAFI

Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - EXECUTADO PELA UG 154003 / 154004 (ORÇAMENTO CAPES + RECURSOS RECEBIDOS POR DESCENTRALIZAÇÃO)

Órgão		Grupo de Despesa		Exercício		2020			
				Elemento Despesa		Empenhada	Liquidada	RP não processados	Valores pagos
26291	FUND.COORD. DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR	1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1	APOSENT.RPPS, RESER.REMUNER. E REFOR. MILITAR	21.250.224,42	21.250.224,42	0,00	19.613.079,18
				3	PENSOES DO RPPS E DO MILITAR	1.825.470,75	1.825.470,75	0,00	1.643.722,42
				4	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO - PES.CIVIL	910.621,12	910.621,12	0,00	852.228,90
				07	CONTRIBUICAO A ENTIDADE FECHADA PREVIDENCIA	654.003,05	654.003,05	0,00	601.286,76
				11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	54.313.731,76	54.313.731,76	0,00	50.987.529,83
				13	OBRIGACOES PATRONAIS	13.696.962,83	13.696.962,83	0,00	13.696.962,83
				16	OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	378.010,75	378.010,75	0,00	360.575,70
				91	SENTENCAS JUDICIAIS	149.135,67	149.135,67	0,00	136.545,87
				92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	17.810,37	17.810,37	0,00	17.810,37
				96	RESSARCIMENTO DESPESAS PESSOAL REQUISITADO	41.669,90	41.669,90	0,00	41.669,90
		3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	04	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO - PES.CIVIL	60.416,65	60.416,65	0,00	56.429,78
				08	OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	441.522,23	441.522,23	0,00	412.439,63
				14	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	161.225,68	160.836,02	389,66	160.836,02
				18	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	2.574.231.343,42	2.298.295.967,90	275.935.375,51	2.298.295.967,90
				20	AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	138.999.289,78	93.584.057,60	45.415.232,18	93.584.057,60
				30	MATERIAL DE CONSUMO	92.965,38	77.068,65	15.896,73	77.068,65
				33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	8.245.821,66	8.242.707,81	3.113,85	8.242.707,81
				35	SERVICOS DE CONSULTORIA	1.722.708,67	1.191.344,59	531.364,08	1.191.344,59
				36	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	595.365,81	595.365,81	0,00	554.406,22
				37	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	36.175.514,66	31.373.937,22	4.801.577,44	31.373.937,22
				39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT. ORC.	494.094.573,61	405.311.243,72	88.783.329,89	404.172.543,32
				40	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PJ	36.132.881,59	14.238.976,79	21.893.904,80	14.238.976,79
				41	CONTRIBUICOES	37.247.815,91	25.235.319,22	12.012.496,69	25.235.319,22
				46	AUXILIO-ALIMENTACAO	1.877.237,90	1.877.237,90	0,00	1.721.059,90
				47	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	1.060.765,83	1.055.346,67	5.419,16	1.055.346,67
				48	OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOAS FISICAS	2.197.540,59	1.488.399,86	709.140,73	1.488.399,86
				49	AUXILIO-TRANSPORTE	14.331,48	14.331,48	0,00	14.037,14
				92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	257.477,38	257.477,38	0,00	257.477,38
				93	INDENIZACOES E RESTITUICOES	1.626.653,85	1.553.738,87	72.914,98	1.467.035,42
				96	RESSARCIMENTO DESPESAS PESSOAL REQUISITADO	4.221,25	4.221,25	0,00	4.221,25
		4	INVESTIMENTOS	20	AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	4.214.514,00	3.170.014,00	1.044.500,00	3.170.014,00
				40	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PJ	18.792.095,59	17.417.048,90	1.375.046,69	17.417.048,90
				41	CONTRIBUICOES	51.372,34	51.372,34	0,00	51.372,34
				52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	228.406,51	181.409,51	46.997,00	181.409,51
Total						3.451.763.702,39	2.999.117.003,00	452.646.699,39	2.992.374.868,89

Tabela 22 - Despesas executadas por grupo Elemento de Despesa

Fonte: SIAFI

EMPENHADO POR GRUPO DE DESPESA 2020

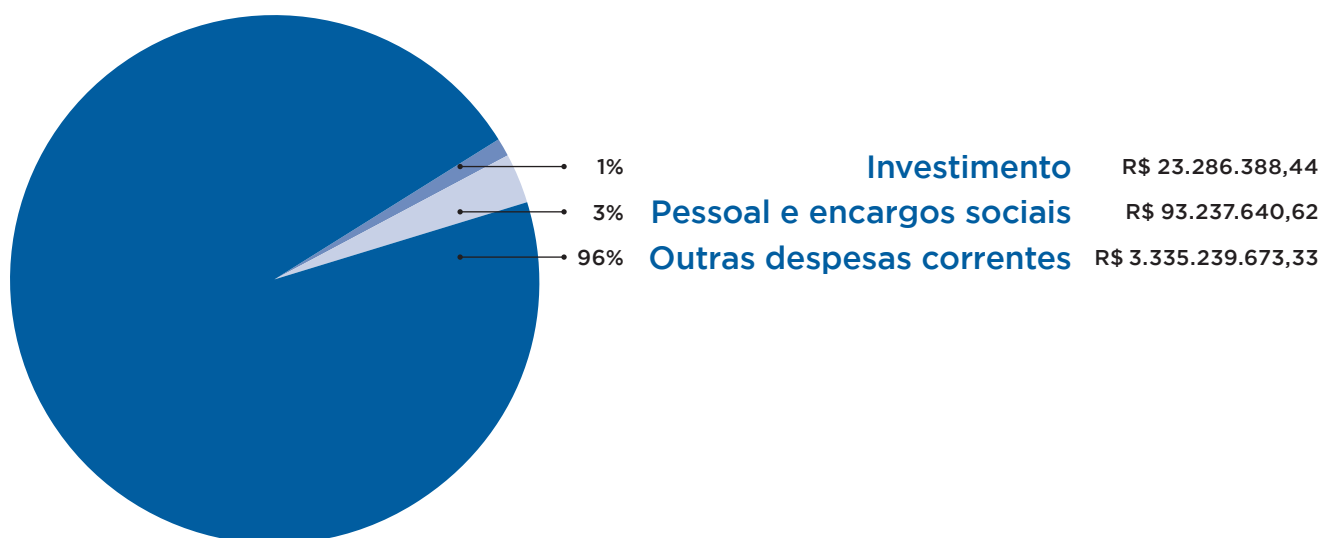


Gráfico 39 - Despesas empenhadas por grupo
Fonte: SIAFI

Evolução da Execução Orçamentária - Por UG - EXECUTADO PELA UG 154003 / 154004 (ORÇAMENTO CAPES + RECURSOS RECEBIDOS POR DESCENTRALIZAÇÃO)

UG Executora	Ano Lançamento	Unidade Orçamentária a qual o orçamento pertence	2018	2018	2018	2019	2019	2019	2020	2020	2020
			29	31	34	29	31	34	29	31	34
			DESPESAS EMPENHADAS (CONTROLE EMPENHO)	DESPESAS LIQUIDADAS (CONTROLE EMPENHO)	DESPESAS PAGAS (CONTROLE EMPENHO)	DESPESAS EMPENHADAS (CONTROLE EMPENHO)	DESPESAS LIQUIDADAS (CONTROLE EMPENHO)	DESPESAS PAGAS (CONTROLE EMPENHO)	DESPESAS EMPENHADAS (CONTROLE EMPENHO)	DESPESAS LIQUIDADAS (CONTROLE EMPENHO)	DESPESAS PAGAS (CONTROLE EMPENHO)
154003	FUND. COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR	22202	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA						3.720.027,58		
		24101	MINIST.DA CIENCIA, TECNOL., INOV.E COMUNICACOES								
		24901	FUNDO NACIONAL DE DESENV.CIENT.E TECNOLÓGICO								
		26101	MINISTERIO DA EDUCACAO	828.085,30	530.455,30	530.455,30	680.033,76	543.642,40	543.642,40		
		26262	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO PAULO								
		26290	INEP-INST.NAC.DE ESTUDOS E PESQ. EDUCACIONAIS								
		26291	FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR	3.089.796.797,56	2.758.019.456,01	2.752.352.703,60	3.529.304.389,90	3.315.822.446,96	3.310.043.264,06	2.890.813.299,89	2.549.257.622,77
		26294	HOSPITAL DE CLINICAS DE PORTO ALEGRE	71.750,00	46.800,00	46.800,00	20.150,00	20.150,00	20.150,00		
		30108	DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL				2.141.632,80			2.000.000,00	
		30911	FUNDO NACIONAL DE SEGURANCA PUBLICA - FNSP							1.500.000,00	
		42207	INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS								
		44205	AGENCIA NACIONAL DE AGUAS 3 ANA	2.000.000,00							
		44206	INSTITUTO DE PESQUISAS JARDIM BOTANICO DO RJ	460.500,00	417.200,00	417.200,00	491.000,00	488.800,00	488.800,00	389.400,00	385.300,00
		52101	MINISTERIO DA DEFESA	598.015,00			1.200.000,00	596.354,00	596.354,00	47.820,00	
		53210	AGENCIA NACIONAL DE AGUAS 3 ANA				3.721.209,00			1.600.000,00	800.000,00
		54101	MINISTERIO DO TURISMO								
		81101	MINISTERIO DOS DIREITOS HUMANOS - MDH							1.358.400,00	

UG Executora		Ano Lançamento	2018	2018	2018	2019	2019	2019	2020	2020	2020	
		Unidade Orçamentária a qual o orçamento pertence	29	31	34	29	31	34	29	31	34	
			DESPESAS EMPENHADAS (CONTROLE EMPENHO)	DESPESAS LIQUIDADAS (CONTROLE EMPENHO)	DESPESAS PAGAS (CONTROLE EMPENHO)	DESPESAS EMPENHADAS (CONTROLE EMPENHO)	DESPESAS LIQUIDADAS (CONTROLE EMPENHO)	DESPESAS PAGAS (CONTROLE EMPENHO)	DESPESAS EMPENHADAS (CONTROLE EMPENHO)	DESPESAS LIQUIDADAS (CONTROLE EMPENHO)	DESPESAS PAGAS (CONTROLE EMPENHO)	
154004	FUND. COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR	22202	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	1.939.186,40	1.866.301,37	1.866.301,37	2.417.979,65					
		24901	FUNDO NACIONAL DE DESENV.CIENT.E TECNOLÓGICO									
		26291	FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR	660.448.190,09	503.965.628,96	503.965.628,96	566.886.713,29	432.180.941,74	432.180.941,74	550.334.754,92	448.674.080,23	448.674.080,23
		54101	MINISTERIO DO TURISMO									
TOTAL				3.756.142.524,35	3.264.845.841,65	3.259.179.089,24	4.106.863.108,39	3.749.652.335,10	3.743.873.152,20	3.451.763.702,39	2.999.117.003,00	2.992.374.868,89

% DESPESAS PAGAS X EMPENHADAS	2018	2019	2020
	87%	91%	87%

Tabela 23 - Evolução da execução orçamentária por UG

Fonte: SIAFI

Mais informações sobre a execução orçamentária e financeira da CAPES podem ser adquiridas no link <http://transparencia.capes.gov.br>.

5.4 Principais Fatos Contábeis

Um fato relevante durante o exercício de 2020 foram as três transferências de recursos realizadas da UG do exterior (154004) para a UG do país (154003), procedimento inédito para o órgão até então.

Data	Valor em U\$	Valor em R\$
30/09/2020	2.372.498,73	13.416.480,32
09/12/2020	17.930.251,60	90.942.236,12
31/12/2020	3.000.000,00	15.501.000,00

Tabela 24 - Transferências de recursos entre UG da CAPES

Fonte: CAPES

O valor de R\$ 13.416.480,32, transferido em 30/09/2020, refere-se a recursos devolvidos em exercícios anteriores, depositados na conta corrente da CAPES no Banco do Brasil (Nova Iorque). O maior montante, no valor de R\$ 90.942.236,12, foi transferido visando o pagamento de bolsas de competência de dezembro de 2020. Já o valor de R\$ 15.501.000,00 foi remanejando visando apropriação nas fontes 8100 e 8144.

Cabe destacar que, apesar de as transferências terem sido realizadas, os documentos hábeis de regularização (TF) continuam pendentes de execução, aguardando posicionamento da SPO/MEC para fins de regularização dos valores registrados na conta de valores em trânsito (UG Exterior)

5.5 Resultados Financeiros e Não Financeiros

Resultado Financeiro apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais

RESULTADOS FINANCEIROS	31/12/2020	31/12/2019	AH
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras (I)	17.937.376,54	166.565.815,04	-89,23%
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamento Concedidos	-	-	0,00%
Juros e Encargos de Mora	329.866,46	149.349,18	120,87%
Variações Monetárias e Cambiais	6.380.581,09	155.460.516,10	95,90%
Descontos Financeiros Obtidos			

RESULTADOS FINANCEIROS	31/12/2020	31/12/2019	AH
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	11.226.928,99	10.955.949,76	2,47%
Aportes do Banco Central	-	-	0,00%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-	0,00%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras (II)	20.079.547,30	142.911.060,27	-85,95%
Juros e Encargos de EMPRÉSTIMOS E Financiamentos Obtidos	-	-	0,00%
Juros e Encargos de Mora	-	-	0,00%
Variações Monetárias e Cambiais	19.976.223,34	142.911.060,27	-86,00%
Descontos Financeiros Concedidos	103.323,34	178.142,80	-42,00%
Aportes ao Banco Central	-	-	0,00%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-	0,00%
Resultado Patrimonial das VPA e VPD Financeiras (I-II)	(2.142.170,76)	23.654.754,77	-109,06%

Tabela 25 - Resultado financeiro das demonstrações das variações patrimoniais
Fonte: SIAFI

Tendo por base os saldos apresentados na Demonstração das Variações Patrimoniais, as variações patrimoniais financeiras aumentativas apresentaram um saldo de R\$17.997.376,54 em 2020, redução de 89% em comparação à 2019. Tal variação pode ser verificada pela redução de percentual semelhante nas Variações Monetárias e Cambiais. As variações patrimoniais financeiras diminutivas, com redução percentual de 85%, também apresentaram uma redução significativa em suas variações cambiais. Dessa forma, o resultado financeiro do exercício apresentou um saldo de R\$2.142.170,76.

Resultado Não Financeiro apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais

RESULTADOS NÃO FINANCEIROS	31/12/2020	31/12/2019	AH
Variações Patrimoniais Aumentativas Não Financeiras (I)	3.997.127.623,81	5.676.647.845,86	-29,59%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-	0,00%
Contribuições	-	-	0,00%
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	-	-	0,00%
Transferências e Delegações Recebidas	3.757.147.352,53	4.848.545.561,81	-22,51%
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	91.532.959,83	762.840.358,02	-88,00%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	148.447.311,45	65.261.595,66	127,47%
Variações Patrimoniais Diminutivas Não Financeiras (II)	4.042.178.447,15	5.080.208.176,93	-20,43%
Pessoal e Encargos	73.234.942,18	72.621.786,15	0,84%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	24.122.108,82	22.693.465,84	6,30%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	604.876.312,23	588.641.856,41	2,76%
Transferências e Delegações Concedidas	717.107.471,46	777.731.670,44	-7,80%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	37.289.462,54	134.330.137,38	-72,24%
Tributárias	412.733,58	400.016,04	3,18%
Custo - Mercadorias, Produtos vend. E dos Serviços Prestados	-	-	0,00%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	2.585.135.416,94	3.482.955.391,83	-25,79%
Resultado Patrimonial das VPA e VPD Não Financeiras (I-II)	(45.050.823,34)	596.439.668,93	-107,55%

Tabela 26 - Resultado financeiro das demonstrações das variações patrimoniais
Fonte: SIAFI

Em relação ao resultado não financeiro, tem-se um resultado de R\$ 45.050.823,24 ao final do exercício de 2020, ante um resultado de R\$ 596.439.668,93 no mesmo período de 2019. Uma variação importante que colaborou para este resultado foi a redução nas transferências e delegações recebidas, que em 2020 somou R\$ 3.757.147.32,53 e em 2019, R\$ 4.848.545.561,81, o que correspondente a uma queda de 22,51%. Outra variação significativa foi a redução em incentivos, que em 2020 foi de R\$ 3.482.955.391,83, passando para R\$ 2.585.135.416,94 em 2019, uma redução de 25,79%.

5.6 Normas Legais e Técnicas e mecanismos de Controle

Para controle e garantia da confiabilidade, da regularidade e da completude dos lançamentos e procedimentos contábeis são observadas: a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, o Decreto-Lei nº 200, de 1967, o Decreto nº 93.872, de 1986, a Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001 e a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Observa-se, também, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI, da Secretaria do Tesouro Nacional.

5.7 Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas observando as normas contábeis vigentes no Brasil, a saber: a Lei 4.320, de 1964, a Lei Complementar nº 101, de 2000 – LRF, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBC TSP, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 7ª edição – MCASP e o Manual SIAFI.

Ressalta-se que a CAPES possui uma UG secundária (154004) para fins de execução de pagamentos no exterior, registrados em moeda estrangeira no SIAFI (U\$). Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional (R\$), empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis. A única exceção se refere aos saldos iniciais de Caixa e Equivalentes de Caixa, no Balanço Financeiro (BF) e na Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC), que utilizam a taxa vigente no dia 31 de dezembro do exercício anterior. Essa dualidade de moedas provoca variações monetárias, assim como a utilização de taxas de conversão diferentes para a execução orçamentária e financeira, em decorrência do espaço de tempo existente entre as etapas da execução da despesa orçamentária. A variação cambial dos saldos em moeda estrangeira tem seus efeitos ajustados diariamente de forma automática em contas contábeis definidas pelo Órgão Central de Contabilidade, visando à consistência das informações para consulta a qualquer momento.

Os balanços, demonstrações e notas explicativas podem ser acessados em sua íntegra no Portal da CAPES na internet por meio do Link:

<https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/demonstracoes-contabeis>



Anexos

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

Sigla	Descrição
ABC	Alfabetização Baseada na Ciência
AGU	Advocacia-Geral da União
ANA	Agência Nacional de Águas
Andifes	Associação Nacional Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
ANPG	Associação Nacional de Pós-Graduandos
APCN	Avaliação das Propostas de Cursos Novos
APE	Assessoria de Planejamento e Consolidação da Informação
Art.	Artigo
AUXPE	Auxílio Financeiro a Projeto Educacional ou de Pesquisa
AVA	Ambiente Virtual de Aprendizagem
AVAMEC	Ambiente Virtual de Aprendizagem do Ministério da Educação
BF	Balanço Financeiro
Brafagri	Brasil França Agricultura
BRAFITEC	Brasil France Ingénieur TEChnologie
CAESB	Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAPES-PrInt	Programa Institucional de Internacionalização
CCS	Coordenação de Comunicação Social
CEB	Companhia Energética de Brasília
CECOL	Coordenação Executiva dos Órgãos Colegiados
C&T	Ciência e Tecnologia
CGU	Controladoria-Geral da União
CICan	Colleges and Institutes Canada
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Cofecub	Comitê Francês de Avaliação da Cooperação Universitária com o Brasil
COFEN	Conselho Federal de Enfermagem
CONFAP	Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa
CRN-4	Conselho Regional de Nutricionistas – 4ª Região
CS	Conselho Superior
CSIC	Comitê de Segurança da Informação
CTC-EB	Conselho Técnico-Científico da Educação Básica
CTC-ES	Conselho Técnico-Científico da Educação Superior
CTI	Ciência, Tecnologia & Informação

Sigla	Descrição
CWRU	Case Western Reserve University
DAAD	Deutscher Akademischer Austauschdienst
DAV	Diretoria de Avaliação
DEB	Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica
DED	Diretoria de Educação a Distância
DFC	Demonstração de Fluxo de Caixa
DGES	Diretoria de Gestão
Dinter	Programa de Doutorado Interinstitucional
DPB	Diretoria de Programas e Bolsas no País
DPF	Departamento de Polícia Federal
DRI	Diretoria de Relações Internacionais
DS	Programa de Demanda Social
DTI	Diretoria de Tecnologia da Informação
EaD	Educação a Distância
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EUA	Estados Unidos da América
FAP	Fundação de Amparo à Pesquisa
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
FOPROP	Fórum Nacional de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação
Forpibib	Fórum Nacional dos Coordenadores Institucionais do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência
GAB	Gabinete
GDACT	Gratificação de Desempenho de Atividade de C&T
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano do Município
IES	Instituição de Ensino Superior
IGestContrat	Índice de Capacidade em Gestão de Contratos
IGestPessoas	Índice de Capacidade em Gestão de Pessoas
IGestTI	Índice de Capacidade em Gestão de TI
IGG	Índice Integrado de Governança e Gestão Públicas
IGovPub	Índice de Governança Pública
IGovTI	Atendimento do Índice de Governança de TI
IN	Instrução Normativa
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INPA	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPES	Instituição Pública de Ensino Superior

Sigla

Descrição

IPP	Instituto Politécnico do Porto
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
ITV	Instituto Tecnológico Vale
KWh	Quilowatt-hora
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LGPD	Lei Geral de Proteção de Dados
LOA	Lei Orçamentária Anual
CASP	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
MCTIC	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações
MD	Ministério de Defesa
MDH	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
MEC	Ministério da Educação
MJSP	Ministério da Justiça e da Segurança Pública
MNPEF	Programa Nacional de Mestrado Profissional em Ensino de Física
MRE	Ministério das Relações Exteriores
MS	Ministério da Saúde
NBC TSP	Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público
NPS	Net Promoter Score
OGU	Orçamento Geral da União
PAAP	Programa de Apoio à Aquisição de Periódicos
PAC	Plano Anual de Contratações
PAEP	Programa de Apoio a Eventos no País
PARFOR	Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica
PCI	Projetos de Cooperação entre Instituições para Qualificação de Profissionais de Nível Superior
PDA	Plano de Dados Abertos
PDPG	Programa Parcerias Estratégicas nos Estados – Amazônia Legal
PDPI	Programa de Desenvolvimento Profissional para Professores de Língua Inglesa nos EUA
PDSE	Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior
PDTIC	Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação
PEI	Planejamento Estratégico Institucional
PF	Polícia Federal
PF - CAPES	Procuradoria Federal junto à CAPES
PGF	Procuradoria-Geral Federal

Sigla	Descrição
PIBID	Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência
PIDP	Plano Institucional de Desenvolvimento de Pessoas
PNAP	Programa Nacional de Formação em Administração Pública
PNE	Plano Nacional de Educação
PNPG	Plano Nacional de Pós-Graduação
PPA	Plano Plurianual
PPGs	Programas de Pós-Graduação
PROAP	Programa de Apoio à Pós-Graduação
PROCAD-Amazônia	Programa Nacional de Cooperação Acadêmica na Amazônia
PROCAD-Defesa	Programas de Cooperação Acadêmica em Defesa Nacional
PROCAD-SPCF	Programa de Cooperação Acadêmica em Segurança Pública e Ciências Forense
Pró-Defesa Prodoutoral	Pesquisa Científica e Tecnológica em Defesa Nacional Programa de Formação Doutoral Docente
PROEB	Programas de Mestrado Profissional para Qualificação da Rede Pública de Educação Básica
ProEF	Programa de Mestrado Profissional em Educação Física em Rede Nacional
PROEX	Programa de Excelência Acadêmica
ProfArtes	Mestrado Profissional em Artes
ProfBio	Mestrado Profissional em Educação Inclusiva
Profei	Mestrado Profissional em Ensino de Biologia
ProfFilo	Mestrado Profissional em Filosofia
ProfHistória	Mestrado Profissional em Ensino de História
Profletras	Mestrado Profissional em Letras
ProfMat	Mestrado Profissional em Matemática
ProfQui	Mestrado Profissional em Química
ProfSocio	Mestrado Profissional de Sociologia
Prosuc	Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições Comunitárias de Educação Superior
Prosup	Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Particulares
PTI	Plano de Trabalho para a Internacionalização
PVNS-Amazônia	Programa Professor Visitante Nacional Sênior
RBPG	Revista Brasileira de Pós-Graduação
RNP	Rede Nacional de Ensino e Pesquisa
RP	Residência Pedagógica
SAP	Sistema de Análise de Processos

Sigla

Descrição

SCBA	Sistema de Controle de Bolsas e Auxílios
SCPB	Sistema de Conciliação e Pagamento de Bolsas
SDH/PR	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
SEALF	Secretaria de Alfabetização
SECADI	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SEI	Sistema Eletrônico de Informações
Senasp	Secretaria Nacional de Segurança Pública
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SICAPES	Sistema de Gestão de Recursos Humanos
SIGRH	Sistema Integrado CAPES
SISP	Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação
SisUAB	Sistema Universidade Aberta do Brasil
SLTI/MPOG	Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
SNF	Secretaria Nacional da Família
SNPG	Sistema Nacional de Pós-Graduação
SPO	Subsecretaria de Planejamento e Orçamento
STINT	Swedish Foundation for International Cooperation in Research and Higher Education
TCU	Tribunal de Contas da União
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UAb	Universidade Aberta de Portugal
UASG	Unidade Administração de Serviços Gerais
UEMA	Universidade Estadual do Maranhão
UG	Unidade Geradora
Unicamp	Universidade Estadual de Campinas
UO	Unidade Orçamentária
UP	Universidade do Porto
UPC	Unidade Prestadora de Contas
USP	Universidade de São Paulo
VPA	Variações Patrimoniais Aumentativas
VPD	Variações Patrimoniais Diminutivas

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Organograma da CAPES	8
Figura 2 - Modelo de Governança da CAPES.....	9
Figura 3 - Cadeia de Valor da CAPES	11
Figura 4 - Mapa de Contexto da CAPES.....	14
Figura 5 - Mapa Estratégico 2020 - 2023.....	16
Figura 6 - Modelo de Gestão Estratégica a ser implementado em 2021	23
Figura 7 - As três linhas de defesa da CAPES.....	28
Figura 8 - Recursos investidos por meio do Portal de Periódicos.....	39
Figura 9 - Recursos investidos por meio do PAEP.	40
Figura 10 - Módulos do PTI.	43
Figura 11 - Distribuição de bolsas, por país, no âmbito do Programas CAPES-PrInt	44
Figura 12 - Distribuição de bolsas, por país, em 2020.	46
Figura 13 - Distribuição nacional dos IPES e polos ativos do Sistema UAB.....	50
Figura 14 - Mapa do Brasil com as regiões e municípios atendidos pelo PARFOR de 2009 até 2020..	54
Figura 15 - Evolução das fases de governança de TIC	65

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Indicadores Estratégicos	22
Tabela 2 - Matriculados e titulados em cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i> em 2019	29
Tabela 3 - Recorte de fusão dos PPGs em 2020	30
Tabela 4 - Editais lançados em 2020 no âmbito do Programa Estratégico Emergencial de Prevenção e Combate a Surtos, Endemias, Epidemias e Pandemias.....	33
Tabela 5 - Distribuição das bolsas e dos recursos de custeio concedidos pelo Edital do PDPG-Amazônia Legal, por Unidade da Federação que compreende a Amazônia Legal.	34
Tabela 6 - Distribuição das bolsas concedidas pelo Edital Parcerias Estratégicas nos Estados (PDPG), por FAP.	36
Tabela 7 - Recursos investidos pela CAPES no Programa CAPES/FAP, por FAP.....	37
Tabela 8 - Número de bolsas concedidas por mês e por modalidade, no âmbito do Edital nº 2/2020 ..	53
Tabela 9 - Número de bolsas concedidas por mês e por modalidade, no âmbito do Edital nº 1/2020 ...	53
Tabela 10 - Licitações por modalidade e valores.....	60
Tabela 11 - Despesas com contratações relativas a custeio	60
Tabela 12 - Principais despesas administrativas.....	60
Tabela 13 - Principais contratações diretas.....	61
Tabela 14 - Valores de locações de imóveis e equipamentos.....	63
Tabela 15 - Histórico de consumo de energia elétrica.....	64
Tabela 16 - Histórico de consumo de energia água.....	64
Tabela 17 - Detalhes da execução das ações do PDTIC.....	66
Tabela 18 - Grau de satisfação dos usuários de TIC	66
Tabela 19 - Orçamento das principais ações da UPC.....	69
Tabela 20 - Restos a Pagar da UPC	70
Tabela 21 - Despesas executadas e pagas por modalidade de contratação.....	71
Tabela 22 - Despesas executadas por grupo Elemento de Despesa	72
Tabela 23 - Evolução da execução orçamentária por UG.....	74
Tabela 24 - Transferências de recursos entre UG da CAPES.....	74
Tabela 25 - Resultado financeiro das demonstrações das variações patrimoniais.....	75
Tabela 26 - Resultado financeiro das demonstrações das variações patrimoniais.....	75

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Autoavaliação do Perfil de Governança e Gestão Públicas da CAPES - 2018 a 2020	24
Gráfico 2 - Comparativo da Autoavaliação do Perfil de Governança e Gestão Públicas da CAPES com outras organizações - 2020.....	25
Gráfico 3 - Quantidade de propostas de cursos novos (acadêmicas e profissionais) aprovadas e não aprovadas pela avaliação da CAPES.....	29
Gráfico 4 - Distribuição das bolsas concedidas pelos programas de fomento da CAPES voltados para a redução das assimetrias regionais em 2020.	35
Gráfico 5 - Distribuição das bolsas por região.	35
Gráfico 6 - Recursos investidos pela CAPES, em 2020, para o pagamento de bolsas do Programa CAPES/FAP, por estado.	36
Gráfico 7 - Recursos investidos pela CAPES, em 2020, no apoio a ações estratégicas realizadas em parceria com outros órgãos.....	37
Gráfico 8 - Distribuição das bolsas concedidas no país, por modalidade, em 2020.....	40
Gráfico 9 - Distribuição das bolsas concedidas no país, por região geográfica, em 2020.	40
Gráfico 10 - Distribuição das bolsas concedidas no país, por grande área do conhecimento, em 2020.	41
Gráfico 11 - Distribuição das bolsas concedidas no país, por status jurídico da IES, em 2020.	41
Gráfico 12 - Total de bolsistas, por país, no âmbito do Programa Capes-PrInt, em 2020	43
Gráfico 13 - Número de bolsistas estrangeiros no Brasil, por modalidade de bolsa.	45
Gráfico 14 - Número de bolsistas brasileiros no exterior por modalidade de bolsa.....	46
Gráfico 15 - Países de destino com o maior número de bolsistas brasileiros em 2020	46
Gráfico 16 - Alunos ativos em cursos de licenciatura, para formação inicial de professores, no Sistema UAB.....	48
Gráfico 17 - Alunos ativos por região do Brasil em cursos de pós-graduação lato sensu, para formação continuada de professores, no Sistema UAB	49
Gráfico 18 - Alunos ativos nos cursos do PNAP	49
Gráfico 19 - Polos ativos no Sistema UAB.....	50
Gráfico 20 - Matrículas ativas no ProEB.....	51
Gráfico 21 - Vagas ofertadas e preenchidas nos cursos gratuitos online oferecidos em 2020 - AVACAPES/AVAMEC	51
Gráfico 22 - Vagas ofertadas e preenchidas nos cursos online de Capacitação CAPES/UEMA.....	52
Gráfico 23 - Detalhamento da força de trabalho da CAPES.....	56
Gráfico 24 - Número de servidores efetivos da CAPES lotados na CAPES ou em outros órgãos.....	56
Gráfico 25 - Números de servidores não efetivos da CAPES, por modalidade	57
Gráfico 26 - Número de servidores de outros órgãos/entidades lotados na CAPES.....	57
Gráfico 27 - Distribuição por gênero de servidores e estagiários	57
Gráfico 28 - Distribuição por faixa etária de servidores e estagiários.....	57
Gráfico 29 - Distribuição de servidores por cargo.....	57
Gráfico 30 - Distribuição de servidores por cargo.....	58

Gráfico 31 - Distribuição de servidores por necessidade especial	58
Gráfico 32 - Distribuição de servidores por faixa salarial	58
Gráfico 33 - Investimentos por finalidade na capacitação de servidores, em reais.	59
Gráfico 34 - Processos de contratação por modalidade	59
Gráfico 35 - Distribuição da Dotação	69
Gráfico 36 - Relação de valores empenhados e pagos	70
Gráfico 37 - Relação de Restos a Pagar inscrito e pago	70
Gráfico 38 - Despesa executada por modalidade de contratação	71
Gráfico 39 - Despesas empenhadas por grupo	73

gov.br/capes



MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

